Ofício nº 729/2026/SEMEL

Sorriso/MT, 02 de julho de 2026.

Á
Evandra A. Maia
Departamento de Gestão de Convênio
Sec. Municipal de Planejamento

RECEBIDO NO DIA
07/07/2026
DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
SEPLAN

Assunto: Autorização para Formalização de Termo de Fomento

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo, por meio deste, a adoção das providências necessárias para a formalização de **Termo de Fomento** com a **FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS - FMTT**, inscrita no CNPJ nº **00.792.887/0001-06**, visando à execução do projeto destinado à realização do evento **BT 200 Internacional**.

Informo que as despesas decorrentes da execução da referida parceria correrão à conta da dotação orçamentária de **código reduzido nº 630**, no valor de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)**, devendo ser observadas todas as disposições previstas na **Lei Federal nº 13.019/2014**, bem como as demais normas legais e administrativas aplicáveis, garantindo a regular aplicação dos recursos públicos e o cumprimento do objeto pactuado.

A presente autorização tem por finalidade viabilizar a celebração da parceria e a execução das ações previstas no plano de trabalho, contribuindo para o fortalecimento, a promoção e o desenvolvimento das atividades esportivas no Município de Sorriso, bem como para o incentivo ao turismo esportivo, à integração social e à valorização do esporte como instrumento de desenvolvimento local.

Sendo o que se apresenta para o momento, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Odimar Bianchin
Sec. Mun. de Esporte, Lazer e Juventude.

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

PLANO DE AÇÃO

DADOS BÁSICOS

ANO
2026

PROGRAMA
09032026

SITUAÇÃO
Ciente

DADOS DO BENEFICIÁRIO

BENEFICIÁRIO
03.239.076/0001-62 - MUNICIPIO DE SORRISO

UF
MT

CÓDIGO IBGE
5107925

IDH
0.744

BANCO
001 - Banco do Brasil

AGÊNCIA
1492-3

CONTA
82852-1

SITUAÇÃO DA CONTA
Conta Ativa

DADOS DA EMENDA PARLAMENTAR

EMEMDA PARLAMENTAR
202641530010-JOSÉ MEDEIROS

CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
R$ 845.750,00	R$ 0,00	R$ 845.750,00

DADOS COMPLEMENTARES DO PLANO DE AÇÃO

OBJETO DE EXECUÇÃO
999 - Objeto Único Não Padronizado – Demais - MINISTERIO DO ESPORTE: AÇÃO 20JP eventos de esporte amador, educacional, lazer e inclusão social

FINALIDADES
27-Desporto e Lazer / 81-Desporto Comunitário
27-Desporto e Lazer / 81-Desporto de Rendimento
27-Desporto e Lazer / 81-Lazer

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO PLANO DE AÇÃO

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
064.***.***-09	05/05/2026 15:40	Ciente
743.***.***-15	14/04/2026 13:54	Plano de Trabalho em Elaboração/ Aguardando Envio para Análise
036.***.***-03	30/03/2026 07:40	Aguardando Ciência

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

EMPENHOS

LISTA DE EMPENHOS

MINUTA	EMPENHO	TIPO	VALOR	SITUAÇÃO
2026NME000003702	2026NE006977	Empenho Original	R$ 845.750,00	Enviado

DOCUMENTOS HÁBEIS

LISTA DE DOCUMENTOS HÁBEIS

MINUTA	EMPENHO	DH	OP	VALOR	SITUAÇÃO
2026MDH00006826	2026NE006977	2026TF006248	2026OP006290	R$ 845.750,00	Enviado

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

PLANO DE TRABALHO

DADOS BÁSICOS

SITUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
Aprovado

OS RECURSOS DO PLANO DE AÇÃO FORAM INDICADOS NO ORÇAMENTO PRÓPRIO DO BENEFICIÁRIO?
Sim

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
12.002.27.812.0045.2085.3390.39.1.500.0000000.

DECLARO QUE OS RECURSOS DO PLANO DE AÇÃO NÃO SERÃO UTILIZADOS PARA DESPESA DE PESSOAL E SERVIÇO DA DÍVIDA?
Sim

PRAZO DE EXECUÇÃO
12 meses

ANEXOS

Nenhum anexo

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
064.***.***-09	05/05/2026 16:40	Aprovado
743.***.***-15	05/05/2026 10:56	Enviado para análise
743.***.***-15	05/05/2026 10:55	Aguardando envio para análise
064.***.***-09	30/04/2026 09:58	Em complementação
743.***.***-15	29/04/2026 17:37	Enviado para análise
743.***.***-15	29/04/2026 17:37	Aguardando envio para análise
064.***.***-09	15/04/2026 15:58	Em complementação
743.***.***-15	14/04/2026 15:25	Enviado para análise
743.***.***-15	14/04/2026 15:24	Aguardando envio para análise
743.***.***-15	14/04/2026 15:22	Em elaboração

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

EXECUTORES DO PLANO DE TRABALHO

EXECUTOR #1

DADOS BÁSICOS

NOME

03.239.076/0001-62 - MUNICIPIO DE SORRISO

OBJETO DE EXECUÇÃO

999 - Objeto Único Não Padronizado – Demais - MINISTERIO DO ESPORTE: AÇÃO 20JP eventos de esporte amador, educacional, lazer e inclusão social

CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
R$ 845.750,00	R$ 0,00	R$ 845.750,00

FINALIDADES

FINALIDADES

813-Lazer / 27-Desporto e Lazer

ANEXOS

DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO
PLANO DE TRABALHO - BEACH TENIS 2026.	PLANO DE TRABALHO - BEACH TENIS 2026.pdf
QDD 01.	QDD 01.pdf
LEI 3.819-2026 - LOA 2026 - PUBLICADA.	LEI 3.819-2026 - LOA 2026 - PUBLICADA.pdf

METAS

META	QTD/UNIDADE	PRAZO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
META 1: Executar 01 evento internacional BT200 de Beach Tennis em Sorriso/MT, com realização integral da programação esportiva prevista em regulamento e homologação junto à Confederação Brasileira de	1/UN	12 mese(s)	R$ 285.264,40	R$ 0,00

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

META	QTD/UNIDADE	PRAZO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
Tênis e à International Tennis Federation.				
META 2: Garantir a participação mínima de 100 atletas, com meta de até 200 inscritos, incluindo atletas nacionais e internacionais, e alcançar público estimado entre 3.000 e 5.000 pessoas, com acesso gratuito ou facilitado ao evento.	1/UN	12 mese(s)	R$ 282.000,00	R$ 0,00
META 3: Realizar a contratação de serviços e locação de estruturas necessárias à execução do evento, incluindo montagem de quadras, arquibancadas, sistemas de iluminação, sonorização e áreas de apoio, bem como a disponibilização de equipe técnica operacional.	1/UN	12 mese(s)	R$ 280.000,00	R$ 0,00

DADOS BANCÁRIOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	SITUAÇÃO
001 - Banco do Brasil	1492-3	82852-1	Conta Ativa

CONSELHOS

CONSELHOS (E-MAIL)

esportesorriso2@gmail.com

RESPONSÁVEL PELA ÚLTIMA NOTIFICAÇÃO	DATA
064.***.***-09 - MARIA LUIZA TELES DOURADO DE LIMA	2026-05-05T16:40:43.358609

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-092087

RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão não cadastrado.

03.239.076/0001-62 - MUNICIPIO DE SORRISO	Realização do BT200 Sorriso 2026 – Etapa Internacional de Beach Tennis, no período de 13 a 18 de julho de 2026, compreendendo a organização e execução do evento, com montagem e disponibilização de estrutura esportiva temporária, por meio da locação de equipamentos e contratação de serviços (quadras, arquibancadas, iluminação, sonorização e áreas de apoio), contratação de equipe técnica (arbitragem, coordenação e operação), logística de atendimento aos atletas, bem como serviços de transmissão e divulgação, conforme normas da Confederação Brasileira de Tênis e da International Tennis Federation, com participação mínima de 100 atletas nacionais e internacionais, visando fomentar o esporte, o turismo, a economia local e a visibilidade institucional do município de Sorriso/MT.	R$ 845.750,00	R$ 0,00	

	Meta 1	Unidade Medida	Quantidade	Meses Previstos
	Executar 01 evento internacional BT200 de Beach Tennis em Sorriso/MT, com realização integral da programação esportiva prevista em regulamento e homologação junto à Confederação Brasileira de Tênis e à International Tennis Federation.	UN	1	12

	Meta 2	Unidade Medida	Quantidade	Meses Previstos
	Garantir a participação mínima de 100 atletas, com meta de até 200 inscritos, incluindo atletas nacionais e internacionais, e alcançar público estimado entre 3.000 e 5.000 pessoas, com acesso gratuito ou facilitado ao evento.	UN	1	12

	Meta 3	Unidade Medida	Quantidade	Meses Previstos
	Realizar a contratação de serviços e locação de estruturas necessárias à execução do evento, incluindo montagem de quadras, arquibancadas, sistemas de iluminação, sonorização e áreas de apoio, bem como a disponibilização de equipe técnica operacional.	UN	1	12

Anexos

Lista de Anexos

Descrição do Arquivo	Nome do Arquivo	Ações
Nenhum item encontrado		

Histórico

Histórico do Plano de Trabalho

Responsável	Data/Hora	Situação
06493326109	05/05/2026 16:40	Aprovado
74345141915	05/05/2026 10:56	Enviado para análise
74345141915	05/05/2026 10:55	Aguardando envio para análise
06493326109	30/04/2026 09:58	Em complementação
74345141915	29/04/2026 17:37	Enviado para análise
74345141915	29/04/2026 17:37	Aguardando envio para análise
06493326109	15/04/2026 15:58	Em complementação
74345141915	14/04/2026 15:25	Enviado para análise
74345141915	14/04/2026 15:24	Aguardando envio para análise
74345141915	14/04/2026 15:22	Em elaboração

Voltar

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Não Adaptada.

Dados do Plano de Ação

Permite a manutenção de Planos de Ação no sistema

Plano de Ação: **09032026-092087 / 2026**

Programa: **09032026**

Situação do Plano de Ação: **Ciente**

Beneficiário: **03.239.076/0001-62 - MUNICIPIO DE SORRISO (MT)**
Emenda Parlamentar: **202641530010-JOSÉ MEDEIROS**
Situação do Plano de Trabalho: **Aprovado**

Dados Básicos | Dados Orçamentários | Plano de Trabalho | Análises | Relatório Gestão | Extrato Bancário

Total de Custeio Emenda
R$ 845.750,00

+

Total de Investimento Emenda
R$ 0,00

=

Total do Plano de Ação Emenda
R$ 845.750,00

Período de Execução: **12 meses**
01/01/2027 - 01/01/2028

Dados Básicos

Situação do Plano de Trabalho

Aprovado

Os recursos do Plano de Ação foram indicados no orçamento próprio do Beneficiário? (Obrigatório)

Sim Não

Classificação Orçamentária de Despesa (Obrigatório)

12.002.27.812.0045.2085.3390.39.1.500.0000000

Caracteres restantes: **4953**

Execução Orçamentária

Declaro que os recursos do plano de ação não serão utilizados para despesa de pessoal e serviço da dívida.

Prazo de Execução em meses (Obrigatório)

12

Data fim prevista: 23/06/2027

Histórico de Alterações do Prazo de Execução

Responsável	Data/Hora	Prazo (Meses)	Justificativa	Detalhamento da justificativa
74345141915	14/04/2026 15:24	12		

Dados do Executor

Total da Emenda Disponível

R$ 0,00

Total de Custeio da Emenda Disponível

R$ 0,00

Total de Investimento da Emenda Disponível

R$ 0,00

Lista de Executores

Executor	Detalhamento do Objeto	Valor Custeio	Valor Investimento	Ações

Cuiabá, 01 de julho de 2026

Orçamento destinado A FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TÊNIS
CNPJ 00.792.887/0001-06

Atendendo à sua solicitação, encaminhamos proposta para elaboração de Projeto de Arquitetura.

1. OBJETO DA PROPOSTA

PROJETO ARQUITETONICO DE LAYOUT DE EVENTO – BT 200 SORRISO 2026

A proposta inclui:

- 5 imagens 3d sendo uma setorização
- Planta executiva para envio ao bombeiro

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços objeto da presente proposta serão entregues 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do contrato.

3. VALOR DOS SERVIÇOS

3.1. O valor total dos serviços é de R$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais)

3.2 Condição de pagamento à vista após emissão de nota fiscal.

No aguardo de sua aprovação.

Atenciosamente,

Luciana Aparecida da Silva Wolff Ribeiro
Arquiteta
CAU MT A77703-0
CPF: 895.961.701-63
(65) 3623-8776

OFÍCIO Nº 065/2026/FMTT

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor
ODIMAR BIANCHIN
Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
Prefeitura Municipal de Sorriso – MT

RECEBIDO NO DIA
07 / 07 / 2026
DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
SEPLAN

Assunto: Encaminhamento de Plano de Trabalho e documentação para análise.

Excelentíssimo Senhor Secretário,

A Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.792.887/0001-06, com sede na Avenida São Sebastião, nº 3.161, Edifício Xingu Business, Sala 705-B, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT, CEP 78.045-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. José Jurandir de Lima Júnior, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência encaminhar o Plano de Trabalho, acompanhado da documentação pertinente, para análise dessa Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, visando à celebração de parceria para a realização de evento esportivo no Município de Sorriso/MT.

A proposta foi elaborada em conformidade com a legislação vigente, contemplando os objetivos, metas, cronograma de execução, plano de aplicação dos recursos e demais documentos necessários à análise técnica.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação da documentação encaminhada e colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos ou apresentar documentação complementar que se faça necessária ao regular prosseguimento do processo.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Assinado de forma digital por JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Dados: 2026.07.02 17:44:49 -04'00'

JOSÉ JURANDIR DE LIMA JÚNIOR
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

PLANO DE TRABALHO	ANEXO I

I - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome da OSC **FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS – FMTT**			CNPJ. **00.792.887/0001-06**
Endereço completo Rua Marechal Deodoro, nº 1402, Bairro Centro, Cuiabá – MT			
CEP 78050-000	Cidade/UF Cuiabá/MT	Telefone fixo	Telefone celular (65) 99973-3646
E-mail fmttenis@gmail.com		Sites, blog, outros @fmttenis	
Nome representante legal José Jurandir Lima Junior			CPF 931.428.621-53
RG/ Órgão expedidor 11841125-5 SJ MT	Cargo Presidente	Mandato Início: 2022	Término: 2026
Endereço residencial completo Av. São Sebastião, nº 3161, Apt. 705, Ed. Xingu Business, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT			
CEP 78045-000	Cidade/UF Cuiabá/MT	Telefone fixo	Telefone celular (65) 99973-3646
E-mail do representante legal fmttenis@gmail.com			

II - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA PARCERIA

Nome do responsável **JOSÉ JURANDIR LIMA JUNIOR**			CPF 931.428.621-53
RG/ Órgão expedidor 11841125-5 SJ MT	Função na parceria Coordenador Geral		
Endereço residencial completo Av. São Sebastião, nº 3161, Apt. 705, Ed. Xingu Business, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT			
CEP 78045-000	Cidade/UF Cuiabá/MT	Telefone fixo	Telefone celular (65) 99973-3646
E-mail do responsável fmttenis@gmail.com			

III - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco Banco do Brasil	Agência 2363-9	Conta Corrente 76929-0

IV - CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, é a entidade de administração esportiva responsável pela organização, regulamentação, desenvolvimento e fomento do tênis e do beach tennis no Estado de Mato Grosso. Com ampla experiência na execução de competições estaduais, nacionais e internacionais, a Federação atua há vários anos promovendo eventos oficiais, projetos de formação esportiva, capacitação técnica e competições homologadas pelas entidades nacionais e internacionais da modalidade.

Possui reconhecida capacidade técnica e operacional na gestão de recursos públicos e na execução de parcerias com órgãos governamentais, tendo realizado diversos projetos esportivos de relevante impacto social e econômico.

Área de atuação

Desenvolvimento, organização, regulamentação e promoção das modalidades de Tênis e Beach Tennis, abrangendo o esporte de participação, formação esportiva, rendimento, eventos oficiais, capacitação técnica, inclusão social por meio do esporte e incentivo ao turismo esportivo.

Principais objetivos

Promover o desenvolvimento do tênis e do beach tennis em Mato Grosso; fomentar a prática esportiva em todas as faixas etárias; organizar competições oficiais; fortalecer a formação de atletas, árbitros e técnicos; ampliar o acesso da população ao esporte; incentivar o alto rendimento; promover inclusão social por meio da prática esportiva e contribuir para o desenvolvimento econômico dos municípios através da realização de eventos esportivos.

Serviços prestados

Organização e execução de campeonatos estaduais, nacionais e internacionais; gestão de competições oficiais; coordenação técnica de eventos esportivos; arbitragem; formação e capacitação de profissionais; gestão de rankings estaduais; apoio às entidades filiadas; desenvolvimento de projetos esportivos; promoção de clínicas, festivais e ações de iniciação esportiva; execução de convênios e parcerias com órgãos públicos.

Público beneficiário

Atletas profissionais e amadores, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, professores, técnicos, árbitros, dirigentes esportivos, entidades filiadas, praticantes das modalidades, estudantes e população em geral, além de turistas esportivos e visitantes participantes dos eventos promovidos pela Federação.

Capacidade de atendimento

A Federação possui estrutura administrativa e técnica apta para planejar, organizar, executar, monitorar e prestar contas de projetos esportivos de diferentes portes, contando com equipe técnica qualificada, experiência comprovada na realização de eventos oficiais e capacidade operacional para atender centenas de atletas e milhares de espectadores simultaneamente, observando os princípios da eficiência, transparência, economicidade e legalidade.

Metodologia de trabalho

A metodologia de atuação baseia-se no planejamento técnico das ações, elaboração de cronogramas físicos e financeiros, contratação de fornecedores especializados, coordenação operacional das equipes envolvidas, acompanhamento permanente da execução, monitoramento dos indicadores de desempenho, registro documental e fotográfico das atividades realizadas, avaliação dos resultados alcançados e prestação de contas dos recursos públicos, assegurando a correta execução do objeto pactuado e o atendimento às finalidades de interesse público.

V - DESCRIÇÃO DO PROJETO

a) Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis	Julho/2026	Agosto/2026

b) Descrição do objeto

Celebrar parceria entre o Município de Sorriso e a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT para apoio à realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, evento internacional integrante do calendário oficial da Federação Internacional de Tênis (ITF), compreendendo a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização da competição, visando promover o esporte de alto rendimento, incentivar a participação da comunidade, fortalecer o turismo esportivo, fomentar a economia local e consolidar o Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

c) Justificativa

O Município de Sorriso consolidou-se como um dos principais polos do Beach Tennis em Mato Grosso, reunindo infraestrutura adequada, tradição na realização de competições e crescente participação de atletas e praticantes da modalidade. A realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis** representa uma importante oportunidade para fortalecer o calendário esportivo municipal, ampliar a visibilidade do município em âmbito nacional e internacional e impulsionar o desenvolvimento econômico por meio do turismo esportivo.

O evento atrairá atletas, equipes técnicas, dirigentes, familiares e visitantes de diversas regiões do Brasil e do exterior, promovendo significativo impacto nos setores de hotelaria, alimentação, transporte, comércio e prestação de serviços, gerando movimentação econômica e valorizando os empreendedores locais.

O evento será realizado **nos 13 a 19 de julho de 2026, na Arena Porto Seguro Beach Tennis, localizada no município de Sorriso – MT,** no município de Sorriso, espaço que dispõe de estrutura adequada para sediar competições esportivas de grande porte, oferecendo condições de acessibilidade, segurança, conforto ao público e infraestrutura compatível com os padrões exigidos para a realização de eventos oficiais da modalidade.

Além dos benefícios econômicos, a competição proporcionará à população acesso gratuito a um evento esportivo de padrão internacional, incentivando a prática esportiva, promovendo lazer, integração social e estimulando crianças, jovens e adultos a adotarem hábitos saudáveis por meio do esporte.

A parceria entre o Município de Sorriso e a Federação Mato-grossense de Tênis justifica-se pela reconhecida capacidade técnica e operacional da entidade na organização de competições oficiais de grande porte, garantindo que o evento seja executado em conformidade com as normas da Federação Internacional de Tênis (ITF), assegurando qualidade técnica, segurança, ampla participação da comunidade e adequada promoção institucional do Município de Sorriso.

Dessa forma, o presente projeto atende ao interesse público ao fomentar o desenvolvimento esportivo, fortalecer o turismo, movimentar a economia local e projetar positivamente o nome de Sorriso no cenário esportivo nacional e internacional.

d) Público-alvo beneficiado

O projeto beneficiará diretamente **256 atletas profissionais**, nacionais e internacionais, participantes do Circuito Mundial de Beach Tennis – BT200, além de técnicos, árbitros, dirigentes esportivos e equipes de apoio envolvidas na organização do evento. Indiretamente, beneficiará aproximadamente **3.500 pessoas,** entre moradores de Sorriso e região, estudantes, praticantes da modalidade, turistas, familiares dos atletas, comerciantes locais e demais visitantes, proporcionando acesso gratuito ao evento, incentivo à prática esportiva, fortalecimento do turismo esportivo e movimentação da economia municipal.

e) Objetivos gerais

Realizar o **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis,** promovendo o esporte de alto rendimento, fortalecendo o turismo esportivo, incentivando a prática esportiva, fomentando o desenvolvimento econômico local e consolidando o Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

f) Objetivos específicos

Organizar e executar o BT200 Sorriso em conformidade com as normas da Federação Internacional de Tênis (ITF).
Disponibilizar infraestrutura adequada para a realização da competição internacional.
Promover intercâmbio esportivo entre atletas brasileiros e internacionais.
Incentivar a prática do beach tennis junto à comunidade local por meio do acesso gratuito ao evento.
Fortalecer a economia do município mediante o incremento da atividade turística, hoteleira, gastronômica, comercial e de serviços.
Valorizar o Município de Sorriso como destino para grandes eventos esportivos, ampliando sua visibilidade em âmbito nacional e internacional.
Estimular o desenvolvimento da modalidade no Estado de Mato Grosso, proporcionando aos atletas locais a oportunidade de competir em evento válido para o ranking internacional da ITF.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

VI – DESCRIÇÃO, METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS

Nº Meta	Descrição da Meta	Descrição das atividades ou projetos para o cumprimento da Meta	Forma de execução das atividades ou projetos	Parâmetros de Aferição	Resultados a serem alcançados com a Parceria	Período de Verificação
1	Planejar e estruturar o BT200 Sorriso	Realizar o planejamento técnico, contratação dos serviços necessários, divulgação do evento, montagem da infraestrutura esportiva e organização logística para execução da competição.	Coordenação da Federação em conjunto com fornecedores especializados, equipe técnica e parceiros institucionais, realizando a montagem das estruturas e organização operacional da arena.	Estrutura montada, cronograma cumprido e serviços contratados.	Arena esportiva preparada para receber atletas, equipes e público, atendendo às exigências técnicas da competição internacional.	09/07/2026 á 13/07/2026
2	Executar a competição internacional BT200 Sorriso	Realizar as partidas oficiais, garantir arbitragem, apoio técnico, atendimento aos atletas, controle operacional, segurança, serviços de apoio e acompanhamento da programação oficial do evento.	Execução coordenada pela Federação Mato-grossense de Tênis durante todo o período da competição, observando as normas da ITF.	Cumprimento integral da programação oficial e realização das partidas previstas.	Realização completa da competição com participação de aproximadamente 256 atletas e pleno funcionamento da estrutura esportiva.	09/07/2026 á 13/07/2026
3	Promover o acesso da população e fortalecer o turismo esportivo	Disponibilizar acesso gratuito ao público, realizar ações de divulgação institucional, recepcionar visitantes e incentivar a participação da comunidade durante o evento.	Divulgação em mídias digitais, imprensa, redes sociais e atendimento ao público durante toda a programação esportiva	Número estimado de participantes, registros fotográficos, publicações e relatórios de divulgação.	Atendimento aproximado de 3.500 pessoas, fortalecimento do turismo esportivo e promoção institucional do Município de Sorriso.	13/07/2026 á 19/07/2026
4	Encerrar o projeto e comprovar a execução da parceria	Consolidar os registros da execução física e financeira, elaborar relatórios, organizar documentos comprobatórios e	Organização documental, elaboração de relatório técnico, registros fotográficos, documentos fiscais e demais	Entrega da prestação de contas e relatório final da execução do projeto.	Comprovação do cumprimento das metas pactuadas e regular encerramento da parceria.	20/07/2026 á 30/08/2026

		realizar a prestação de contas da parceria.	comprovantes da execução do objeto.			

VII - CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Natureza de Despesa	Especificação	Origem do Recurso		Total Geral
		Administração Pública	Organização da Sociedade Civil	
3390.30	Material de Consumo	R$ 48.199,80		R$ 48.199,80
3390.39	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 1.141.810,30		R$ 1.141.810,30
Subtotal Despesas Correntes				
TOTAL GERAL		R$ 1.190.010,10		R$ 1.190.010,10

VIII – DETALHAMENTO DAS DESPESAS

a) Material de Consumo

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Camisetas Staff	UND	30	R$ 120,00	R$ 3.600,00
2	Trófeus 70cm - Caixa com 48 unidades	CX	1	R$ 32.600,00	R$ 32.600,00
3	Redes	UND	4	R$ 1.750,00	R$ 7.000,00
4	Bolas	UND	60	83,33	R$ 4.999,80
Subtotal					R$ 48.199,80

b) Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de hospedagem em hotel	DIÁRIAS	966	R$ 186,34	R$ 180.004,44
2	Serviço de transporte terrestre (translado)	DIÁRIAS	7	R$ 10.000,00	R$ 70.000,00
3	Serviço de segurança patrimonial desarmada	SERVIÇO	1	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00
4	Projeto Arquitetônico	SERVIÇO	1	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00
5	Locação de 02 (duas) arquibancadas metálica desmontável, com aproximadamente 8 níveis (degraus), 5,40 m de profundidade e 19,90 metros lineares de extensão	DIÁRIAS	14	R$ 15.000,00	R$ 210.000,00
6	Tendas 5x5	DIÁRIAS	210	R$ 857,14	R$ 179.999,40
7	Montagem, manutenção e desmontagem de quadra central de futevôlei, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários à implantação da estrutura esportiva, incluindo material, transporte, espalhamento, nivelamento e acabamento da areia apropriada para prática esportiva	SERVIÇO	1	R$ 210.000,00	R$ 210.000,00

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

8	Camarote elevado modular, medindo 11,00 metros de comprimento por 5,00 metros de largura (55 m²), estruturado em sistema metálico de alta resistência, com piso elevado em placas modulares antiderrapantes, capacidade compatível com a utilização prevista, guarda-corpo em todo o perímetro, escadas de acesso com corrimãos, fechamento lateral quando necessário, sistema de travamento estrutural, nivelamento e todos os acessórios indispensáveis à montagem segura.	DIÁRIAS	14	R$ 7.857,14	R$ 109.999,96
9	Gradil	METRO/ DIA	2100	R$ 16,67	R$ 35.007,00
10	Placa para fechamento	METRO/ DIA	350	R$ 28,57	R$ 9.999,50
11	Marketing e comunicação visual	SERVIÇO	1	R$ 46.800,00	R$ 46.800,00
Subtotal					**R$ 1.141.810,30**

TOTAL GERAL (a + b)	**R$ 1.190.010,10**

IX - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
2026	Todas						

	Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2026	Todas	**R$ 1.190.010,10**					

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC (CONTRAPARTIDA)

	Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
2026							

	Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2026							

XI - DECLARAÇÃO

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil**, declaro, para fins de comprovação junto à **Administração Pública Municipal**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do **Município** para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Nestes termos, pede deferimento.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR
Data: 03/07/2026 16:46:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sorriso-MT, 03 de julho de 2026.
Local e Data

Organização da Sociedade Civil

XII - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

APROVADO.

ALEI FERNANDES:74345141915 Assinado digitalmente por ALEI FERNANDES:74345141915
Data: 2026.07.03 16:00:36 -04'00'

Sorriso-MT, 03 de julho de 2026.
Local e Data

Concedente

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

CRBP
ESPORTES E LAZER LTDA

CNPJ
58.875.098/0001-00

ORÇAMENTO

DATA: 01/07/2026
VALIDADE DE 90 DIAS

Cliente: FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TENIS
CNPJ: 00792887000106
Endereço: Avenida Marechal Deodoro, Centro Norte CUIABA, MT, 78005-100
Cidade: Cuiabá
Observações: Fornecimento de materiais esportivos para o BT200 Sorriso

ITEM	QNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
Camisetas Staff	30	R$ 120,00	R$ 3.600,00
Trófeus 70cm - Caixa com 48 unidades	1	R$ 32.600,00	R$ 32.600,00
Redes	4	R$ 1.750,00	R$ 7.000,00
Bolas	60	R$ 83,33	R$ 5.000,00

Valor total: R$ 48.200,00

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA IZABEL BERGAMASCHI FERREIRA
Data: 02/07/2026 12:47:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

58.875.098/0001-00

AVICE
EVENTOS E TERCEIRIZAÇÃO
LOCAÇÃO • ESTRUTURA • SERVIÇOS • SOLUÇÕES
AVICE EVENTOS E TERCEIRIZAÇÃO
AV. MARIA AUXILIADORA GRISSOLIA MENDES, Nº 28 - BAIRRO NOVA CONQUISTA - 78.056-901 - CUIABÁ-MT
(65) 99289-1140 | CNPJ 67.566.354/0001-79

ORÇAMENTO DESTINADO Á FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TENIS
EM ATENDIMENTO AO **BT200 SORRISO**

SEGUE ABAIXO:

ITEM 1 – Camisetas Staff
30 UNIDADES – VALOR UNITÁRIO R$ 135,00 – VALOR TOTAL R$ 4.050,00

ITEM 2 – Trófeus 70cm –
01 Caixa com 48 unidades - VALOR UNITÁRIO R$ 34.000,00 – VALOR TOTAL R$ 34.000,00

ITEM 3 – Redes
4 UNIDADES – VALOR UNITÁRIO R$ 1.811,00 – VALOR TOTAL – R$ 7.244,00

ITEM 4 - Bolas
60 UNIDADES – VALOR UNITÁRIO R$ 92,57 – VALOR TOTAL – R$ 5.554,20

VALOR TOTAL DA PROPOSTA
R$ 50.848,20

ORÇAMENTO VÁLIDO POR 90 DIAS.
CUIABÁ, 01 DE JULHO DE 2026.

AVICE EVENTOS E TERCEIRIZACAO LTDA:67566354000179

Assinado de forma digital por AVICE EVENTOS E TERCEIRIZACAO LTDA:67566354000179
Dados: 2026.07.03 09:37:21 -04'00'

ÁVICE EVENTOS E TERCERIZAÇÃO
CNPJ. 67.566.354./0001-79

WORLD FIT ACADEMIA LTDA

47.084.344/0001-90
ROD EMANUEL PINHEIRO , 300 - JARDIM FLORIANOPOLIS
CUIABA - MT - 78055-799
(65) 9205-7277

CONTRATO

Data: 01/07/2026 - 13:50
Código: 0000000060
Página: 1 / 1
Pagamento: Transf. bancária,Carteira Digital

Cliente
FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TENIS
CNPJ 00792887000106

Observações:

Proposta para fornecer materiais esportivos para o evento BT200 Sorriso.

ITEM	QNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
Camisetas Staff	30	R$ 125,00	R$ 3.750,00
Trófeus 70cm - Caixa com 48 unidades	1	R$ 32.600,00	R$ 32.600,00
Redes	4	R$ 1.750,00	R$ 7.200,00
Bolas	60	R$ 83,33	R$ 5.100,00

TOTAL
R$ 48.650,00

Pagamento

Parcela	Vencimento	Valor	Forma de Pagamento
		R$ 48.650,00	Transf. bancária,Carteira Digital

gov.br
Documento assinado digitalmente
WESLEY DE SOUSA SILVA
Data: 01/07/2026 12:25:22 -0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Obrigado!

Aplicativo Fiscal Fácil | (67) 4042-7490 | sucessonaempresa.com

MOVMIND

INTELIGÊNCIA EM EXECUÇÃO

Cuiabá, 01 de julho de 2026

Endereçado á:

Federação Matogrossense de Tênis

CNPJ 00.792.887/0001-06

Prezados,

Encaminhamos abaixo, nossa cotação de preços para prestação de serviços solicitadas, destinados à eventual execução ao "BT200 – SORRISO/MT", especificamente para as seguintes contratações e valores:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
Serviços de hospedagem em hotel, compreendendo a disponibilização de unidades habitacionais para acomodação de atletas, membros da comissão técnica, equipe operacional em apartamentos , duplos. A contratação inclui diárias com enxoval completo, limpeza diária dos apartamentos, recepção, segurança patrimonial do estabelecimento, acesso às áreas comuns, fornecimento de café da manhã e todos os tributos, taxas e encargos incidentes, durante o período de realização do evento, observadas as condições de conforto, higiene, acessibilidade e segurança compatíveis com a execução das atividades esportivas.	Diárias	966	R$ 186,34	R$ 180.000,00
Serviço de transporte terrestre (translado) , compreendendo a disponibilização de veículos apropriados – TIPO VAN, com motorista habilitado e devidamente identificado, destinados ao deslocamento de atletas, comissão técnica, equipe de organização. A contratação inclui todos os custos operacionais, tais como combustível, manutenção, seguros, pedágios, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do serviço, contemplando os deslocamentos entre aeroporto, rodoviária, hotéis, locais de competição, cerimônias oficiais e demais pontos definidos pela organização, durante todo o	Diárias	7	R$ 10.000,00	R$ 70.000,00

(65) 992321049

Rua 7 Quadra 06 Lote 04 - Morada da Serra CEP 78.058-334

período de realização do evento, garantindo pontualidade, segurança, conforto e eficiência logística.				
Serviço de segurança patrimonial desarmada, compreendendo a disponibilização de profissionais devidamente uniformizados e qualificados para atuação preventiva, controle de acesso, orientação ao público, proteção do patrimônio, organização dos fluxos de entrada e saída, apoio à equipe organizadora, monitoramento das áreas de circulação, prevenção de ocorrências e preservação da ordem durante a realização do evento. A contratação contempla a prestação dos serviços pelo período de 07 (sete) dias, incluindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, uniformes, equipamentos de comunicação, transporte, alimentação, coordenação operacional e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente e as necessidades operacionais do evento.	Serviço	1	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00

Valor Total da proposta: R$ 310.000,00 (trezendos e dez mil reais)

Esta proposta possui o prazo de validade de 180 dias.

Estamos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e realizar os ajustes necessários para melhor atender às suas expectativas.

Será um prazer colaborar no desenvolvimento do seu projeto e garantir resultados de alto impacto.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
PAULLA JOVINA CHAVES FERRY
Data: 01/07/2026 18:40:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CNPJ. 59.060.130/0001-62
MOVMIND - INTELIGENCIA EM EXECUCAO

(65) 992321049

Rua 7 Quadra 06 Lote 04 - Morada da Serra CEP 78.058-334

Explore Service

Cuiabá, 01 de julho de 2026.

À FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS
CNPJ. 00.792.887/0001-06

Esta empresa, especializada na execução de projetos e prestação de **serviços terceirizados para instituições públicas, privadas, terceiro setor e órgãos administrativos**, tem a satisfação de apresentar sua PROPOSTA DE PREÇOS para a realização dos serviços abaixo descritos:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unitário	V. Total
1	Serviços de hospedagem em hotel, compreendendo a disponibilização de unidades habitacionais para acomodação de atletas, membros da comissão técnica, equipe operacional em apartamentos , duplos. A contratação inclui diárias com enxoval completo, limpeza diária dos apartamentos, recepção, segurança patrimonial do estabelecimento, acesso às áreas comuns, fornecimento de café da manhã e todos os tributos, taxas e encargos incidentes, durante o período de realização do evento, observadas as condições de conforto, higiene, acessibilidade e segurança compatíveis com a execução das atividades esportivas.	Diária	966	R$ 250,00	R$ 241.500,00
2	Serviço de transporte terrestre (translado) , compreendendo a disponibilização de veículos apropriados - TIPO VAN, com motorista habilitado e devidamente identificado, destinados ao deslocamento de atletas, comissão técnica, equipe de organização. A contratação inclui todos os custos operacionais, tais como combustível, manutenção, seguros, pedágios, tributos,	Diária	7	R$ 11.800,00	R$ 82.600,00

(65) 9 9901-1602

contato@emgestaoeplanejamento.com

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 917, Ed. Eldorado Executive Center, Sala 804 - 2. Oitavo Andar - Bairro Araés, Cuiabá-MT

	encargos trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do serviço, contemplando os deslocamentos entre aeroporto, rodoviária, hotéis, locais de competição, cerimônias oficiais e demais pontos definidos pela organização, durante todo o período de realização do evento, garantindo pontualidade, segurança, conforto e eficiência logística.				
3	Serviço de segurança patrimonial desarmada, compreendendo a disponibilização de profissionais devidamente uniformizados e qualificados para atuação preventiva, controle de acesso, orientação ao público, proteção do patrimônio, organização dos fluxos de entrada e saída, apoio à equipe organizadora, monitoramento das áreas de circulação, prevenção de ocorrências e preservação da ordem durante a realização do evento. A contratação contempla a prestação dos serviços pelo período de 07 (sete) dias, incluindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, uniformes, equipamentos de comunicação, transporte, alimentação, coordenação operacional e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente e as necessidades operacionais do evento.	Serviço	1	R$ 72.00,00	R$ 72.000,00

Valor Total da proposta – R$ 396.000,00

O prazo de validade desta proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e renovamos nossos protestos de estima e apreço.

(65) 9 9901-1602

contato@emgestaoeplanejamento.com

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 917, Ed. Eldorado Executive Center, Sala 804 - 2. Oitavo Andar - Bairro Araés, Cuiabá-MT

Atenciosamente,

gov.br
Documento assinado digitalmente
MILENA CRISTINA SILVA DE CARVALHO
Data: 01/07/2026 18:13:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EXPLORE SERVICE TERCERIZAÇÕES - LTDA
CNPJ N. 58.951.802/0001-67

(65) 9 9901-1602

contato@emgestaoeplanejamento.com

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 917, Ed. Eldorado Executive Center,
Sala 804 - 2, Oitavo Andar - Bairro Araés, Cuiabá-MT

AVICE
EVENTOS E TERCEIRIZAÇÃO
LOCAÇÃO • ESTRUTURA • SERVIÇOS • SOLUÇÕES
AVICE EVENTOS E TERCEIRIZAÇÃO
AV. MARIA AUXILIADORA GRISSOLIA MENDES, Nº 28 - BAIRRO NOVA CONQUISTA - 78.056-901 - CUIABÁ-MT
(65) 99289-1140 | CNPJ 67.566.354/0001-79

ORÇAMENTO DESTINADO Á FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS
EM ATENDIMENTO AO **BT 200 – SORRISO**

SEGUE ABAIXO:

ITEM 1 – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA ATLETAS E STAFF
966 DIÁRIAS – VALOR UNITÁRIO R$ 287,00

ITEM 2 – SERVIÇO DE TRANSLADO TERRESTRE – TIPO VAN
7 DIÁRIAS – VALOR UNITÁRIO – R$ 12.500,00

ITEM 3 – SERVIÇO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA PARA EVENTO
1 SERVIÇO – VALOR UNITÁRIO – R$ 63.000,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA
R$ 427.742,00

ORÇAMENTO VÁLIDO POR 90 DIAS.
CUIABÁ, 01 DE JULHO DE 2026.

AVICE EVENTOS E TERCEIRIZACAO LTDA:67566354000179

Assinado de forma digital por AVICE EVENTOS E TERCEIRIZACAO LTDA:67566354000179
Dados: 2026.07.01 17:36:11 -04'00'

ÁVICE EVENTOS E TERCERIZAÇÃO
CNPJ. 67.566.354./0001-79

RODRIGO ESTEVES E CIA LTDA:15988509000161

Assinado de forma digital por RODRIGO ESTEVES E CIA LTDA:15988509000161
Dados: 2026.07.01 13:30:44 -04'00'

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO EM PROJETO ARQUITETONICO DE LAYOUT DE EVENTO – BT 200 SORRISO 2026

FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TÊNIS,
CNPJ 00.792.887/0001-06

OBJETO DA PROPOSTA
A presente proposta tem por objeto a elaboração do **PROJETO ARQUITETONICO DE LAYOUT DE EVENTO – BT 200 SORRISO 2026**

- 04 IMAGENS 3D ILUSTRATIVAS
- PLANTA TECNICA EXECUTIVA PARA ENVIO AO BOMBEIRO

SERVIÇOS PROFISSIONAIS
O CONTRATADO executará os seguintes serviços:

. **ESTUDO PRELIMINAR:** etapa destinada à concepção e à representação do conjunto de informações técnicas necessárias à compreensão da configuração inicial e aproximada da edificação podendo incluir soluções alternativas, servindo de direcionamento para a execução do projeto executivo de arquitetura. O Estudo preliminar constitui a configuração inicial da solução proposta para a ambientação, considerando as principais exigências contidas no levantamento de dados.

. **PROJETO EXECUTIVO:** etapa destinada à concepção e à representação final do conjunto de informações técnicas da edificação, completas, definitivas e suficientes à contratação e à execução dos serviços de obra correspondentes.

- Planta técnica com dimensões
- Tabelas de produtos

. **IMAGENS/VIDEO:**

- ✓ Imagens 3d meramente ilustrativas - 04 (QUATRO) IMAGENS
  - Imagem 01
  - Imagem 02
  - Imagem 03
  - Imagem 04

DOS HONORÁRIOS E DESPESAS EM GERAL
Pela elaboração dos serviços ora estabelece-se um valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, VALOR LÍQUIDO da seguinte forma:
1.ª Parcela – R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS) na entrega do mesmo

www.rodrygoesteves.com.br
(65) 8403 1003
RUA ALFENAS, 238 · JARDIM MARIANA
CEP 78040-640 · CUIABÁ · MT
rodrygoesteves@rodrygoesteves.com.br

Cuiabá, 01 de julho de 2026

Orçamento destinado A FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TÊNIS
CNPJ 00.792.887/0001-06

Atendendo à sua solicitação, encaminhamos proposta para elaboração de Projeto de Arquitetura.

1. OBJETO DA PROPOSTA

PROJETO ARQUITETONICO DE LAYOUT DE EVENTO – BT 200 SORRISO 2026

A proposta inclui:

- 5 imagens 3d sendo uma setorização
- Planta executiva para envio ao bombeiro

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços objeto da presente proposta serão entregues 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do contrato.

3. VALOR DOS SERVIÇOS

3.1. O valor total dos serviços é de R$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais)

3.2 Condição de pagamento à vista após emissão de nota fiscal.

No aguardo de sua aprovação.

Atenciosamente,

Luciana Aparecida da Silva Wolff Ribeiro
Arquiteta
CAU MT A77703-0
CPF: 895.961.701-63
(65) 3623-8776

Angélica Piaia
ARQUITETA E URBANISTA

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TÊNIS
CNPJ 00.792.887/0001-06

OBJETIVO: PROJETO ARQUITETONICO DE LAYOUT DE EVENTO – BT 200 SORRISO 2026

A proposta orçamentaria consiste em um Projeto de Arquitetura de Evento Beach Tennis, localizado no Estacionamento Pantanal Shopping.

A proposta inclui:

- 5 imagens 3d sendo uma setorização
- Planta executiva para envio ao bombeiro

VALOR LÍQUIDO DA PROPOSTA- R$ 32.000,00

FORMA DE PAGAMENTO- A VISTA

Angelica Piaia

(65) 9.8158-9582

Explore Service

Cuiabá, 01° de julho de 2026.

À FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS
CNPJ. 00.792.887/0001-06

Esta empresa, especializada na execução de projetos e prestação de **serviços terceirizados para instituições públicas, privadas, terceiro setor e órgãos administrativos**, tem a satisfação de apresentar sua PROPOSTA DE PREÇOS para a realização dos serviços abaixo descritos:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unitário	V. Total
1	Locação de 02 (duas) arquibancadas metálica desmontável, com aproximadamente 8 níveis (degraus), 5,40 m de profundidade e 19,90 metros lineares de extensão, incluindo transporte, montagem, desmontagem, guarda-corpo, escadas de acesso, corrimãos, equipe técnica e todos os acessórios necessários para perfeita instalação e utilização durante o evento.	Diária	14	R$ 15.000,00	R$ 210.000,00
2	Tendas 5x5	Diária	210	R$ 857,14	R$ 180.000,00
3	Montagem, manutenção e desmontagem de quadra central de futevôlei, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários à implantação da estrutura esportiva, incluindo material, transporte, espalhamento, nivelamento e acabamento da areia apropriada para prática esportiva; marcação oficial da área de jogo; nivelamento e compactação do piso quando necessário; acabamento e ajustes técnicos durante todo o período de realização do evento; manutenção corretiva da quadra durante a competição, incluindo reposição, redistribuição e nivelamento da areia; e desmontagem completa ao término do evento, com retirada dos materiais, limpeza da área e destinação adequada dos resíduos. Todos os serviços deverão ser	Serviço	1	R$ 210.000,00	R$ 210.000,00

(65) 9 9901-1602

contato@emgestaoeplanejamento.com

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 917, Ed. Eldorado Executive Center, Sala 804 - 2. Oitavo Andar - Bairro Araés, Cuiabá-MT

	executados em conformidade com as especificações técnicas da modalidade e observando as normas de segurança aplicáveis.				
4	Camarote elevado modular, medindo 11,00 metros de comprimento por 5,00 metros de largura (55 m²), estruturado em sistema metálico de alta resistência, com piso elevado em placas modulares antiderrapantes, capacidade compatível com a utilização prevista, guarda-corpo em todo o perímetro, escadas de acesso com corrimãos, fechamento lateral quando necessário, sistema de travamento estrutural, nivelamento e todos os acessórios indispensáveis à montagem segura. A contratação compreende o fornecimento de todos os materiais, transporte, montagem, manutenção durante o período do evento, desmontagem, limpeza da área ao final da utilização, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, emissão de ART/RRT ou documento técnico equivalente quando exigido e atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes. Estrutura destinada ao uso de autoridades, patrocinadores, convidados e equipe de organização durante a realização do evento esportivo.	Diária	14	R$ 7.857,14	R$ 110.000,00
5	Gradil	Metro/ dia	2.100	R$ 16,67	R$ 35.000,00
6	Placa para fechamento	Metro/ dia	350	R$ 28,57	R$ 10.000,00

Valor Total da proposta – R$ 755.000,00

O prazo de validade desta proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e renovamos nossos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
MILENA CRISTINA SILVA DE CARVALHO
Data: 01/07/2026 18:02:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EXPLORE SERVICE TERCERIZAÇÕES – LTDA
CNPJ N. 58.951.802/0001-67

(65) 9 9901-1602

contato@emgestaoeplanejamento.com

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 917, Ed. Eldorado Executive Center, Sala 804 - 2. Oitavo Andar - Bairro Araés, Cuiabá-MT

ALPHA
SOM E ILUMINAÇÃO

A

Federação Mato-grossense de tênis – FMTT

CNPJ 00.792.887/0001-06

ORÇAMENTO

Segue abaixo os valores correspondentes à locação, montagem e desmontagem da estrutura para evento em Sorriso, estando todos os custos de transporte e serviços de montagem e desmontagem inclusos.

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Locação de 02 (duas) arquibancadas metálica desmontável, com aproximadamente 8 níveis (degraus), 5,40 m de profundidade e 19,90 metros lineares de extensão, incluindo transporte, montagem, desmontagem, guarda-corpo, escadas de acesso, corrimãos, equipe técnica e todos os acessórios necessários para perfeita instalação e utilização durante o evento.	DIARIA	14	R$ 16.000,00	R$ 224.000,00
TENDA 5x5m	DIARIA	210	R$ 860,00	R$ 180.600,00
Montagem, manutenção e desmontagem de quadra central de futevôlei, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários à implantação da estrutura esportiva, incluindo material, transporte, espalhamento, nivelamento e acabamento da areia apropriada para prática esportiva; marcação oficial da área de jogo; nivelamento e compactação do piso quando necessário; acabamento e ajustes técnicos durante todo o período de realização do evento; manutenção corretiva da quadra durante a competição, incluindo reposição, redistribuição e nivelamento da areia; e desmontagem completa ao término do evento, com retirada dos materiais, limpeza da área e destinação adequada dos resíduos.	SERVIÇO	1	R$ 215.000,00	R$ 215.000,00

M V P MORAES SOM E ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ: 45.696.750/0001-88. RUA ORLANDO SILVA 19 QUADRA 32 LOTE 19 CEP 78.128-312 Jardim Costa Verde Bairro Jd Costa Verde - Várzea Grande – MT
E-mail – alphasomeluz@gmail.com Fone 65 9 9606-8156 WhatsApp

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas da modalidade e observando as normas de segurança aplicáveis.				
Camarote elevado modular, medindo 11,00 metros de comprimento por 5,00 metros de largura (55 m^2), estruturado em sistema metálico de alta resistência, com piso elevado em placas modulares antiderrapantes, capacidade compatível com a utilização prevista, guarda-corpo em todo o perímetro, escadas de acesso com corrimãos, fechamento lateral quando necessário, sistema de travamento estrutural, nivelamento e todos os acessórios indispensáveis à montagem segura. A contratação compreende o fornecimento de todos os materiais, transporte, montagem, manutenção durante o período do evento, desmontagem, limpeza da área ao final da utilização, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, emissão de ART/RRT ou documento técnico equivalente quando exigido e atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes. Estrutura destinada ao uso de autoridades, patrocinadores, convidados e equipe de organização durante a realização do evento esportivo.	DIARIA	14	R$ 7.900,00	R$ 110.600,00
GRADIL	METRO	2100	R$ 17,00	R$ 35.700,00
FECHAMENTO	METRO	350	R$ 30,00	R$ 10.500,00

VALOR TOTAL para o período de evento R$ 776.400,00

Validade da proposta: 120 (cento e vinte dias)

Prazo de entrega: 2 (dois) dias.

gov.br Documento assinado digitalmente
MYCHKEL VINICIUS PASCUTTI MORAES
Data: 02/07/2026 14:12:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MYCHKEL VINICIUS PASCUTTI MORAES

M V P MORAES SOM E ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ: 45.696.750/0001-88. RUA ORLANDO SILVA 19 QUADRA 32 LOTE 19 CEP 78.128-312 Jardim Costa Verde Bairro Jd Costa Verde - Várzea Grande – MT
E-mail – alphasomeluz@gmail.com Fone 65 9 9606-8156 WhatsApp

BIJU EVENTOS

R ALVES TORTATO M E - CNPJ: 25.266.866/0001-70- ENDEREÇO: RUA PEDRO ALVES FERREIRA
Nº 114 BAIRRO PONTE NOVA (MANGA) - ANEXO: GALPÃO B – CIDADE: VÁRZEA GRANDE/MT
CEP: 78.115-690 – FONE (65) 99609-0378 (65) 99329-8103
DADOS BANCÁRIOS AG 2764-2 C/C 133557-X – PIX CNPJ 25266866000170
E-MAIL: bijusonorizacao@hotmail.com

ORÇAMENTO

Para FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS - CNPJ. 00.792.887/0001-06

Ref.: proposta de preço para a realização dos serviços abaixo descritos:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. unit	V. Total R$
01	Locação de 02 (duas) arquibancadas metálica desmontável, com aproximadamente 8 níveis (degraus), 5,40 m de profundidade e 19,90 metros lineares de extensão, incluindo transporte, montagem, desmontagem, guarda-corpo, escadas de acesso, corrimãos, equipe técnica e todos os acessórios necessários para perfeita instalação e utilização durante o evento.	Diária	14	15.500,00	217.000,00
02	Tendas 5x5	Diária	210	R$ 910,00	R$ 191.100,00
03	Montagem, manutenção e desmontagem de quadra central de futevôlei, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e todos os materiais necessários à implantação da estrutura esportiva, incluindo material, transporte, espalhamento, nivelamento e acabamento da areia apropriada para prática esportiva; marcação oficial da área de jogo; nivelamento e compactação do piso quando necessário; acabamento e ajustes técnicos durante todo o período de realização do evento; manutenção corretiva da quadra durante a competição, incluindo reposição, redistribuição e nivelamento da areia; e desmontagem completa ao término do evento, com retirada dos materiais, limpeza da área e destinação adequada dos resíduos. Todos os serviços deverão ser Serviço 1 R$ 210.000,00 R$ 220.000,00 executados em conformidade com as especificações técnicas da modalidade e observando as normas de segurança aplicáveis.	Serviço	1	R$ 230.000,00	R$ 230.000,00
04	Camarote elevado modular, medindo 11,00 metros de comprimento por 5,00 metros de largura (55 m²), estruturado em sistema metálico de alta resistência, com piso elevado em placas modulares antiderrapantes, capacidade compatível com a utilização prevista, guarda-corpo em todo o perímetro, escadas de acesso com corrimãos, fechamento lateral quando necessário sistema de travamento estrutural, nivelamento e todos os acessórios indispensáveis à montagem segura. A contratação compreende o fornecimento de todos os materiais, transporte, montagem, manutenção durante o período do evento, desmontagem, limpeza da área ao final da utilização, mão de obra especializada, equipamentos,	Diária	14	R$ 7.920,00	R$ 110.880,00

	ferramentas, emissão de ART/RRT ou documento técnico equivalente quando exigido e atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes. Estrutura destinada ao uso de autoridades, patrocinadores, convidados e equipe de organização durante a realização do evento esportivo.				
05	Gradil	Metros dia	2.100m	R$ 18,00	R$ 37.800,00
06	Placa para fechamento	Metros dia	350m	R$ 29,90	R$ 10.465,00

VALOR TOTAL GLOBAL..... R$ 797.245,00

OBS.: TRANPORTE, MOSTAGEM E DESMONTAGEM POR CONTA DA CONTRATADA.

VALIDADE: 180 DIAS

Várzea grande/MT, 05/07/2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ROCIO ALVES TORTATO
Data: 02/07/2026 14:49:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

02 de julho de 2026

A/C FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS
CNPJ 00.792.887/0001-06
:EVENTO: World Tour BT 200 - SORRISO - MATO GROSSO

DESCRIÇÃO	VALOR
Marketing e comunicação visual	**R$ 46.800,00**
VALOR TOTAL:	**R$ 46.800,00**

gov.br
Documento assinado digitalmente
NATHANY DE OLIVEIRA ASSUNCAO
Data: 02/07/2026 11:48:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CRIAS DO MARKETING
NATHANY ASSUNÇÃO
49.188.946.0001-12

M O V M I N D

INTELIGÊNCIA EM EXECUÇÃO

Cuiabá, 01 de julho de 2026

ENDERAÇADO Á:

Federação Matogrossense de Tênis

CNPJ 00.792.887/0001-06

Prezados,

Encaminhamos abaixo, nossa cotação de preços para prestação de serviços solicitadas, destinados à eventual execução ao "BT200 – SORRISO/MT", especificamente para as seguintes contratações e valores:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
Marketing e Comunicação visual	Serviço	1	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00

Valor Total da proposta: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Esta proposta possui o prazo de validade de 180 dias.

Estamos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e realizar os ajustes necessários para melhor atender às suas expectativas.

Será um prazer colaborar no desenvolvimento do seu projeto e garantir resultados de alto impacto.

Atenciosamente,

CNPJ. 59.060.130/0001-62
MOVMIND - INTELIGENCIA EM EXECUCAO

(65) 992321049

Rua 7 Quadra 06 Lote 04 - Morada da Serra CEP 78.058-334

Frolla
PAINÉIS & LUMINOSOS
CNPJ: 65 289 450/0001-91

ORÇAMENTO

01/07/2026

Cliente:

Federação Mato-Grossense de Tênis CNPJ: 00.792.887/0001.06
(Evento BT 200. em Sorriso MT.)

Item	Descrição		Qtde	Valor Unit	Subtotal
1	MARKETING / COMUNICAÇÃO VISUAL		1		48.500,00

CNPJ: 65.289.450/0001-91
65 289 450 FABIO FROTA SALLES
Rua: Rubens Pinto, 198
Bairro: Vista Alegre, Coxipó
CEP:78085-730
CUIABÁ MT

Total: R$ 48.500,00

FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS

Fundada em 31 de marco de 1979
C.N.P.J 00.792.887/0001-06

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

ESTATUTO SOCIAL

Com observância das disposições da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências, bem como das normas e regulamentos em vigor.

CBT — Confederação Brasileira de Tênis
ITF — International Tennis Federation ou Federação Internacional de Tennis
COSAT — Confederacion Sudamericana de Tenis ou Confederação Sul Americana de Tênis
ATP — Asociation of Tennis Professional ou Associação dos Tenistas Profissionais
WTA — Women Tennis Asociation ou Associação de Tenistas Profissionais

ESTATUTO

TÍTULO I
Da Entidade e seus fins

CAPÍTULO I
Da Denominação, Sede, Duração e Fins

Art. 1º - **A FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS**, a seguir, neste Estatuto, denominada **FMTT**, de direito privado, de caráter desportivo, de fins não econômicos, distinto de suas filiadas, com sede na Rua Marechal Deodoro, 1402 — 1º andar sala 04 Cuiabá, CEP: 78.005-101, e foro na cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, onde foi fundada em 31 de março de 1979.

§ 1º - A FMTT reger-se-á pelo presente Estatuto, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, cabendolhe, na qualidade de filiada, observar e fazer cumprir em Mato Grosso todos os ditames estatutários e regulamentares emanados da CBT.

§ 2º - A FMTT será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pelo seu Presidente ou substituto legal.

§ 3º - A FMTT, compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce qualquer função delegada do Poder Público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública.

§ 4º - A FMTT, nos termos do inciso I do art. 217 da Constituição Federal, goza de autonomia administrativa quanto a sua organização e funcionamento.

§ 5º - A FMTT reconhece que a prática formal do ténis é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de pratica desportiva da modalidade aprovadas pela CBT e ITF, que lhe incumbe fazer observar em Mato Grosso.

§ 6º A FMTT é entidade privada sem fins lucrativos, que não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais,

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

Art. 2º - A FEDERAÇÃO, cujo prazo de duração é indeterminado, tem personalidade jurídica e patrimônio próprios, distintos daqueles das Entidades que a compõe, e exercerá suas atividades segundo o disposto neste Estatuto e tem por fim:

a) administrar, dirigir, controlar, fomentar, difundir, incentivar, regulamentar e fiscalizar de forma única e exclusiva, a prática do tênis, profissional e não profissional, em todos os níveis, inclusive o Tênis praticado por portadores de deficiências, em todo o território matogrossense;

b) promover, autorizar, supervisionar e coordenar a realização de competições, torneios e eventos de tênis, com a participação de representantes estrangeiros e nacionais ou de entidade de prática de tênis filiadas, assim como que tenham a participação de atletas vinculados às entidades filiadas à FMTT;

c) aplicar penalidades nos limites de suas atribuições aos responsáveis pela inobservância das normas estatutárias, regulamentares e legais;

d) representar o Tênis Mato-grossense no Brasil e no exterior, em competições amistosas ou oficiais da Federação Internacional de Ténis - ITF, Associação dos Tenistas Profissionais — ATP, Associação das Tenistas Profissionais — WTA, Confederação Sul-Americana de Tênis — COSAT e Confederação Brasileira de Ténis — CBT;

e) manter a ordem desportiva e velar pela organização e pela disciplina da prática do tênis, nas filiadas e eventuais ligas autorizadas;

f) promover e fomentar a prática do Tênis de alto nível, lazer, estudantil, universitário e de cunho social;

g) representar o Tênis Mato-grossense junto aos poderes públicos em caráter geral;

h) interceder junto às entidades públicas e privadas, visando a defesa dos direit e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;

i) informar às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como aquelas que emanarem dos poderes públicos e das Entidades internacionais;

j) expedir às filiadas, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de Tênis que promoverem ou participarem;

k) regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas dispondo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporarias ou definitivas;

l) regulamentar as inscrições dos praticantes do Tênis na FMTT e as transferência de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;

m) autorizar, com exclusividade, sobre a realização de competições e torneios estaduais, nacionais ou internacionais que tenham lugar no território matogrossense, pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites;

n) tomar quaisquer medidas que se revelem necessárias ou convenientes, a fim de impedir que sejam infringidos os Estatutos e demais atos e decisões da CBT, da COSAT, da ITF, como as regras de jogo aprovadas;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

o) respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos nacionais e internacionais;

p) combater, por todas as formas, a utilização de substâncias proibidas ou técnicas de dopagem, por parte de atletas não profissionais e profissionais de tênis, punindo os infratores das regras anti-dopagem e do guia de procedimentos anti-dopagem;

q) promover seminários, simpósios, cursos, fóruns e outras atividades assemelhadas envolvendo assuntos técnicos, jurídicos, administrativos e econômicos ligados diretamente ao tênis;

r) realizar promoções e eventos destinados a angariar recursos para o fomento do tênis, mediante as modalidades admitidas e expressamente permitidas em lei;

s) representar o tênis matogrossense como membro filiado nos congressos e reuniões das entidades nacionais e internacionais, através de seu Presidente, delegados, observadores ou designados;

t) praticar, no exercício da direção estadual do tênis, todos os atos necessários a realização de seus fins, podendo, entre outras atividades, empreender esforços no sentido da integração da FMTT com os diversos meios sociais do país e do exterior, de modo a contribuir para a conscientização pública da importância dessa modalidade desportiva e criar condições favoráveis a seu constante desenvolvimento;

u) colaborar para o funcionamento e desenvolvimento das entidades filiadas, proporcionando-lhes assistência técnica;

v) colaborar para o funcionamento e desenvolvimento de entidades de natureza assistencial;

w) manter registros das entidades filiadas, dos atletas profissionais e não profissionais participantes de competições oficiais e autorizadas, assim como os árbitros credenciados.

Art. 3º - As normas de execução dos princípios fixados no artigo 2º serão prescritas além do que constar neste Estatuto, nos regulamentos, regimentos, resoluções, portarias, avisos e demais normas orgânicas e técnicas baixadas pela FMTT, com caráter de adoção e observância obrigatórias.

Parágrafo Único — A FMTT, para a consecução dos artigos 2º e 3º pode associar-se a outras instituições desportivas do país ou do exterior, cabendo-lhe com exclusividade a representação do tênis mato-grossense no país e especialmente perante as entidades nacionais do tênis.

CAPÍTULO II
Das Insignias

Art. 4º - A FEDERAÇÃO tem um pavilhão, um escudo e uniforme com as cores verde, amarela, azul e branca.

a) o escudo: será em forma retangular, com as letras ao centro F.M.T.T. em cor verde e em fundo branco, e retângulo será na cor azul, conforme modelo, terá uma faixa vertical cortando uma horizontal em amarelo;

b) o pavilhão, será idêntico ao escudo, isto é, em forma retangular em fundo branco e iniciais (F.M.T.T.) ao centro em verde e uma faixa, no contorno, na cor azul e uma faixa vertical cortando uma horizontal e mareio;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

c) O uniforme: será branco com as iniciais e frisos em verde- O Uniforme nº 2 será amarela e com iniciais e frisos em verdes.

TÍTULO II
Da Organização e dos Poderes

CAPÍTULO I
Da organização

Art. 5º - A organização e o funcionamento da FEDERAÇÃO, respeitado o disposto neste Estatuto, obedecer regulamentos, completados com as normas e instruções emanadas dos Poderes, de acordo com sua competência.

Art. 6º - As obrigações contraídas pela FEDERAÇÃO não se estendem as suas filiadas, assim como as obrigações contraídas pelas suas filiadas não se estendem a FMTT, nem criam vínculos de solidariedade. Todas as suas rendas e recursos financeiros, inclusive os provenientes das obrigações que assumir, serão exclusivamente empregados na realização de suas finalidades.

Art. 7º - A FEDERAÇÃO é dirigida pelos Poderes mencionados no Art. 17 e ninguém poderá:

a) acumular, ainda que em caráter transitório, em mais de um Poder ou Órgão, o exercício de cargos de qualquer natureza;

b) exercer cargo de qualquer Poder, uma vez que faça parte dos poderes de filiada, exceto do Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral;

c) exercer cargo de qualquer Poder, uma vez que integre poder de Entidade a que a FEDERAÇÃO esteja direta ou indiretamente vinculada;

d) ser eleito ou designado para qualquer cargo ou função, enquanto estiver cumprindo pena imposta por Associação, Liga, pela FEDERAÇÃO, por Entidade a que esta estiver direta ou indiretamente vinculada, ou pela Justiça Desportiva;

e) exercer cargo de qualquer Poder, quando funcionário de qualquer categoria, em filiada ou Entidade a que estiver direta ou indiretamente vinculada a FEDERAÇÃO.

Art. 8º - As resoluções da FEDERAÇÃO tem força executiva e serão cumpridas e observadas, imediatamente, após sua publicação em Boletim Oficial.

Art. 9º - Todas as vagas que se verificarem nos Poderes serão preenchidas por quem de direito, respeitadas as disposições deste Estatuto, ficando estabelecido que este provimento perdurará tão somente pelo tempo que faltar para o término do respectivo mandato.

Parágrafo Único — Sempre que ocorrer vaga de qualquer membro eleito para os poderes da FMTT, o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

Art. 10 - O mandato de quem estiver cumprindo pena de suspensão de seus direitos sociais, imposta por filiada, ficará interrompido durante a vigência da pena, uma vez homologada pela Diretoria, "ad referendum" da Assembléia Geral, a competente notificação.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

Art. 11 - Todas as eleições serão realizadas por escrutínio secreto, procedendo-se em caso de empate, a um segundo escrutínio entre os colocados em primeiro lugar. Se após o novo escrutínio se verificar outro empate, será considerado eleito o candidato mais idoso entre os que participaram do último escrutínio:

§ 1º - Só poderão ocupar cargos, em qualquer Poder da FEDERAÇÃO, brasileiros maiores de 18 anos, que, além de possuírem reconhecida competência, gozem de conceito público por suas virtudes cívicas, sociais, desportivas e morais.

§ 2º - A participação de estrangeiros nesses poderes será condicionada ao cumprimento das disposições legais.

§ 3º - Os membros dos poderes não poderão, de qualquer forma, ser remunerados pelas funções que exercerem na FEDERAÇÃO.

§ 4º - São inelegíveis para o desempenho de funções e cargos eletivos nos poderes da FMTT, das Entidades a ela filiadas e ligas, se constituídas, mesmo os de livre nomeação, os desportistas:

a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f) falido;

g) os que estiverem cumprindo penalidades impostas pela Federação Internacional de Tênis (ITF), COB, COSAT ou pelas entidades a ela filiadas, pelos órgãos de Justiça Desportiva ou pelo COB;

Art. 12 - Após a devida comunicação por escrito, o membro de qualquer Poder pod durante o período administrativo, licenciar-se do exercício do cargo ou função, por prazo não excedente de sessenta dips, prorrogável apenas uma vez, por igual período. Ao Poder competente cabe juizar os motivos alegados, assim o rorrogar, adiar ou interromper o gozo de qualquer licença concedida.

Art. 13 - As ligas, quando e se forem constituídas com autorização da CBT, para pleitear vinculação à CBT ou filiadas. de acordo com sua condição territorial, deverão formalizar requerimento escrito, dirigido ao Presidente da FMTT, do qual conste a declaração expressa no seu respectivo Estatuto de que se compromete a cumprir fielmente os Estatutos, normas, regulamentos e decisões da FMTT e da CBT, as quais ficarão submetidas.

Parágrafo Único – São condições essenciais para que uma Liga obtenha vinculação:

a) ter personalidade jurídica;

b) ter seus Estatutos e os de suas Filiadas em conformidade com as normas emanadas da FMTT e da CBT;

c) ter Diretoria idônea cujos nomes e profissões de seus integrantes deverão constar do requerimento de vinculação, sendo obrigatório que a função executiva seja exercida, exclusivamente, pelo Presidente;

d) remeter o desenho do uniforme de sua equipe representativa e do seu pavilhão, com indicação das cores, devendo sujeitar-se a modificá-lo, caso a CBT o exija, antes de aprová-lo;
e) enviar relação completa de suas vinculadas;

f) não conter em suas leis nenhuma disposição que vede ou restrinja o direito de associados brasileiros;

g) depositar a jóia estipulada que lhe será devolvida, com a dedução de 20%, referentes a custas, no caso de não ser concedida a vinculação;

h) fornecer cadastro das instalações regulamentares para prática do Tênis, existentes no território de sua jurisdição.

i) Possuir quadra própria ou dispor de quadra cedida em casos excepcionais a juízo da FEDERAÇÃO;

j) Constituir um Conselho Deliberativo e um Órgão Fiscal na forma da lei;

Art. 14 - Obedecidas as disposições legais, são condições para permanência de qualquer filiada na FEDERAÇÃO, além dos requisitos mencionados no artigo anterior, as seguintes:

I - Manter o alvará de funcionamento expedido pelo Conselho Regional de Desportos;

II - Reconhecer a FEDERAÇÃO como única entidade dirigente do ténis no Estado do Mato Grosso;

III - Não permitir que as funções executivas sejam exercidas senão pelo respectivo Presidente;

IV - Efetuar os pagamentos das taxas, percentagens, multas e quaisquer outras modalidades de contribuições devidas à FEDERAÇÃO ou às Entidades superiores, dentro dos prazos legais;

V - Não deixar de disputar mais de um campeonato daqueles considerados obrigatórios, até suas definitivas conclusões, na forma prevista neste Estatuto, regulamentos e leis acessórias;

VI - Comunicar à FEDERAÇÃO, dentro do prazo máximo de IO (dez) dias da posse, os nomes dos componentes da nova diretoria ou qualquer modificação ela verificada.

Parágrafo Único – Qualquer Associação ou Liga perderá ainda, o direito de permanência na FEDERAÇÃO, em virtude de:

a) pedido de desfiliação;

b) dissolução;

c) fusão com associação filiada à FEDERAÇÃO, sem consentimento desta;

Art. 15 - Os processos eleitorais assegurarão:

a) colégio eleitoral constituído, nos termos deste Estatuto, de todas as filiadas, no gozo de seus direitos;

b) defesa prévia, em caso de haver impugnação ao direito de participar da eleição;

c) sistema de recolhimento dos votos imune a fraude.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

Art. 16 - As competições e os torneios de ténis oficiais ou não oficiais, em todo o território matogrossense deverão, obrigatoriamente, receber autorização prévia da FMTT, sempre que deles participarem entidades de prática ou tenistas inscritos em qualquer filiada.

§ 1º A autorização mencionada no caput está sujeita ao cumprimento das determinações assim como ao pagamento de uma taxa administrativa, ambas a serem definidas através do regimento interno da FMTT.

§ 2º - A participação dos atletas, seja qual for a categoria pertencente, a qualquer co peti oficial, estará sujeito a prévia autorização da FMTT, sob pena das sanções cabíveis a cada caso.

CAPÍTULO II
Dos Poderes Internos

SEÇÃO I
Da discriminação

Art. 17 - São poderes da FEDERAÇÃO;

a) A Assembléia Geral;
b) Justiça Desportiva;
c) O Conselho Fiscal;
d) A Presidência;
e) A Diretoria

Art. 18 - Compete à Assembléia Geral, ao Conselho Fiscal e à Diretoria a elaboração de seus regimentos internos.

SEÇÃO II
Da Assembléia Geral

Art. 19 - Assembléia Geral, poder máximo da FEDERAÇÃO, compor-se-á das Associações e Ligas filiadas, cada uma com direito a um voto.

§ 1º - As filiadas serão representadas por seu Presidente ou Vice — Presidente, ou ainda por procurador com poderes específicos, não sendo admitido procurador representando mais de uma filiada.

§ 2º - Não poderá ser procurador o menor de 18 anos de idade, ou quem esteja em cumprimento de penalidade aplicada pela FEDERAÇÃO, órgãos e entidades de hierarquia superior, por filiada ou pela Justiça Desportiva.

§ 3º - A Assembléia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo a resolução unânime das filiadas, exceto em caso de alteração estatutária que exige, sempre, convocação especial.

§ 4º - A Assembléia Geral instalar-se-á com o comparecimento da maioria absoluta de seus membros em primeira convocação, mas poderá reunir-se no mesmo dia, meia hora depois em segunda convocação, para deliberar com qualquer número salvo, nas hipóteses em que é exigido determinado quorum.

Art. 20 - Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente:

I - Anualmente no mês de dezembro, para;

a) discutir e votar o relatório técnico do exercício anterior, apresentados pela Diretoria;

b) conhecer o relatório do Tribunal de Justiça Desportiva;

c) para definir o calendário do ano subseqüente.

II - Anualmente no primeiro quadrimestre de cada ano, para:

a) reunir-se, para conhecer o relatório do Presidente relativo às atividades administrativas do ano anterior e apreciar as contas do último exercício, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;

b) aprovar ou não, alterando se necessário, o projeto de orçamento anual apresentado pela Diretoria;

c) autorizar os créditos extra-orçamentários que forem solicitados pela Diretoria;

d) decidir a respeito de qualquer outra matéria incluída no edital de convocação.

III - Quadrienalmente, no último quadrimestre do ano para:

a) eleger o Conselho Fiscal com mandato de quatro anos;

b) eleger o Presidente e os Vice-presidentes da FEDERAÇÃO, com mandato de quatro anos, sendo vedado mais de uma reeleição nos mesmos cargos. Considerar-se-á Presidente qualquer dos Vice-Presidentes que assumir o citado cargo por prazo superior a 50% (cinquenta por cento) do mandato da Diretoria. A posse dos eleitos ocorrerá na mesma Assembléia da eleição.

Art. 21 - É ainda de competência da Assembléia Geral:

a) preencher os cargos vagos, quando de sua atribuição na forma deste Estatuto; concedenicença aos membros dos Poderes por ela eleitos e deliberar, a qualquer tempo, mediante ato de homologação, so competência do Presidente da FEDERAÇÃO, para preenchimento de cargos vagos;

b) conceder títulos honoríficos a pessoas físicas ou jurídicas nos termos dos artigos 70,71 e 2 este Estatuto;

c) autorizar ou determinar a aquisição, alienação ou onerarão de bens imóveis, mediante proposta da Diretoria com parecer do Conselho Fiscal;

d) conceder poderes especiais ao Presidente da FEDERAÇÃO para, em nome desta, assumir responsabilidades que escapem à sua competência, ouvido o Conselho Fiscal;

e) cassar o mandato de qualquer membro de Poder da FEDERAÇÃO, executando o Tribunal de Justiça Desportiva, mediante votação favorável de 3/4 dos votos componentes da AG.;

f) reformar, no todo ou em parte, o Estatuto;

g) pronunciar-se sobre qualquer resolução a que deve obediência a FEDERAÇÃO, desde que o seu cumprimento não seja de atribuição dos Presidentes;

h) dissolver a FEDERAÇÃO, por proposta fundamentada do seu Presidente;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

i) desligar qualquer filiada por proposta do Presidente da FEDERAÇÃO, observado o disposto nas leis e atos das entidades e ou órgãos de hierarquia superior, salvo quando se tratar de pedido de desfiliação;

j) impor sanções punitivas aos seus próprios membros, ao Presidente, demais membros da Diretoria da FEDERAÇÃO e às filiadas, quando a penalidade a aplicar seja a de perda de filiação, respeitada a competência da justiça Desportiva;

k) autorizar a abertura de créditos adicionais, mediante justificativa da Diretoria e parecer conclusivo do Conselho Fiscal;

l) autorizar a lavratura de qualquer contrato que obrigue a FEDERAÇÃO por prazo superior a um ano ou em importância superior a 100 (cem) salários-referência, com parecer do Conselho Fiscal;

m) resolver os casos omissos, pronunciando-se obrigatoriamente sobre as questões que lhe forem submetidas a exame;

n) dar filiação definitiva às Associações e Ligas;

o) julgar os recursos de suas próprias decisões;

p) aprovar, em qualquer tempo, os Regulamentos e quaisquer outros atos cujos efeitos obriguem os dirigentes, componentes e servidores da Federação;

q) interpretar este estatuto e demais leis da Federação;

r) resolver os casos de indenização;

s) votar o calendário proposto pelo Presidente da Federação;

t) decidir por (três quartos) de seus membros sobre a antecipação de eleição da Presidência e sua forma de realização, respeitando sempre o término do mandato para que se realize a assembléia de posse, observado o prazo máximo de um ano.

Art. 22 - A Assembleia Geral será realizada em no mínimo 5 dias contados da data de sua convocação pelo Presidente da Federação para as reuniões ordinárias previstas no Art. 20 e com 2 dias para as reuniões extraordinárias que forem formuladas, salvo unanimidade dos membros para antecipação do prazo:

a) por ele próprio;

b) por 1/5 dos membros da Assembléia;

c) pelo Conselho Fiscal, no caso previsto na letra "e" do artigo 33 deste Estatuto.

Parágrafo Único - Em qualquer caso a solicitante deverá apresentar ao Presidente da FEDERAÇÃO minuciosa exposição dos motivos da convocação, especificando a Ordem do Dia que deverá figurar nessa reunião.

Art. 23 - A convocação da Assembléia Geral far-se-á mediante publicação de edital em Jornal de grande Circulação e em Boletim Oficial da FEDERAÇÃO enviada às filiadas.

Parágrafo Único - A convocação mencionará em termos precisos, a data, a hora e o local da realização da Assembléia Geral, determinando, obrigatoriamente, os assuntos que deverão ser tratados.

Art. 24 - A Assembléia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à unânime dos membros que a compõem.

Art. 25 -A assembléia Geral será presidida pelo Presidente da FEDERAÇÃO ou por se substituto legal, o qual terá direito à palavra, sendo por ele instalada com verificação de presença de metade mais u d total dos membros que a constituem.

§ 1º - Nas hipóteses de discussão de matéria de interesse da Diretoria, ou da eleição em que seja candidato algum membro da Diretoria, a Assembléia será presidida pelo Presidente de filiada que for eleito, na ocasião, por maioria simples de votos;

§ 2º - Na hipótese do Presidente não convocar a Assembléia no prazo legal, nos casos das letras "b" e "c" do art. 22, a convocação poderá ser feita pelo Presidente do Conselho Fiscal, ou de qualquer das filiadas requerentes e a presidência caberá a quem for eleito na forma do parágrafo anterior.

Art. 26 - Não havendo número legal para instalação da Assembléia no horário marcado, a Assembléia instalar-se-á 30(trinta) minutos após, com qualquer número, respeitando o "quorum" exigido pelo art. 28.

Art. 27 - Na Assembléia Geral, o "quorum" será constituído pelo número de membros presentes, ressalvados as disposições em contrário.

Art. 28 - As votações e resoluções da Assembléia Geral serão tomadas pela maioria de votos presentes, prevalecendo em saldo de empate, quando se tratar de alteração na legislação da FEDERAÇÃO, o dispositivo vigente, exigindo-se porém:

a) 2/3 do total dos votos da Assembléia para aprovação do disposto nas alíneas "b", ressalvado o disposto no art. 72, "h" e "m" do art. 21;

b) maioria absoluta do total de votos da Assembléia para aprovação do Estatuto nas letras "c", "d", "l", "j" e "q", do art. 21;

c) 3/4 do total de votos da Assembléia Geral para cassar os mandatos dos membros eleitos, à exceção do Tribunal de Justiça Desportiva.

Art. 29 - Poderão participar da Assembléia os filiados que:

a) contem, no mínimo, com um ano de filiação, salvo nos casos de fusão ou desmembramento de entidades dirigentes;

b) possuam alvará fornecido pelo Conselho Nacional de Desportos ou pelos Conselhos Regionais de Desportos, vigente, nos termos da lei;

c) figurem na relação que deverá ser publicada pela entidade até 15 (quinze) dias antes da Assembléia e relativa aos filiados que tenham atendido às exigências dos seus estatutos e das demais leis e normas referentes à filiação e às condições de permanência, e que esteja, quite;

d) quando ligas, tenham promovido um campeonato oficial em um dos dois anos anteriores ao da realização da Assembléia;

e) tenham atendido as exigências do Decreto nr 2.574 de 29 de abril de 1998, e demais normas aplicáveis.

Art. 30 - Somente poderão ser votados os candidatos aos cargos de Presidente e Vice-presidentes cujas chapas forem previamente registradas na FMTT.

§ 1º - O registro obrigatório antecipado das candidaturas ou chapas deverá ser feito impreterivelmente em até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral Eletiva.

§ 2º - Só será registrada a chapa que for apresentada e subscrita, simultaneamente, por no mínimo 05 (cinco) entidades filiadas, no pleno gozo de seus direitos estatutários.

§ 3º - Nenhuma filiada poderá firmar o pedido de registro em mais de uma chapa concorrente à eleição na FMTT, sendo nulo o pedido de registro de qualquer candidatura apresentado pela filiada que já tenha assinado outra petição solicitando registro de chapa anteriormente protocolada na FMTT.

§ 4º - A validade do pedido de registro de chapa para eleição deverá ser apreciado preliminarmente pelo Presidente da FMTT , de forma justificada, que deverá remeter à Comissão Eleitoral para homologação.

§ 5º - Não haverá registro de chapa para a eleição do Conselho Fiscal.

Art. 31 - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, procedendo-se em caso de empate a um segundo escrutínio entre os colocados em primeiro lugar. Se, após o novo escrutínio, se verificar outro empate, será considerado eleito, entre os candidatos que empataram, o mais idoso.

§ 1º - O Presidente da assembléia geral eletiva indicará 02 (dois) membros presentes para funcionar como fiscais-escrutinadores;

§ 2º - A apuração dos votos poderá ser acompanhada pelos candidatos ou por se representantes devidamente credenciados;

§ 3º - O voto será vinculado aos candidatos da mesma chapa, sendo considerado nulo o vot se qualquer alteração for feita na cédula;

§ 4º - Será considerado nulo o voto se a entidade filiada colocar no envelope mais de uma cédula ou caso utilize outra cédula que não seja uma daquelas, previamente rubricadas, recebidas da mesa.

§ 5º - Terminada a votação, os escrutinadores procederão à contagem global dos votos depositados na urna, a qual deverá coincidir com o número total de envelopes distribuídos.

§ 6º - Terminada a apuração o Presidente da mesa proclamará os resultados.

Art. 32 - Todas as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos, salvo nos casos específicos em que este Estatuto exija quorum especial.

SEÇÃO III
Da Justiça Desportiva

Art. 33 - O Tribunal de Justiça Desportiva, que terá organização e funcionamento na forma estabelecida no Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva, será constituído de 9 (nove) membros sendo 2 (dois) indicados pela Federação, dois pelos Filiados, 2 (dois) pelos Atletas, 2 (dois) indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e 1 (um) pelos Árbitros.

§ 1º - O primeiro grau de jurisdição será exercido pela Comissão Disciplinar, cuja nomeação de seus membros será feita pelo Tribunal, respeitados os requisitos do art. 34 deste Estatuto.

§ 2º - A Federação poderá vincular-se ao Tribunal de Justiça Desportiva do Sistema Estadual de Desportos.

Art. 34 - São elegíveis para o Tribunal de Justiça Desportiva, Bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico, cidadãos brasileiros, maiores de idade e com reputação ilibada.

Art. 35 - Os Procuradores, serão designados pelo Presidente do Tribunal.

Art. 36 - A eleição do presidente e a organização interna da Justiça Desportiva se dará nos termos do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

SEÇÃO IV
Do Conselho Fiscal

Art. 37 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandado de quatro anos.

§ 1º - O Conselho Fiscal funcionará com a maioria de seus membros, devendo na primeira reunião eleger seu Presidente e Vice-Presidente.

§ 2º - Cabe ao Presidente designar o suplente que substituirá o efetivo nos casos de ausência, licença ou impedimento.

Art. 38 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente nas seguintes hipóteses:

a) mensalmente, para encaminhar livros, documentos e balancetes, devendo, sobre estes, obrigatoriamente, apreciar;

b) anualmente, no mês de janeiro, para;

I - examinar e dar parecer sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo, encaminhando-o à Assembléia Geral;

II - apresentar relatório completo sobre as suas atividades, encaminhando-o à Assembléia Geral.

Art. 39 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do Presidente da FEDERAÇÃO, da Assembléia Geral, de quatro filiadas, pelo menos, ou de qualquer dos seus próprios membros.

Art. 40 - É ainda da competência do Conselho Fiscal:

a) examinar a escrituração e os documentos de Departamento de finanças ou contabilidade da FEDERAÇÃO, a fim de observar a exatidão dos lançamentos, a ordem dos livros e o cumprimento das prescrições legais relativas à administração financeira;

b) fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional;

c) denunciar à Assembléia Geral erros administrativos ou qualquer violação de lei ou do Estatuto, sugerindo medidas a erem tomadas, inclusive para que possam, em cada caso, exercer plenamente, a sua função fiscalizada;

d) opinar sobre qualquer matéria financeira submetida ao seu exame pelo Presidente da FEDERAÇÃO;

e) convocar a Assembléia Geral quando ocorrer motivo grave e urgente;

f) opinar sobre aquisição ou alienação de bens imóveis;

g) fiscalizar a execução orçamentária e autorizar a transferência de verbas não utilizáveis;

h) comparecer às sessões da Assembléia Geral, quando por ela convocado;

i) dar parecer sobre os pedidos de indenização e outros casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo Único - A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por ato ou fatos ligados ao cumprimento dos seus deveres, obedecerá às regras que definirem a responsabilidade dos membros do órgão administrativo.

SEÇÃO V
Da Presidência

Art. 41 - A presidência da Federação, como órgão Executivo exercerá suas funções com a direta cooperação dos Vice-Presidentes.

Art. 42 - O Presidente é civilmente responsável pelos seus atos no exercício da Presidência e será representante legal da Federação nos atos em que esta intervir, cabendo-lhe o direito de presidir, sem voto, as reuniões da Assembléia Geral e, com voto, as de Diretoria.

Art. 43 - Compete ao Presidente:

a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e demais leis acessórias, executar as próprias resoluções e as dos Poderes da Federação;

b) administrar a Federação, com exata observância das suas leis;

c) convocar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria;

d) nomear, admitir, punir e demitir chefes dos Departamentos e funcionários da FEDERAÇÃO, exigindo fiança daqueles que estejam obrigados a prestá-la pela natureza de suas funções;

e) assinar, privativamente, a correspondência da FEDERAÇÃO quando dirigida aos Poderes e Órgãos de hierarquias superior, podendo eventualmente delegar competência às vice-presidências para subscrever demais papéis de expediente;

f) atribuir ao Vice-Presidente de Administração e Finanças a assinatura dos termos de abertura e encerramento dos livros contábeis e de todos os demais documentos financeiros ou de contabilidade, subscrevendo-os, antes do seu afastamento definitivo do exercício do mandato;

g) apresentar, para deliberação da Assembléia Geral, as modificações julgadas necessárias nos Regulamentos;

h) ordenar a publicação, em Boletim Oficial, de todos os seus atos e decisões, assim como dos demais Poderes e os de interesse das filiadas;

i) submeter à aprovação da Assembléia Geral o relatório e o balanço anual;

j) conceder licença às filiadas para que promovam ou disputem partidas amistosas;

k) propor à Assembléia Geral a criação de cargos remunerados e a fixação dos salários dos respectivos servidores;

l) firmar, quando devidamente autorizado, em nome da FEDERAÇÃO, contratos, convenções, tratados ou outros documentos que envolvam responsabilidades, respeitada a letra "m" do art. 21;

m) promover o recolhimento, em estabelecimento bancário de comprovada idoneidade, das disponibilidades financeiras da Federação;

n) autorizar aos Vice-Presidentes a pagar despesas orçamentárias, inclusive mediante assinatura de cheques, nos termos deste Estatuto;

o) sujeitara aprovação da Diretoria, trimestralmente, os balancetes financeiros da FEDERAÇAO, assinados pelo Vice-presidente de Administração e Finanças e encaminhá-los em formato eletrônico ao exame e julgamento do Conselho Fiscal;

p) apresentar à Assembléia Geral relatório circunstanciado das atividades da FEDERAÇÃO, juntamente com o balanço geral do movimento financeiro relativo ao exercício anterior e parecer do Conselho Fiscal depois de apreciado pela Diretoria;

q) coordenar as providências relativas a preparação do programa da temporada anual e da tabela os campeonatos e torneios, bem como fixar horários das competições, respeitando o disposto nos regulamentos;

r) promover a aplicação dos meios preventivos indicados nas leis da Federação ou nos atos expedidos el poderes e órgãos de hierarquia superior, com fim de assegurar a disciplina nas competições desportivas;

s) nomear delegados e representantes da Federação, quando necessário;

t) proclamar os resultados das competições promovidas pela FEDERAÇÃO, adotando as medidas cabíveis quanto às questões de ordem técnica;

u) submeter a homologação da Assembléia Geral as indicações relativas ao provimento de cargos de VicePresidentes e do tribunal de Justiça Desportiva;

v) conceder registros e inscrições aos atletas e autorizar a transferência de inscrição por eles solicitado, na forma da legislação em vigor;

x) criar e manter site à internet da FMTT, com informações sobre cronograma de eventos locais, regionais, nacionais, balancetes apresentados ao Conselho Fiscal, histórico do tênis mato-grossense, dentre outras informações.

Alt. 44 - É ainda de competência privativa do presidente:

a) observar, rigorosamente, a execução do orçamento da receita e despesas aprovado pela Assembléia Geral e submeter a apreciação da Diretoria todas as indicações que sobre o assunto lhe forem apresentadas pelo Conselho Fiscal;

b) adotar qualquer providência de urgência, necessária ao funcionamento das atividades da FEDERAÇÃO, ouvida a Diretoria e não compreendidas nas suas atribuições expressas;

c) apresentar ao Poder competente recursos voluntários dos seus próprios atos;

d) submeter à aprovação da Diretoria qualquer processo relativo a indenização pecuniária e autorizar o Vice-Presidente de Administração e Finanças a promover a sua liquidação, depois do pronunciamento da Assembléia Geral;

e) promover, privativamente, a divulgação dos atos administrativos;

Art. 45 - No caso de vacância de todos os cargos da Diretoria, o Presidente mais idoso da Associação ou Liga filiada, cumpre assumir a Presidência da FEDERAÇÃO e responder pelo seu expediente, convocando, dentro de 15 (quinze) dias, a Assembléia Geral, para a recomposição do Poder.

Parágrafo Único - Vagando o cargo de Presidente este será substituído pelos Vice-Presidentes, na ordem determinada pelo art. 48 combinado com o art. 46, até o final do mandato da Diretoria.

SEÇÃO VI
Da Diretoria

Alt. 46 - A diretoria compor-se-á do Presidente e dos Vice-Presidentes Técnico, de Administração e Finanças e de Relações Esportivas, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - De acordo com as necessidades da administração, a Diretoria poderá criar assessorias e órgãos auxiliares, cabendo à Presidência nomear os titulares dos respectivos cargos.

Art. 47 -A diretoria fixará a periodicidade das suas reuniões ordinárias, que não poderá ser inferior a uma por mês, podendo o Presidente fazer convocação extraordinária sempre que necessário. Para instalar a reunião deverão estar presentes pelo menos três membros da Diretoria, dentre os quais obrigatoriamente o Presidente, ou, na sua ausência ou impedimento, seu substituto, na forma estatutária.

Art. 48 - Em caso de impedimento o Presidente será substituído pelos Vice-presidentes, na ordem consignado no art. 46.

§ 1º - Na falta de comparecimento de qualquer membro da Diretoria a três sessões consecutivas, sem justificativa, a critério da mesma, importará em renúncia ao cargo.

§ 2º - Se a Diretoria, por qualquer motivo, não se reunir uma vez por mês, pelo menos, assiste a qualquer outro poder o direito de promover a convocação da Assembléia Geral, a fim de providenciar a regularização nos serviços administrativos.

Art. 49 - Compete à Diretoria:

a) colaborar com o Presidente na administração da FEDERAÇÃO, na fiscalização das leis e dos atos que regulam o seu funcionamento e na preservação dos princípios de harmonia entre a Entidade e suas filiadas;

b) decidir sobre os assuntos submetidos aos seu pronunciamento;

c) adotar qualquer medida necessária a administração da FEDERAÇÃO que não seja de exclusiva competência do Presidente;

d) homologar, aprovar, anular ou retificar os atos dos Departamentos e demais órgãos que lhe forem subordinados, bem como determinar as correções necessárias;

e) conceder licença aos Vice-Presidentes na forma deste Estatuto; f) promover o saneamento de qualquer prática administrativa e instituir regime de trabalho dos servidores;

g) apreciar os balancetes mensais da receita e despesa, observadas as formalidades previstas neste Estatuto;

h) decidir ou proferir parecer sobre toda a matéria de caráter urgente que o Presidente da Federação submeter seu pronunciamento;

i) determinar providências que devam prevenir a prática de qualquer ato irregular;

Art. 50 - As decisões da Diretoria serão proferidas por maioria de votos e constarão de ata, aberta com as assinaturas dos presentes à sessão e fechada, depois de lida e aprovada, com a assinatura do Presidente e de quem secretariar a reunião.

Parágrafo Único - Ao Presidente caberá, além do voto de quantidade, o de qualidade.

Art. 51 - Ao Vice-Presidente Técnico cumpre orientar as atividades dos órgãos que lhe forem subordinados, supervisionar a programação geral das competições previstas no calendário anual, organizando projetos de tabelas e sugerindo providências, encaminhando-as ao Presidente, para este, se assim o entender submetê-las à aprovação da Assembléia geral; anotar e manter atualizadas as classificações das filiadas nas competições promovidas pela Federação; cadastrar as resoluções dos órgãos superiores, sobre assuntos de ordem técnica; manter atualizado o fichário dos atletas registrados e inscritos pelas filiadas, opinando sobre a concessão de novos registros e inscrições, bem como sobre os pedidos de transferências de atletas e de cancelamento de registros e inscrições; conferir as assinaturas dos atletas nas súmulas das competições, bem como verificar as condições legais dos mesmos; dar parecer, a pedido do Presidente da Federação, sobre qualquer matéria de ordem técnica e orientar os demais assuntos técnicos que interessem e digam respeito a Entidade.

Parágrafo Único - Poderá também assinar documentos financeiros e contábeis, junto com o Presidente ou outro Vice Presidente.

Art. 52 - Ao Vice Presidente de Administração e Finanças cumpre orientar as atividades dos órgãos que lhe forem subordinados e a responsabilidade da escrituração dos livros contábeis, bem como a guarda de valores; a abertura e movimentação das contas bancárias; a assinatura dos documentos e comprovantes de despesas; a organização dos balancetes; a execução dos processos de cobrança, fiscalização e controle; a administração dos interesses patrimoniais da Federação; a supervisão dos serviços gerais, administração de pessoal e secretaria.

Parágrafo Único - O Vice-presidente de Administração e Finanças assinará com o Presidente ou outro VicePresidente todos os cheques, papéis de crédito, documentos e contratos que instituam obrigações financeiras, inclusive folhas de pagamentos dos funcionários e os papéis de liquidação de dívida reconhecida, podendo, no entanto, delegar com o consentimento da maioria da Diretoria eleita, essa competência a Diretor que lhe for subordinado, sempre reservando-se iguais poderes.

Art. 53 - Ao Vice Presidente de Relações Esportivas cumpre orientar as atividades dos órgãos que lhe forem subordinados; promover a integração das filiadas, de modo a estimular e difundir a prática do ténis; programar, levando à consideração da Diretoria, eventos tenísticos a nível estadual, regional e municipal com vistas ao melhor alcance desse objetivo; desenvolver articulação com outras entidades e instituições com o fim de elevar o ténis e promover seu aprimoramento.

Parágrafo Único - Poderá também assinar documentos financeiros e contábeis, junto com o Presidente ou outro Diretor.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

Art. 54 - Poderá o Presidente atribuir aos Vice-presidentes tarefas específicas, sempre que os interesses da FEDERAÇÃO assim o exigirem, através da participação dos mesmos em comissões, grupos de trabalho ou atividade individual, desde que não se estabeleça conflito com as atribuições de outros membros da Diretoria.

TÍTULO III
Dos Direitos e Obrigações das Associações e Ligas Filiadas

CAPÍTULO I
Dos Direitos

Art. 55 - São direitos de qualquer filiada, além de outros que lhe caibam:

I - reger-se por leis próprias;

II- disputar os Campeonatos, Torneios e demais competições promovidas pela Federação;

III - participar da Assembléia Geral, na forma prevista neste Estatuto;

IV - impugnar a validade de competições, solicitar reconsideração ou apresentar recursos dos atos que julgar lesivos aos seus interesses e aos seus atletas e sócios observadas as leis da Federação;

V - denunciar ações irregulares ou degradantes da moralidade desportiva, praticadas por outras filiadas pessoas vinculadas a qualquer delas ou à Federação, podendo acompanhar inquéritos e processos que, em conseqü n venham a ser instaurados.

CAPÍTULO II
Das Obrigações

Art. 56 - Além das disposições dos Art. 13 e 14, são obrigações de qualquer filiadas:

I - manter relações desportivas com as demais filiadas;

II - manter sempre que possível, sob direção e responsabilidade de técnico de comprovada eficiência, cursos técnicos e práticos para atletas;

III - cumprir as disposições deste Estatuto e leis acessórias, assim como respeitar e acatar as suas autoridades e resoluções, abstendo-se de protestar publicamente contra elas, sem prejuízo do direito conferido pelo Art. 56, IV;

IV - providenciar para que compareça à FEDERAÇÃO ou ao local por esta designado, quando legalmente convocado, qualquer dos seus dirigentes, sócios, atletas ou pessoas que lhe estejam vinculadas;

V - encaminhar, por intermédio da FEDERAÇÃO, as solicitações e comunicações que houver de fazer à autoridade pública sobre inscrição de atletas, organização de competições e o mais que se relacionar com o exato cumprimento de disposições legais, com a boa ordem e regularidade das competições;

VI - submeter ao exame da FEDERAÇÃO, seu Estatuto e bem assim as alterações e reformas que lhe introduzir, dentro dos 15 (quinze) dias seguintes às respectivas aprovações pelo órgão competente;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

VII - remeter à FEDERAÇÃO, anualmente, os resultados técnicos de todos os campeonatos e torneios que fizer disputar;

VIII - ceder à FEDERAÇÃO e às Entidades superiores, quando regularmente requisitados, seus atletas;

IX - pedir licença à FEDERAÇÃO para promover ou disputar competições amistosas locais, interestaduais ou internacionais;

X - manter em dias seus livros de escrituração e do registro de sócios;

XI - assegurar aos técnicos desportivos diplomados a autonomia no exercício de suas funções;

XII - Reconhecer a FMTT como única dirigente do Ténis estadual, respeitando, cumprindo e fazendo respeitar e cumprir pelas filiadas, suas leis, regulamentos, decisões e regras desportivas;
XIII - pagar, pontualmente, as mensalidades e taxas a que estiver obrigada, as multas que forem impostas e qualquer outro débito que tenha com a FMTT;

XIV - abster-se, salvo autorização especial, de relações desportivas, de qualquer natureza, com Entidades não filiadas, direta ou indiretamente, à FMTT ou por esta não reconhecida, cumprindo-lhes precipuamente:

a) não participar de eventos nessas condições;

b) não admitir que o façam as suas filiadas;

c) não permitir que os atletas inscritos tomem parte, sob qualquer pretexto ou fundamento, em eventos locais, interestaduais e internacionais.

XV - Prestar no prazo de 15 dias, as informações solicitadas para a transferência de atletas para outras entidades estaduais;

XVI - Enviar a FMTT, no prazo de 5 dias após a solicitação, cópias de súmulas, chaves, relação de inscritos e demais informações de qualquer atividade realizada relacionada com Tênis de Campo em suas instalações;

SEÇÃO I
Das Proibições

Art. 57 - Além das proibições resultantes dos deveres impostos neste Estatuto e leis acessórias, é expressamente vedado às filiadas:

I - atentar contra o bom nome da FEDERAÇÃO, promover desarmonia entre as filiadas ou tolerar que o façam seus dirigentes, sócios, atletas, empregados ou dependentes;

II - dar publicidade a qualquer comunicação ou solicitação que tenham feito ou pretendam fazer, que envolva assunto subordinado, por sua natureza ao estudo ou decisão da FEDERAÇÃO antes do pronunciamento desta;

III- interessar-se em apostas de qualquer espécie de jogo ou permitir que se façam em suas dependências;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

IV- admitir como sócio quem tenha sido eliminado da FEDERAÇÃO, de Entidade a que esta esteja filiada, por f lta de pagamento de débito enquanto não o satisfazer ou por motivo de ordem disciplinar ou moral, precisa e comprovadam te comunicados à Federação, dentro dos 3 (três) dias úteis que se seguirem à aplicação da pena;

V - permitir ou tolerar que qualquer pessoas deturpe o sentido do desporto;

VI- admitir para o exercício de qualquer cargo ou função, ainda que não estipendiado, quem estiver nas condições previstas no Inciso IV deste artigo;

TÍTULO IV
Do Regime Económico e Financeiro

CAPÍTULO I
Do Exercício Financeiro

Art. 58 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - O orçamento será uno e incluirá todas as receitas e despesas, sujeitas a rubricas e dotações nele especificadas.

§ 2º - A receita compreenderá:

a) jóias de filiação;

b) mensalidades pagas pelas Entidades filiadas;

c) taxas de transferências de atletas;

d) prêmios recebidos;

e) renda de torneios, competições, campeonatos ou eventos promovidos pela FMTT, CBT, ITF, ATP e WTA realizados em MT;

f) receitas provenientes de patrocínio e da venda de direitos, receitas decorrentes de cessão de direitos;

g) rendas oriundas da aplicação de seus bens patrimoniais e da exploração da denominação da FMTT e de seus símbolos;

h) rendas resultantes de contratos de transmissão e de retransmissão de imagens de eventos e competições de tênis, assim como de contratos de patrocínio e de licenciamento firmados pela FMTT;

i) o fundo de reserva, fixado, anualmente, pela Assembléia Geral, com base no saldo verificado no balanço;

j) os saldos positivos da execução do orçamento;

k) subvenções e auxílios concedidos pelos Poderes Públicos ou Entidades da administração indireta, ou em decorrência de leis;

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABA - MT

l) doações e legados convertidos em dinheiro;

m) taxas fixadas em regimento especifico;

n) produto de multas e indenizações;

o) quaisquer outros recursos pecuniários que a Presidência vier a criar;

p) rendas eventuais.

§ 3º - A Despesa da FMTT compreende:

a) as contribuições devidas às Entidades a que estiver filiada;

b) impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, encargos, tributos federais, estaduais e municipais, condomínio, aluguéis, salários de empregados e outras despesas indispensáveis à manutenção e à gestão profissional da FMTT;

c) as despesas com a conservação dos bens da FMTT e do material por ela alugado ou sob sua responsabilidade;

d) os encargos pecuniários de caráter extraordinário;

e) as obrigações de pagamento que se tornarem exigíveis em conseqüência de decisões judiciais, con nios, contratos e operações de crédito;

f) aquisição de material de expediente e desportivo;

g) custeio dos campeonatos, competições, torneios ou eventos organizados pela FMIT;

h) aquisição de distintivos, bandeiras, prémios e carteiras;

i) assinatura de jornais, livros e revistas especializadas e a compra de fotografias para os arquivos da FMTT;

j) gastos de publicidade da FMTT;

k) despesas de representação;

l) despesas eventuais;

m) outros gastos relacionados com os seus fins.

CAPITULO II
Das Normas de Administração Financeira

Art. 59 - A escrituração será feita diante dos documentos de arrecadação visados pelo Presidente, os quais indicarão a natureza e a origem da receita.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

Art. 60 - A escrituração de despesa somente poderá ser feita à vista de comprovantes decididamente processados e visados, sendo necessária, em todo o documento, indicação precisa da importância do débito, sua natureza, autorização legal e nome do credor e deverão ser mantidos em arquivos pelo tempo que determina a lei;

Art. 61 - Nenhuma despesa será autorizada sem o empenho prévio da verba correspondente, votada pela Assembléia Geral.

Art. 62 - As respectivas demonstrações financeiras (Balanço Geral),poderão ser auditadas por auditores independentes, e deverão ser submetidas, obrigatoriamente com o parecer do Conselho Fiscal, à Assembléia Geral, para deliberação, e , se for o caso, aprovação final.

Art. 63 - O patrimônio da Federação, é constituído:

a) dos bens móveis e imóveis, direitos e ações que possua;

b) dos saldos apurados nos balanços anuais;

c) dos prêmios da caráter perpétuo;

d) doações e legados;

e) quaisquer outros direitos ou valores;

Art. 64 - O Patrimônio imobiliário não poderá ser alienado pela Presidência sem aprovação da Assembléia Geral.

TÍTULO V
Dos Recursos, das Reconsiderações e das Impugnações

CAPÍTULO I
Dos Recursos

Art. 65 - A toda pessoa física ou jurídica vinculada à Federação que, em virtude de decisão dos Poderes competentes, se julgar diretamente prejudicada nos seus interesses, é assegurado o direito de pleitear em grau de recurso a revogação ou modificação do respectivo ato.

Parágrafo Único - As decisões da Comissão Disciplinar serão recebidas e processadas com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de dois jogos consecutivos ou quinze dias de suspensão.

Art. 66 - O emprego de expressões e conceitos injuriosos, nas razões de recurso, constituirá falta punível. Não será objeto de apreciação recurso que não tenha sido protocolado na FEDERAÇÃO dentro de 3 (três) dias após a publicação do ato em Boletim Oficial, ressalvado o disposto no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 1º - Ficará sem encaminhamento o recurso ao qual não venha anexada a guia que comprove o recolhimento da respectiva taxa.

§ 2º - É de obrigação dos interessados depositar na FEDERAÇÃO, as taxas para recursos fixadas.

Art. 67 - O julgamento de um recurso, de competência da Assembléia Geral, somente poderá ser realizado com participação de dois terços (2/3) de votos totais da Assembléia Geral.

Art. 68 - Das decisões da Diretoria caberá recurso para a Assembléia Geral, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO II
Dos Pedidos de Reconsideração

Art. 69 - Além do direito ao recurso prescrito no Art. 65 e sem prejuízo dele, será de rido aos te de pedir reconsideração, sem efeito suspensivo, ao Poder que tenha praticado.

Parágrafo Único - O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado dentro de 2 (dois) dias, CO ciência do ato e o Poder competente terá o mesmo prazo para pronunciar-se sobre o assunto.

TÍTULO VI
Dos Títulos Honoríficos

CAPÍTULO I
Do Título de Benemérito

Art. 70 - Por proposta de qualquer dos Poderes da FEDERAÇÃO, a Assembléia Geral poderá conceder o título de Benemérito, às pessoas físicas ou jurídicas que houverem prestados relevantes serviços ao tênis ou aos desportos em geral, que se mantenham vinculadas à FEDERAÇÃO, de forma direta ou indireta, nos termos disposto no art. 28, letra "a". Parágrafo Único — Concedido o título, será expedido o diploma correspondente que é pessoal e intransferível.

CAPÍTULO II
Do Título de Honorário

Art. 71 - Por proposta de qualquer dos Poderes da FEDERAÇÃO, a Assembléia Geral poderá conceder o título de honorário, às pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços em qualquer ramo da atividade pública, nos termos do art. 28, letra "a".

Parágrafo Único - Concedido o título, será expedido o diploma correspondente, que é pessoal e intransferível.

CAPÍTULO III
Do Título de Emérito

Art. 72 - Ao atleta vinculado a FEDERAÇÃO que obtiver título individual ou por equipe de Campeão Brasileiro, SulAmericano, Pan-Americano ou Mundial, poderá ser concedida a emergência, pela Assembléia Geral, mediante proposta da Presidência da FEDERAÇÃO, por maioria simples de voto.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 1º CUIABÁ - MT

Parágrafo Único - Concedido título, será expedido o diploma correspondente que é pessoal e intransferível.

CAPITULO VII
Das Disposições Gerais

Art. 73 - São Leis da FEDERAÇÃO, além deste Estatuto, todos os demais atos emanados da Assembléia Geral.

§ 1º - As demais Leis, salvo as que se originarem do cumprimento da resolução de órgão ou poder de hierarquia superior, serão consideradas como complementares e entrarão em vigor depois de publicadas, na íntegra, em Boletim Oficial, o que se fará no prazo máximo de 3 (três) dias contados da respectiva aprovação.

§ 2º - As leis federais relativas à organização desportiva do País, serão obrigatoriamente cumpridas pela Federação e por suas filiadas, como parte integrante de suas legislações.

§ 3º - Para os efeitos do parágrafo anterior, o presente estatuto deve ser reformado a qualquer tempo, a fim de ser adaptado às resoluções que por ventura o alterarem implícita ou explicitamente.

Art. 74 - Os atos legislativos emanados da Diretoria, dentro de sua competência, serão baixados através de resolução.

Art. 75 - As pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente subordinadas à FEDERAÇÃO, serão passíveis das penas previstas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Art. 76 - Os atos legislativos e decisões de todos os Poderes que obriguem ou tenha relação com terceiros, serão publicados em Boletim Oficial da Federação. Depois dessa publicação, a nenhum interessado será lícito alegar em benefício próprio, ignorância desconhecimentos dos mesmos.

Parágrafo Único - as leis, atos, resoluções e decisões poderão ser comunicadas por ofício, obrigando-se o destinatário, quando vinculado à Federação, a recebê-lo, passando o recibo no protocolo.

Art. 77 - Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

Art. 78 - No caso de fusão de Associações filiadas, as que desaparecerem perderão a filiação e jamais poderão readquirir seus direitos, cumprindo a que ficar filiada, satisfazer, imediatamente, todos os compromiss constantes do inciso IV do Art. 14 de Estatuto e que, por ventura, competirem às Associações desaparecidas.

Art. 79 - Os prazos estabelecidos neste Estatuto, Leis e Regulamentos, bem assim os qu pelos Poderes da FEDERAÇÃO, são improrrogáveis e contar o da publicação da intimação, ex uin o-se o dia de seu inciso e incluindo-se o de seu término.

Parágrafo Único - Os domingos, feriados e dias que não houver expediente da Federação, não serão quando coincidirem com o dia do início ou do vencimento do prazo.

Art. 80 - O Regulamento e as demais Leis desportivas emanadas da Assembléia Geral, somente entram em vigor após publicação em Boletim Oficial, mas as de caráter penal após a decorrência do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da sua publicação.

Art. 81 - Por ocasião da realização da Assembléia Geral que aprovou o presente estatuto encontravam-se filiadas à Federação as seguintes Associações: Clube Monte Líbano de Cuiabá, Circulo Militar de Cuiabá e o Cuiabá Tênis Clube.

Art. 82 - No final de cada mandato a Diretoria deverá contratar auditores independentes, que apresentarão relatório

Cuiabá/MT, 23 de setembro de 2024.

José Juraneir de Lima Júnior
Presidente

Rodrigo Augusto Fagundes Teixeira
OAB/MT 11363

TABELIONATO E REGISTRO DE TITULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8609 - Fax: (0xx65) 3052-9064
Tabeliã/Registradora: Glória Alice Ferreira Bertoli
www.primeirooficio.com.br e-mail: registro@primeirooficio.com.b
PESSOA JURÍDICA - O.S. 713790
CERTIDÃO
Certifico que este documento é parte integrante do Registro nº.44225, datado de 14/11/2024
CUIABÁ-MT, 14 de novembro de 2024
Em testemunho (Telma Lucas) da verdade
Telma Lucas Bom Despacho - Tabeliã Substituta

Nº 106.808 CNS 06348-7 MT Cuiabá

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

GLÓRIA ALICE FERREIRA BERTOLI

Notária e Registradora de Títulos, Documentos e de Pessoas Jurídicas

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Certifico e dou fé que este(a) **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA DESTITUICAO DE ADMINISTRADORES** foi protocolado(a) sob nº **377368** e registrado(a) sob o nº **42941** em 10/04/2024, à(s) folha(s) **019-030** do Livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas **A - 2193** deste 1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá. O.S. **698115 -** registrado por: **Artur Fazolo de Abreu.**

PARTE(S):

FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS - CPF/CNPJ: 00792887000106
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR - CPF/CNPJ: 93142862153

AVERBAÇÃO:
Registro nº **1658**, de **06/02/1984** - **ATOS CONSTITUTIVOS**

Cuiabá-MT, 10/04/2024

Artur Fazolo de Abreu
Escrevente Autorizado

Esta certidão é parte integrante e indissociável do registro e protocolo acima descritos.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATO DE NOTAS E REGISTRO
Código do Cartório: 058

Selo de Controle Digital
Código(s) do ato: 103,107,108,534,
BYN30337 - R$ 166,55 Selo de Controle
Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, com início às 19 horas, em segunda convocação, na sala de reuniões do Clube Monte Líbano de Cuiabá, situado na Avenida República do Líbano, km 02, Bairro Senhor dos Passos, em Cuiabá-MT, realizou-se reunião da Assembleia Geral Extraordinária conforme convocação da atual presidência, a fim de apreciar de forma definitiva as irregularidades apontadas pelo Conselho Fiscal da Federação Mato-Grossense de Tênis – CFFMTT na gestão desenvolvida pelo ex-presidente, Sr. Bruno Felipe de Araújo França, deliberando sobre a seguinte ordem do dia:

"Votar a cassação do presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis-FMTT, Sr. Bruno Felipe Araújo França, atualmente afastado por força da decisão tomada na assembleia geral extraordinária, realizada em 09 de novembro de 2023, nos termos do artigo 21, alínea "e" do Estatuto Social."

Participaram da reunião os presidentes dos clubes filiados à Federação Mato-Grossense de Tênis - FMTT conforme relação que segue:

a. Celso Marques Ferrer Junior – Presidente do Clube Monte Líbano de Cuiabá;
b. Luciano Bonomo Soares – Presidente do Círculo Militar;
c. Renan Jaudy Pedroso Dias – Presidente do Cuiabá Tênis Clube.

A fim de prover informações necessárias para o adequado desenvolvimento da AGE, foi elaborado breve relatório dos fatos a serem apreciados.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, o CFFMTT convocou Assembleia Geral Extraordinária - AGE com base no art. 40, alínea "e" e no 22 alínea "c" do Estatuto Social.

Da AGE convocada, foi notificado o então presidente da FMTT, Sr. Bruno Felipe Araújo França, a fim de que pudesse comparecer e contribuir com os trabalhos trazendo esclarecimentos.

A AGE ocorreu em 09.11.2023 na sala de reuniões do Clube Monte Líbano de Cuiabá. Durante o referido evento o CFFMTT apresentou relatório informando sobre a identificação de relevante conjunto de irregularidades.

O então presidente da FMTT, Sr. Bruno Felipe Araújo França não compareceu à AGE, e não encaminhou qualquer justificativa ou esclarecimento.

O referido relatório identificou as irregularidades que seguem:

> **Achado nº 01** - Após a análise dos Livros Contábeis enviado pelo Presidente desta Federação do período de 01/10/2022 a 30/09/2023, não foi possível confirmar a procedência dos pagamentos efetuados, tendo em vista que todos os pagamentos foram alocados na conta contábil de nome FORCECEDOR NACIONAL, enquanto que os recebimentos foram alocados de nome CLIENTE A;
>
> **Achado nº 02** - Foi constatado uma entrada na conta do ITAU desta Federação no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) efetuado por uma pessoa de nome Rafael Mantovani Marques, sendo que no Livro Contábil foi lançado como um recebimento do CLIENTE A, sem nenhuma descrição do motivo deste crédito, o qual carece de esclarecimento por parte do Presidente;
>
> **Achado nº 03** - Foi constatado um pagamento feito diretamente pelo Presidente da conta do Itaú desta Federação no dia 04/09/2023 no valor de 5.000,00 (cinco mil reais) a favor de Pablo Patrick Gomes Vieira, sendo que no livro Contábil foi lançado de forma genérica de nome

Fornecedor Nacional, sem nenhuma descrição do débito, o qual carece de esclarecimento por parte do Presidente;

Achado nº 4 - Foram constatados vários pagamentos feitos diretamente pelo Presidente, da conta do Banco Itaú, conforme relação constante no anexo 1, o qual carece de esclarecimentos por parte do mesmo;

Achado nº 5 - Foram constatados vários pagamentos feitos diretamente pelo Presidente, da conta do C6 Bank, conforme relação constante no anexo 2, o qual carece de esclarecimentos por parte do mesmo;

Achado nº 06 - Foram constatadas inúmeras Transferências da conta do Itaú feitas diretamente pelo Presidente para suas próprias contas correntes dos bancos Bradesco, BTG Pactual e Inter, que totalizaram a importância de R$ 104.966,88 (cento e quatro mil reais e oitenta e oito centavos) e que estranhamente foram contabilizadas nos Livros Contábeis como pagamentos de "FORNECEDOR NACIONAL";

Achado nº 07 - Ao consultar a Vice-Presidente Administrativa e Financeira desta Federação no dia 22/05/2023, foi nos informado que o saldo do banco Itaú, gerida diretamente pelo Presidente, encontrava-se com saldo negativo de R$ - 7.156,17 (sete mil, cento e cinquenta e seis reais e dezessete centavos);

Achado nº 08 - O art. 61 do Estatuto da FMTT determina que nenhuma despesa será autorizada sem o empenho prévio da verba correspondente, votada pela Assembleia Geral. O empenho referido não foi solicitado para quaisquer das despesas realizadas no ano de 2023.

O mesmo relatório enumerou ainda as consequências estatutárias, civis, penais das irregularidades identificadas. Considere-se o conteúdo mencionado:

Consequências administrativas e institucionais:

O fato de negar-se a prestar contas da própria entidade já dá ensejo a afastamento preventivo do dirigente, conforme previsto no §1º do art. 23 da Lei nº 9.615/1998. Considere-se o dispositivo:

Art. 23. Os estatutos ou contratos sociais das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 13.155, de 2015)

(...)

II - Inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de: (Redação dada pela Lei nº 13.155, de 2015)

(...)

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade; (...)

§ 1º Independentemente de previsão estatutária, **é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes**, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II do caput deste artigo, assegurados o processo regular e a ampla defesa para a destituição. (Incluído pela Lei nº 13.155, de 2015)

Apenas o fato de deixar de prestar contas já seria o suficiente para o afastamento preventivo do atual presidente da FMTT.

De todo modo, vale registrar que o art. 18-C da Lei 9.615/98 elencou hipóteses de gestão irregular ou temerária e, o art. 18-D do mesmo normativo previu a possibilidade de responsabilização do dirigente "... por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal."

Dentre as hipóteses de gestão irregular ou temerária elencadas pelo art. 18-C da Lei 9.615/98 tem-se:

I – Aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros;

II – Obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a entidade desportiva;

III – celebrar contrato com empresa da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores, exceto no caso de contratos de patrocínio ou doação em benefício da entidade desportiva; (Incluído pela Lei nº 14.073, de 2020).

VI – Não divulgar de forma transparente informações de gestão aos associados;

VII – deixar de prestar contas de recursos públicos recebidos.

Ao menos em um primeiro momento, em especial pelo fato de o atual presidente não haver fornecido documentos que justifiquem a movimentação financeira identificada, entende-se que incorreu ele em todos os incisos transcritos acima.

Justificado pois, seu afastamento preventivo para viabilizar o aprofundamento das investigações e, preservar para o curto prazo a instituição.

As instituições afiliadas e representadas à AGE deverão, a partir do voto de cada uma, providenciar sob a perspectiva institucional:

a. o afastamento preventivo e imediato do presidente da FMTT;

b. nomeação do sucessor na forma do Estatuto da FMTT;

c. notificação do presidente a ser afastado, comunicando-lhe do afastamento preventivo e conferindo-se prazo de 30 dias corridos para apresentação de defesa e documentos que entender pertinentes;

d. da defesa e documentos eventualmente apresentados deverá ser aberta vista ao Conselho Fiscal para manifestação;

e. após a manifestação do Conselho Fiscal o processo estará liberado para julgamento definitivo;

f. da decisão

Consequências civis:

Sob a perspectiva civilista, o art. 186 do Código Civil prevê:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
De forma mais específica, a responsabilidade civil pelo ressarcimento foi tratada pelo art. 18-B da Lei nº 9.615/1998 conforme segue:

Art. 18-B. Os dirigentes das entidades do Sistema Nacional do Desporto, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). (Incluído pela Lei nº 14.073, de 2020).

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, dirigente é aquele que exerce, de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da entidade, incluídos seus administradores. (Incluído pela Lei nº 14.073, de 2020).

§ 2º Os dirigentes de entidades desportivas respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto. (Incluído pela Lei nº 14.073, de 2020).

§ 3º O dirigente será responsabilizado solidariamente quando tiver conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu antecessor ou pelo administrador competente e não comunicar o fato ao órgão estatutário competente. (Incluído pela Lei nº 14.073, de 2020).

Deverá a Assembleia Geral deliberar, pois, no sentido do ajuizamento de ação de ressarcimento pela FMTT em face de seu atual presidente, caso se confirmem prejuízos causados à instituição.

Relevante rememorar que compete à AGE, na forma da alínea "r" do art. 21 do Estatuto da FMTT resolver sobre casos de indenização.

Consequências penais:

Com base nos achados identificados alhures tem-se potencial consunção entre as condutas praticadas e o tipo penal constante do art. 168 do CP – apropriação indébita. Considere-se o dispositivo:

Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.
Aumento de pena
§ 1º - A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:
I - Em depósito necessário;
II - Na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;
III - Em razão de ofício, emprego ou profissão.

Em função dos achados relacionados, e da gravidade dos fatos, a Assembleia Geral aprovou com base no §3º do art. 19 do Estatuto Social, a inserção na pauta corrente do afastamento cautelar do então presidente Sr. Bruno Felipe Araújo França.

Aprovada por unanimidade a inserção de novo item na pauta corrente, por unanimidade, os clubes filiados à FMTT entenderam por bem afastar preventivamente o Sr. Bruno Felipe Araújo França do cargo de Presidente da FMTT.

Acerca da decisão da AGE, o presidente afastado foi notificado, tendo recebido cópia da ata confeccionada e do relatório produzido pelo CFFMTT. Foi conferido ao ex-presidente, Sr. Bruno Felipe Araújo França, prazo para elaboração de defesa e apresentação dos documentos que entendesse pertinentes.

O prazo para apresentação de defesa e documentos transcorreu sem que qualquer iniciativa fosse implementada pelo presidente afastado, Sr. Bruno Felipe Araújo França.

A presidência atual da FMTT, exercida pelo Sr. José Jurandir de Lima Jr., convocou nova Assembleia Geral, a fim de apreciar-se de forma definitiva o afastamento preventivo realizado alhures.

A partir do relatório acima e, diante da ausência de quaisquer elementos de defesa trazidos pelo presidente afastado, Sr. Bruno Felipe Araújo França, os fatos constantes do relatório produzido pelo CFFMTT terminaram incontroversos.

Não há controvérsia acerca da ausência de prestação de contas, nem sequer sobre as transferências realizadas da conta da FMTT para contas de titularidade do Sr. Bruno Felipe Araújo França.

Estão, pois, caracterizadas as irregularidades estatutárias que seguem:

a. descumprimento da obrigação de prestar contas, constante da alínea "j" do art. 21 do Estatuto Social da FMTT;
b. descumprimento da obrigação de submeter à AGE aprovação de relatório e balanço anual conforme alínea "i" do art. 43 do Estatuto Social da FMTT;
c. descumprimento da regra do art. 60 do Estatuto Social da FMTT, que fixou regras para a escrituração de despesas;
d. descumprimento da regra do art. 61 do Estatuto Social da FMTT, que impõe empenho prévio e aprovação das despesas em AG;

A gestão desenvolvida pelo ex-presidente afastado é classificada ainda como "gestão irregular ou temerária" nos termos dos incisos I e II do art. art. 18-C da Lei nº 9.615/98. O art. 18-D da Lei nº 9.615/98 prevê sancionamento do dirigente responsável por "gestão irregular ou temerária", "...por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal."

Com base em todo exposto, a Assembleia Geral, no desempenho da atribuição que lhe foi conferida pela alínea "e" do art. 21 do Estatuto Social da FMTT, CASSA O MANDATO, por unanimidade, do Sr. Bruno Felipe Araújo França, preventivamente afastado do cargo de presidente da FMTT.

Assume o cargo de Presidente da FMTT, de forma definitiva, o Vice-presidente Técnico, Sr. José Jurandir de Lima Jr., que já exerce de forma interina o cargo.

A Presidência da FMTT deve providenciar o registro da presente ata, bem como o acompanhamento da repercussão penal dos fatos identificados acima e, providenciar o ajuizamento de ação judicial pertinente para o ressarcimento dos prejuízos.

Publique-se no Boletim Oficial da Federação essa decisão, em sites e demais meios eletrônicos disponíveis, a fim de garantir ampla publicidade acerca da decisão tomada.

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente da FMTT

Luciano Bonono Soares
Presidente do Círculo Militar de Cuiabá

Renan Jaudy Pedroso Dias
Presidente do Cuiabá Tênis Clube

Celso Marques Ferrer Junior
Presidente do Clube Monte Líbano


TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8600 - Fax. (0xx65) 1052-8654
Tabeliã/Registradora: Glória Alice Ferreira Bertoli
www.primeirooficio.com.br e-mail: registro@primeirooficio.com.br
PESSOA JURÍDICA - O.S. 698115 - Liv. A- 2193 - Fls. 019-030
FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TENIS
Protocolado em: 10/04/2024 sob nr. 377368
Registrado em: 10/04/2024 sob nr.42941
Averbado ao prot. nr.113243 e reg. nr. 1658
Emolumentos: R$ 166,55 - Selo Digital: BYN30337
Em testemunho (_____) da verdade
Artur Fazolo de Abreu - Escrevente Autorizado

Ofício nº 001/2024 - FMTT

Aos Srs. Presidentes
Clubes filiados à FMTT

Assunto: Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente Interino da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, no seu artigo 22, alínea "a", vem convocar os clubes filiados para se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede do Clube Monte Líbano de Cuiabá – Sala de Reuniões, situado na Avenida República do Líbano, km 02, s/n, Bairro Senhor dos Passos, nesta capital, no dia 30 de janeiro de 2024, às 18h30min em primeira convocação e às 19h00min em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- **Votar a cassação do mandato do presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, Sr. Bruno Felipe Araújo França, nos termos do artigo 21, alínea "e" do Estatuto Social;**

Clubes filiados: Círculo Militar de Cuiabá, Clube Monte Líbano de Cuiabá e Cuiabá Tênis Clube.

Cuiabá, 19 de janeiro de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR
Data: 18/01/2024 12:12:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

José Jurandir de Lima Jr.
Presidente Interino

Federação
Mato-grossense
de Tênis

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Eleição e Posse da Diretoria 2022 - 2026

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 10:00 horas, em segunda convocação, na sala de reuniões do Abudi Hotel, situado na Av. Cel. Escolástico, n. 259, Bandeirantes, Cuiabá/MT, CEP 78010-200, reuniram-se os filiados da **FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TÊNIS - FMTT**, para ***ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA*** **para eleição e posse** da nova Diretoria. Devidamente convocados, através de edital, das seguintes formas: a) publicado no jornal A Gazeta, edição de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e dois, b) da entrega sob protocolo, diretamente nos clubes e cujas assinaturas foram registradas em listagem própria e c) por correio eletrônico (e-mail no dia 22/09/2022) para todas as entidades filiadas. Na abertura dos trabalhos, o Presidente da FMTT, Rivaldo Sampaio Barbosa, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, logo em seguida, convidou a mim Maria do Carmo de Salles Mendes dos Santos, para secretariá-lo. Em seguida foi feita a leitura do edital pelo Presidente, destacando que os clubes filiados foram convocados conforme mencionado anteriormente. Na sequência, foi dado inicio aos trabalhos de escolha da nova diretoria da FMTT para o mandato de 4 (quatro) anos, quadriênio 2022-2026, fazendo-se a apresentação da chapa única e dos nomes dos concorrentes para o Conselho Fiscal. O Presidente da Assembleia registrou os nomes dos candidatos ao Conselho Fiscal e dos indicados pelos Clubes para a Diretoria, cuja composição encontra-se elencada abaixo:

Conselho Fiscal:	Mário Márcio Uemura Meira Geraldo Jose Z do Prado Mateus Sampaio
Suplentes do Conselho Fiscal:	Marcelo Barreto Souto Fabrício Lopes Oliveira Rivaldo Sampaio Barbosa

Presidente:	Bruno Felipe Araújo França
Vice-Presidente Técnico:	José Jurandir de Lima Junior
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro:	Maria do Carmo de Salles Mendes dos Santos
Vice-Presidente Relações Esportivas:	Vitor Goes Ortiz de Menezes

Após a apresentação, os nomes indicados para compor o Conselho Fiscal e a Chapa única, foram aclamados eleitos por unanimidade pelos presentes. Na sequência, o Presidente da Assembleia Rivaldo Sampaio Barbosa **declarou empossada a nova diretoria e os membros do conselho, que iniciarão o mandato em 10/10/2022 e o encerrará em 09/10/2026**, e mais uma vez agradeceu a participação de todos os presentes. Ainda fazendo uso da palavra, manifestou a necessidade de deixar apontado nesta ata,

Federação
Mato-grossense
de Tênis

após 02 mandatos ocupando o cargo de Presidente da FMTT, o seu especial agradecimento pela confiança que recebeu em duas eleições dos clubes que compõe a entidade, na pessoa do Presidente do Círculo Militar de Cuiabá Cel. Luciano Bonomo, do Clube Monte Líbano de Cuiabá Joilson Borges e do Cuiabá Tênis Clube Delton J. Pereira Junior, agradecer também ao Bruno França, a Maria do Carmo e ao Joilson Borges pela parceria e pelo voluntariado que tiveram ao exercerem os cargos de vices - presidentes da FMTT nesses últimos 04 anos. Lembrou também que o Circuito -Matogrossense de Tênis não teria crescido tanto se não tivesse recebido o apoio dos Clubes e Academias, destacando o Professor Givanildo Almeida da Academia Tennis Company - Cuiabá, a Fabiane Maio da Sinop Academia de Tênis - Sinop, Pedro Nunes da Ace Tênis - Primavera do Leste, Jorge Santos da Academia Ponto do Tênis - Lucas do Rio Verde, ao Ricardo Camelo da Seven Academia de Tênis - Nova Mutum, ao Júlio Benegas da Benegas Tênis da cidade de Sorriso, ao Wilker Sobrinho da Academia Primavera Tênis Clube – Primavera do Leste, aos clubes já mencionados anteriormente, ao Caiçara Tênis Clube – Rondonópolis e aos representantes dos Centros de Treinamento de Beach Tennis que participaram do circuito da modalidade nos últimos dois anos. Informa ainda, que a participação nas competições e o apoio dos Professores/treinadores de Tênis foi fundamental para as mudanças que foram implementadas nas etapas do Circuito iniciada no ano de 2015, bem como, a participação de todos os tenistas, que disputaram as competições na capital e nas cidades do interior. Ressaltou a importância da criação do departamento para cuidar das competições das categorias infanto juvenis a partir deste ano e que foi composto pelos Srs. Diretores Eduardo Toshio e Harrison Rainier e pelos técnicos esportivos Livas Damásio e Pedro Nunes, todos envolvidos para gerir o circuito que terá ao todo 05 etapas em 2022, destacando que neste primeiro ano já conseguiram levar a maior delegação para representar o estado na Copa das Federações que foi realizada no mês de julho na cidade de Uberlândia-MT. Lembrou também que no ano passado a FMTT criou o Departamento de Beach Tennis para atender ao expressivo crescimento da modalidade em nosso estado e que já no primeiro ano realizamos o Circuito Matogrossense de Beach Tennis composto de 07 etapas e que neste ano de 2022 contará com o total de 14 etapas, sendo realizadas na capital e em diversas cidades do interior, tais como, Campo Verde, Rondonópolis, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop, Alta Floresta e Tangará da Serra, mencionou que o departamento foi composto pelos Professores e técnicos Idalício Souza e Robson Lauschner e pelos Diretores Ricardo Cintra e Helder Humburanas, além de já conseguir participar da Copa Federações em Santa Catariana com a uma equipe completa. Parabenizou também ao José Pareja Filho que teve a iniciativa de resgatar a FMTT no ano de 2006 e a presidiu por dois mandatos consecutivos, momento pelo qual a federação se encontrava com o CNPJ inapto e sem uma diretoria devidamente eleita, considerou que foi partir daquela inciativa que hoje podemos comemorar o

Federação Mato-Grossense de Tênis

crescimento do esporte tênis em todo o Estado. Aproveitou para observar que a modalidade em todo o estado passa por um momento especial, estando bem organizada com locais para aprendizado e para a prática do tênis e do beach tennis, além das competições estaduais para as duas modalidades realizados pela Federação em parcerias com os clubes, academias e centros de treinamentos em várias cidades do estado. Recordou que o ano de 2015 foi um marco, pois demos início na interiorização do Circuito de Tênis e que Sinop foi a primeira cidade a receber uma etapa do circuito, e que de lá para cá, foi quebrado o paradigma de que os jogadores da capital não iriam competir nas cidades do interior, hoje esse fluxo ocorre nos dois sentidos e que sempre procuramos ter um representante da FMTT nas etapas realizadas fora da Capital. Anotou também que este ano finalizaremos o Circuito de torneios de Classes e da categoria PRO, com 19 etapas mais o Master (a ser realizado no Clube Monte Líbano), percorrendo as cidades Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Primavera do Leste e Rondonópolis. Neste ano voltamos a nossa atenção também para a capacitação trazendo para o Estado 02 cursos para professores de Beach Tennis, realizados em Sinop e Cuiabá, 01 curso de arbitragem na capital e outros 02 cursos para professores de tênis feitos em Sinop. Declarou para os presentes que foram finalizados os balanços dos últimos 04 anos e que serão levados para registro na junta comercial, e que a FMTT está deixando um saldo bancário positivo na conta do banco Itaú e na nova conta do C6 Bank, saldo este que poderá ser verificado nos extratos que ficarão arquivados impressos da véspera desta AGO ou nos respectivos bancos. Ao final da sua fala desejou sucesso para a Diretoria eleita, sugeriu aos membros eleitos do Conselho Fiscal que tenha uma gestão sem distinção entre membros suplentes e titulares, procurando fazer uma gestão próxima da diretoria executiva. Ao Presidente eleito aconselhou que conduza a sua gestão próxima dos Conselheiros porque além de apaixonados pelo tênis, manifestaram a disposição de contribuir neste novo ciclo. Encerrou a sua fala pedindo a união de todos em prol do crescimento do tênis em nosso Estado. A seguir, colocou a palavra em aberto para quem dela quisesse fazer uso. Dando início a sua fala, o Presidente eleito Bruno França fez questão de agradecer ao Rivaldo pelas dicas, conselhos e parceria durante este mandato que se finaliza, tendo um sido um paizão e me ensinando muito sobre a gestão da Federação. Pois falávamos muito todos os dias, seja no grupo de gestão da FMTT ou diretamente. Disse que considera a Maria do Carmo como uma mãezona, por ser uma grande parceria que viaja para os torneios do interior para representar a FMTT, só tendo que agradecer a confiança em participar da nova diretoria. Comprometeu-se também dar seguimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido, bem como, propor melhorias para o desenvolvimento do tênis e do beach tennis em nosso Estado. E que para isso acontecer conta com o apoio dos vice-presidentes ora eleitos. O Vice-presidente técnico eleito Jurandir Junior, argumento que é "novo" no tênis e vem

praticando desde o ano de 2015, que ainda está aprendendo a jogar e que contato com a modalidade foi como amor a primeira vista. Explicou que já foi diretor financeiro do Clube Monte Líbano e que atualmente ocupa a Presidência do Conselho Deliberativo. Disse que mesmo antes do convite já tinha vontade de fazer parte federação para poder cooperar com a organização do tênis, e que de pronto aceitou o convite para fazer parte chapa, finalizou se colocando à disposição todos. Passando a palavra para o Vice-presidente de relações esportivas Vitor Goes, explicou que pratica o tênis desde criança e que através do esporte conquistou bastantes amizades. Comentou que inicialmente ao receber o convite de Bruno para formar a chapa, respondeu que não queria, mas com o passar dos dias fui me convencendo de que poderia contribuir muito com o esporte, por isso aceitou o desafio com o intuito de promover o esporte. Afinal muitas vezes reclamei dos torneios e refleti que ao invés de só reclamar, agora era a oportunidade de contribuir com melhorias, cooperar para deixar as pessoas mais contentes com os torneios, auxiliando na promoção de torneios mais interessantes. Na condição de reeleita para o cargo de Vice-presidenta Administrativo e Financeiro, eu Maria do Carmo, primeiramente queria agradecer ao Bruno pelo convite e pela parceria e comprometimento no mandato que se encerra, estendendo também ao Joilson Borges. Em relação Rivaldo, gostaria de citar algumas de suas qualidades: transparente, amigo, totalmente dedicado e comprometido com a Federação, e que sempre esteve a disposição para nos socorrer quando precisávamos, e que conhece muito sobre a FMTT. "Meu muito obrigada pois aprendi muito com você"! E gostaria de dizer que o Rivaldo é um dos grandes responsáveis pela credibilidade que a entidade alcançou. Agradeço aos clubes pela confiança na nova diretoria e em especial ao Cel. Luciano Bonomo. E para finalizar digo que podemos nos orgulhar e que estou com a sensação de dever cumprido. Ao receber a palavra o presente Richard Abboud, disse que não conhece ninguém que tenha lutado tanto quanto o Rivaldo pela Federação e que o conhece a mais de 15 anos. E que grande parte do sucesso da Federação se deve ele, e não podemos esquecer está entidade já foi gerida a partir de um porta-malas de carro. Desejando sucesso a nova diretoria, comparou a gestão da entidade como um foguete que não pode parar de subir. Em seguida Rosalvo José dos Santos, meu esposo, a se referir-me, disse: ela ama os esportes, e em especial o tênis. Além de acompanhá-la em todos os torneios que participa, na capital e no interior, acabo acompanhando de perto do trabalho dela junto aos demais membros da diretoria, e assim fico achando que também faço da FMTT, vejo o quanto o Rivaldo, o Bruno e a Maria abraçam o trabalho na Diretoria, sendo este o motivo da minha admiração. O Presidente do Luciano Bonomo se apresentou aos presentes explicando que é Coronel da reserva do exército há 03 anos e aproveita a oportunidade para enaltecer o trabalho do Presidente Rivaldo e dos demais membros da diretoria, lembrado que tempos atrás o clube precisa tirar recurso do caixa para realizar um torneio e hoje em dia as etapas do Circuito são um

Federação
Mato-Grossense
de Tênis

sucesso total. Disse que beach tennis é um esporte que cresceu muito rápido, e a Federação atuou acompanhando os torneios e criando o circuito estadual, fruto do empenho da entidade e das parcerias com os locais que sediam os eventos. Manifestou também a importância da mudança na composição da nova diretoria, pois os novos virão com ideias novas. Finalizou parabenizando o Presidente Rivaldo e desejando sucesso para a nova diretoria. Ao fazer uso da palavra o Joilson Borges lembra que no começo da gestão recebíamos muitas críticas e no começo se fazia necessário sair com a prancheta na mão captando inscrições, mas através da união da diretoria neste último mandato, esse quadro mudou e os torneios atingem o número máximo de inscritos na maioria das vezes. E que ficou surpreso com o saldo que ficará em caixa para a próxima gestão, considerando que anteriormente começamos com quase nenhum saldo, parabenizando a Maria do Carmo pela competente gestão financeira. E disse aos novos membros da diretoria que eles irão sentir orgulho de fazer parte da FMTT. E por fim, parabenizou a todos e desejou sucesso a nova diretoria eleita. Verificando que ninguém mais desejava fazer uso da palavra, o Presidente da Assembleia determinou que eu lavrasse a presente ata, que vai assinada por mim Maria do Carmo de Salles Mendes dos Santos, pelo Presidente da Assembleia Rivaldo Sampaio Barbosa, pelos Clubes filiados, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal ora empossados:

Presidente da Assembleia: _____
Rivaldo Sampaio Barbosa

Secretária da Assembleia: Maria do Carmo de S. Mendes dos Santos
Maria do Carmo de Salles Mendes dos Santos

Circulo Militar de Cuiabá: _____
Luciano Bonomo Soares, brasileiro, viúvo, Militar, domiciliado na Rua Brigadeiro Sampaio, 259 Vila Militar - portador da carteira de identidade número 0203697941-Ministério Defesa/MS e inscrito no CPF-MF sob o número 014.932.187-27.

Federação
Mato-grossense
de Tênis

Cuiabá Tênis Clube: _____

Delton José Pereira Júnior, brasileiro, casado, Médico Veterinário, domiciliado na Rua Corsino do Amarante, 1367 Duque de Caxias, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número MG-10.702.876 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 041.454.846-90.

Clube Monte Líbano: _____

Joilson Borges de Souza, brasileiro, casado, Comerciante, domiciliado Av. Arquimedes Pereira Lima, 1391, Jardim Renascer, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 12945676 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 712.758.351-04.

Diretoria Eleita e Empossada:

_____

Bruno Felipe Araújo França – Presidente

Associado ao Clube Monte Líbano de Cuiabá, brasileiro, casado, Diretor de Operações, domiciliado na Rua Oriente Tenuta, 138, apto 1104 – Consil em Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 35207 DRT/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 731.700.461-87.

_____

José Jurandir de Lima Junior – Vice-Presidente Técnico

Associado ao Clube Monte Líbano de Cuiabá, brasileiro, casado, Empresário, domiciliado na Rua Marechal Antônio Aníbal da Motta, 229, apto 802 – Duque de Caxias em Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 11841125 SJ/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 931.428.621-53.

Federação Mato-grossense de Tênis

Maria do Carmo de S. Mendes dos Santos

Maria do Carmo de Salles Mendes dos Santos – Vice-Presidente Administrativo e Financeiro
Associado ao Clube Círculo Militar de Cuiabá, brasileira, casada, Professora de Educação Física, domiciliada Rua 10, quadra 13, casa 09, Jardim Universitário, Cuiabá-MT, portadora da carteira de identidade número 302.805 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 299.992.001-68.

Vitor Goes Ortiz de Menezes– Vice-Presidente Relações Esportivas
Associado ao Clube Monte Líbano de Cuiabá, brasileiro, divorciado, Administrador, domiciliado na Av. Manoel José de Arruda, 1055, galpão 1, Bela Marina, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 11921722 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 024.461.781-34.

Conselho Fiscal:

Mário Márcio Uemura Meira
Brasileiro, casado, Empresário, domiciliado na Av. Manoel José de Arruda, 238 - Porto, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 1149431-0 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 858.844.301-59.

Geraldo José Z. do Prado
Brasileiro, casado, Administrador, domiciliado Av. Vila Jardim, 28 Parque Amperco, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 1180805-5 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 699.199.331-05.

Federação
Mato-grossense
de Tênis

Mateus Sampaio
Brasileiro, divorciado, Empresário, domiciliado na Rua 26, nº 69, bairro Boa Esperança, Cuiabá-MT. portador da identidade número 873.747-9 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 133.014.098-22

Suplentes do Conselho Fiscal:

Marcelo Barreto Souto
Brasileiro, divorciado, Empresário, domiciliado na Rua Monterey 182, Jardim Califórnia, Cuiabá MT portador da identidade número da RG 918.875 SSP/MT e inscrito no CPF-MF sob o número 028.695.187-81.

Fabrício Lopes Oliveira
Brasileiro, casado, Procurador Federal, domiciliado na Av. José Monteiro de Figueiredo, 699 apto. 1601, Duque de Caxias, Cuiabá MT portador da identidade número da RG 23.218.388-0 e inscrito no CPF-MF sob o número 252.118.308-30

Rivaldo Sampaio Barbosa
Brasileiro, separado, Empresário, domiciliado na Rua Raimundo Correa, 13, Bairro Santa Cruz, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade número 4529600-8 SSP/PR e inscrito no CPF-MF sob o número 697.160.219-68.

TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8609 - Fax: (0xx65) 3052-9054
Tabelia/Registradora: Gloria Alice Ferreira Bertoli
www.primeiroofficio.com.br - e-mail: registro@primeiroofficio.com.br

PESSOA JURIDICA - O.S. 681180 - Liv. A- 2097 - Fls. 098-112
FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE TÊNIS

Protocolado em: 12/12/2022 sob nr. 374522
Registrado em: 12/12/2022 sob nr.40113
Averbado ao prot. nr.113243 e reg. nr. 1658
Emolumentos R$ 467,00 - Selo Digital BUC89655

Em testemunho ( ) da verdade
Renir Aparecida dos Santos - Tabelia Substituta

ANEXO V

RELAÇÃO NOMINAL DE COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE DIRIGENTES

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da carteira de identidade nº 12680-B OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, informo que os dirigentes da referida entidade são:

Nome: José Jurandir de Lima Júnior
CPF: 931.428.621-53
RG/Órgão Expedidor: 12680-B OAB/MT
Cargo: Presidente
Endereço Residencial Completo: Rua Marechal Antônio Anibal da Motta, nº 299, apto 802, Duque de Caxias
CEP: 78043-268
Cidade: Cuiabá
Estado: Mato Grosso
E-mail: jurandijr@hotmail.com

Nome: Maria do Carmo Salles Mendes dos Santos
CPF: 299.992.001-68
RG/Órgão Expedidor: 302805 SSP/MT
Cargo: Vice-presidente Administrativo e Financeiro
Endereço Residencial Completo: Rua 10, Quadra 13, Casa 09, Jardim Universitário
CEP: 78075-530
Cidade: Cuiabá
Estado: Mato Grosso
E-mail: mariadocarmo@terra.com.br

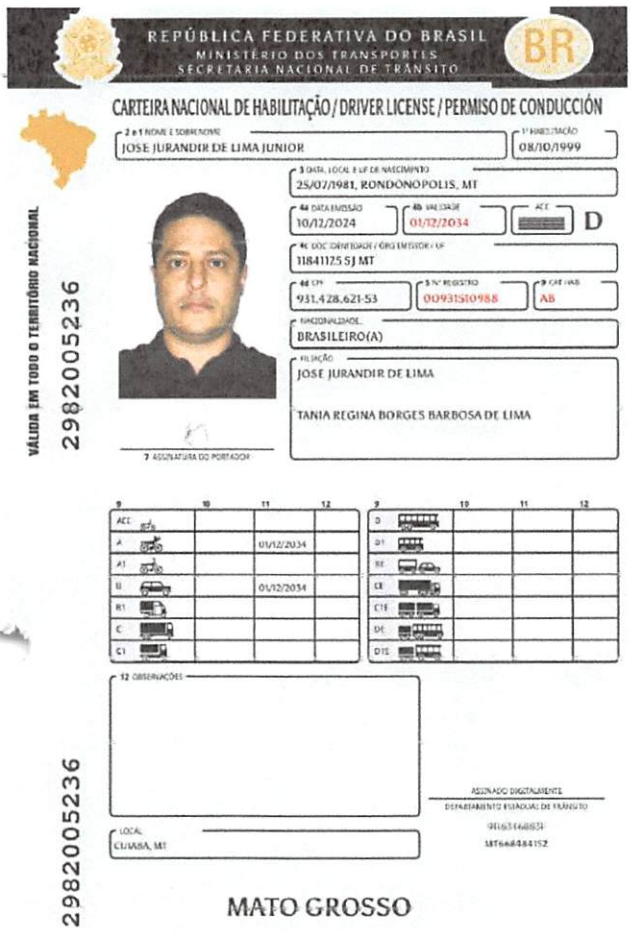
Nome: Vitor Goes Ortiz de Menezes
CPF: 024.461.781-34
RG/Órgão Expedidor: 11921722 SSP/MT
Cargo: Vice-presidente de Relações Esportivas
Endereço Residencial Completo: Rua Thogo Pereira, nº 725
CEP: 78020-500
Cidade: Cuiabá
Estado: Mato Grosso
E-mail: vitor@menezeslog.com.br

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153

Assinado de forma digital por JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Dados: 2026.07.02 15:48:39 -04'00'

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2982005236

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR

1ª HABILITAÇÃO
08/10/1999

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
25/07/1981, RONDONOPOLIS, MT

4a DATA EMISSÃO
10/12/2024

4b VALIDADE
01/12/2034

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRGÃO EMISSOR / UF
1184112 5 SJ MT

4d CPF
931.428.621-53

5 Nº REGISTRO
00931510988

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOSE JURANDIR DE LIMA

TANIA REGINA BORGES BARBOSA DE LIMA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		01/12/2034	
A1			
B		01/12/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
91631468B3
1BT668484152

LOCAL
CUIABA, MT

MATO GROSSO

2982005236

1 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Validez Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade – Órgão emissor / Identity Document – Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permiso de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA009315109<884<<<<<<<<<<<<
8107259M3412019BRA<<<<<<<<<<<0
JOSE<<JURANDIR<DE<LIMA<JUNIOR<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

energisa

DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Rua Vereador João Barbosa Corrêa Neto, 154
Cuiabá/MT - CEP 78015-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 - Insc. Est. 13.020.425-0

Classificação: MTC-CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / B3 COMERCIAL/COMERCIAL — **Tipo de Fornecimento:** TRIFASICO

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS — Disp.: 127 — Lim. min.: 117 — Lim. max.: 133

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR
Cônjuge: CAMILLA HAMMOUD FRANCA LIMA
AV SAO SEBASTIAO 3161 APT 705 ED. XINGU BUSINESS CEN - QUILOMBO
CEP 78045000 - CUIABA / / MT (AG: 5)

Roteiro: 11-0005-238-4350

CPF/CNPJ/RANI: 931.***.***-**

CÓDIGO DO CLIENTE
6/2700371-4
CÓDIGO DA INSTALAÇÃO
00003007684

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
FEV/2026	11/03/2026	R$ 329,91

NOTA FISCAL Nº 052.793.700 - SÉRIE :001
DATA EMISSÃO/APRESENTAÇÃO:16/02/2026
Consulte pela Chave de Acesso em
https://www.sefaz.mt.gov.br/nfe/consulta
Chave de Acesso
5126 0203 4673 2100 0199 6600 1052 7937 0020 7164 1227

EMITIDO EM CONTINGÊNCIA
Pendente de Autorização

- Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 12/2025): R$ 139,56
- A Energisa está realizando um trabalho de otimização no processo de leitura. Para isso, poderá ocorrer alteração no número de dias de faturamento e no vencimento de sua fatura no próximo mês. Dúvidas, entre em contato com o 0800 646 4196. - Contrato de Adesão impresso no ato do atendimento. Importante: seu número de identificação será atualizado. A partir de 01/04/2026, o número de sua unidade consumidora será alterado, conforme determinação da ANEEL. A mudança é automática e não afeta o seu consumo nem o fornecimento de energia.

Datas de Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº Dias	Próxima Leitura
	16/01/2026	16/02/2026	31	18/03/2026

ITENS DA FATURA	Unid.	Quant	Preço unit c/ tributos (R$)	Valor Total (R$)	PIS/ Cofins (R$)	Base Calc. ICMS (R$)	Aliq ICMS (%)	ICMS (R$)	Tarifa unit. (R$)
Consumo em kWh	KWH	272	1,040630	283,05	3,15	283,05	17	48,11	0,852130
LANCAMENTOS E SERVICOS									
Contrib de Ilum Pub				46,86	0,00	0,00	0	0,00	
				TOTAL:	329,91	3,15	283,05	48,11	

CONSUMO / kWh

CONSUMO FATURADO — Nº DIAS FAT

FEV/25	286	32
MAR/25	217	29
ABR/25	270	28
MAI/25	254	31
JUN/25	218	31
JUL/25	148	30
AGO/25	150	33
SET/25	248	29
OUT/25	208	30
NOV/25	297	32
DEZ/25	254	29
JAN/26	181	31
FEV/26	272	31
Média	232	

* Faturamento pela média/mínimo

Tributo	Base de Cálc. (R$)	Alíquota (%)	Valor (R$)
PIS/PASEP	234,92	0,2397	0,56
COFINS	234,92	1,1039	2,59
ICMS	283,05	17,00	48,11

RESERVADO AO FISCO
LC 708/2021 (RICMS/MT) - Art. 14, VII, "b"
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA
Pendente de Autorização

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo kWh
00003007684	kWh	Total	20769	21041	1	272

Situação de Débitos — **FATURAS EM ATRASO**

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 000027003714
Esta NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA fica disponível para pagamento a partir de 16/02/2026

Prezado cliente, a partir de agora sua fatura será emitida para pagamento via PIX.
É rápido, seguro e pode ser pago por qualquer aplicativo de sua preferência, assim como o boleto.
Para pagar, basta apontar a câmera do celular para a imagem acima utilizando seu aplicativo bancário.

PAGUE POR PIX

1. Abra o app do seu banco.
2. Selecione "PIX".
3. Aponte a câmera para o QR Code.
4. Confirme o pagamento.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2330921780

2 e 1 NOME E SOBRENOME: MARIA DO CARMO DE SALLES MENDES DOS SANTOS

1ª HABILITAÇÃO: 04/09/1997

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 05/10/1963, CAMBE, PR

4a DATA EMISSÃO: 10/06/2022

4b VALIDADE: 08/06/2027

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 03028054 SEJUSP MT

4d CPF: 299.992.001-68

5 Nº REGISTRO: 00207372642

9 CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO: SEBASTIAO DE SALLES MENDES

EUGENIA MANFREDINI MENDES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		08/06/2027	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES:

LOCAL: CUIABA, MT

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
05087755541
MT654300038

2330921780

MATO GROSSO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA0020737261421<<<<<<<<<<<<
6310057F2706085BRA<<<<<<<<<<<0
MARIA<<SALLE<MENDES<DOS<SANTOS

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

energisa

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Rua Vereador João Barbosa Cansanção, 184
Cuiabá/MT - CEP 78010-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 Insc. Est. 13.020.425-0

Classificação: MTC-CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / B1 RESIDENCIAL/RESIDENCIAL
Tipo de Fornecimento: BIFASICO
TENSÃO NOMINAL EM VOLTS Disp.: 127 Lim. min.: 117 Lim. max.: 133

ROSALVO JOSE DOS SANTOS
Cônjuge: MARIA DO CARMO DE SALLES MENDES DOS SAI
RUA DEZ 9 00502130150000 QD13 - JARDIM UNIVERSITARIO
CEP 78075530 - CUIABA I / MT (AG. 5)

NÚMERO DA UC
1.630.985.017-52

CPF/CNPJ URANI: 295.***.***-**

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JUN/2026	10/06/2026	R$ 419,12

NOTA FISCAL Nº 056.455.824 - SÉRIE :001
DATA EMISSÃO/APRESENTAÇÃO:03/06/2026
Consulte pela Chave de Acesso em
https://www.sefaz.mt.gov.br/nf3e/consulta
Chave de Acesso
5126 0603 4673 2100 0199 6600 1056 4558 2420 1237 5287

EMITIDO EM CONTINGÊNCIA
Pendente de Autorização

- Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 04/2026): R$ 188,48
Importante: seu número de identificação será atualizado. A partir de 01/04/2026, o número de sua unidade consumidora será alterado, conforme determinação da ANEEL. A mudança é automática e não afeta o seu consumo nem o fornecimento de energia.
- Perdeu do Ramal: 1 kWh. -Violência contra a mulher é crime. Não se cale. Denuncie. Ligue 180. -Reajuste tarifário médio 6,99%, a partir de 23/04/25, conf. REH 3.591/2025/ANEEL. Contato Serviço DOACAO AJPAE CUIABA - (65) 3323-8613. --O cancelamento de cobrança do convênio e a emissão de fatura sem estas cobranças podem ser solicitados a qualquer momento na distribuidora.

Datas de Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº Dias	Próxima Leitura
	05/05/2026	03/06/2026	29	06/07/2026

ITENS DA FATURA	Unid.	Quant	Preço unit c/ tributos (R$)	Valor Total (R$)	PIS/ Cofins (R$)	Base Calc. ICMS (R$)	Aliq ICMS (%)	ICMS (R$)	Tarifa unit. (R$)
Consumo em kWh		317	1,194080	378,52	29,05	378,52	17	64,34	0,869400
Adic. B. Amarela				7,92	0,61	7,92	17	1,35	
LANCAMENTOS E SERVICOS									
Contrib de Ilum Pub				29,68	0,00	0,00	0	0,00	
DOAÇÃO AJPAE CUIABÁ-MT 06/2026				3,00			0		
TOTAL:				419,12	29,66	386,44		65,69	

CONSUMO FATURADO

		Nº DIAS FAT
JUN/25	387	31
JUL/25	291	30
AGO/25	283	33
SET/25	329	29
OUT/25	413	30
NOV/25	427	32
DEZ/25	348	29
JAN/26	288	31
FEV/26	350	31
MAR/26	304	24
ABR/26	343	28
MAI/26	355	33
JUN/26	317	29
Média	345	

* Faturamento pela média/mínimo

CONSUMO / kWh

Tributo	Base de Cálc. (R$)	Alíquota (%)	Valor (R$)
PIS/PASEP	320,74	1,6500	5,29
COFINS	320,74	7,6000	24,37
ICMS	386,44	17,00	65,69

RESERVADO AO FISCO
LC 709/2021 (RICMS/MT) - Art. 14, VII, "a", item 3
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA
Pendente de Autorização

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo kWh
W6152939613	kWh	Total	12389	12707	1	317

ROTEIRO 02-0000-012-1600

Situação de Débitos

FATURAS EM ATRASO

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 000026880106
Esta NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA fica disponível para pagamento a partir de 03/06/2026

Prezad[illegible]te, a partir de agora sua fatura será emitida para pagamento via PIX.
É rápi[illegible]ro e pode ser pago por qualquer aplicativo de sua preferência, assim como o boleto.
Para [illegible]asta apontar a câmera do celular para a imagem acima utilizando seu aplicativo bancário.

PAGUE POR PIX

1. Abra o app do seu banco.
2. Selecione "PIX".
3. Aponte a câmera para o QR Code.
4. Confirme o pagamento.

SUA FATURA CHEGOU!

Chegamos no WhatsApp!

Agora você pode solicitar a 2ª via das suas faturas, religação e tirar dúvidas através da nossa assistente virtual no Whatsapp.

Adicione o nosso número nos seus contatos:
65 9 9999-7974

Baixe o Energisa On no seu smartphone:

Mais comodidade e facilidade no seu relacionamento conosco.

Com o Energisa On você pode solicitar serviços, esclarecer dúvidas e muito mais.

Disponível para Android e iOS em
energisa.com.br/energisaon



/energisa
www.energisa.com.br
65 9 9999-7974
0800 646 4196

Central de Atendimento Energisa: 0800 646 4196

Atendimento Energisa para deficiente auditivo ou de fala: 0800 648 1782

Ouvidoria Energisa: 0800 065 1115 (horário estendido). Reclamações no exterior do horário de atendimento
ANEEL: MT: Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso: 0800 727 0187
(ligação gratuita de telefones fixos e móveis)
ANEEL (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)
PROCON: Cuiabá: Tempo Livre, Travessa Profa Dr Gilberta Cuiabá – MT, CEP: 78.075-090 – Telefone (65) 3613-7610

FIQUE ATENTO

Informações sobre condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos estão à disposição para consulta em nossas agências de atendimento ou em nosso site www.energisa.com.br.

Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito à compensação. É direito do consumidor solicitar, a qualquer tempo, a apuração dos indicadores de qualidade.

Pagando sua conta em dia, você evita cobrança de multa de 2%, atualização monetária com base na variação do IPCA, juros de mora de 1% ao mês, corte no fornecimento de energia e demais transtornos. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Caso não efetue o pagamento de sua conta de luz até a data do vencimento, uma vez vencida, você estará sujeito à inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC), e também estará sujeito ao protesto do documento junto aos órgãos competentes, devendo arcar com todos os custos para retirada do protesto.

Os dados impressos têm vida útil de até cinco anos desde que se evite o contato direto com plástico, solventes ou produtos químicos, bem como a exposição ao calor e umidade excessiva, luz solar e lâmpadas fluorescentes.

Informações sobre esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA só estarão disponíveis para consulta em nossos sistemas 24 horas após a data de apresentação informada no anverso.

COMO PAGAR A SUA CONTA

Débito Automático:
Banco do Brasil / Bancoob (Sicoob) / Bradesco / Caixa Econômica Federal / Inter Itaú / Mercantil do Brasil / Nubank / Santander / Sicredi

Pix: Pelo aplicativo ou internet banking de todos os bancos tradicionais, digitais e fintechs, através da leitura do QR Code da sua conta ou "copia e cola" do código Pix dos canais digitais.

Agentes Credenciados:
Banco do Brasil (Correspondentes Bancários) / Bancoob (Sicoob)
Bradesco (Correspondentes Bancários) Caixa Econômica Federal
(Casas Lotéricas e Caixa Aqui) / Itaú / Santander / Sicredi (Agentes Credenciados)

Autoatendimento e Internet:
Banco Bancoob (Sicoob) / Banco Bradesco / Banco do Brasil / Banco Itaú
Banco Santander / Caixa Econômica Federal / Sicredi

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2987745476

2 e 1 NOME E SOBRENOME
VITOR GOES ORTIZ DE MENEZES

1ª HABILITAÇÃO
19/10/2005



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
23/08/1987, SAO PAULO, SP

4a DATA EMISSÃO
27/03/2025

4b VALIDADE
25/03/2035

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
11921722 SESP MT

4d CPF
024.461.781-38

5 Nº REGISTRO
03712276754

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
VITOR ORTIZ DE MENEZES

WILMA APARECIDA DE GOES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		25/03/2035	
A1			
B		25/03/2035	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
66664808105
MT669032395

LOCAL
CUIABA, MT

MATO GROSSO

2987745476

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Validz Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA037122767<542<<<<<<<<<<<
8708232M3503258BRA<<<<<<<<<<<4
VITOR<<GOES<ORTIZ<DE<MENEZES<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 184
Cuiabá/MT - CEP 78010-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 Insc. Est. 13.020.425-0

Data de Apresentação:**24/06/2026**

DOM. BANC.: DOM. ENT.:

Classificação: MTC-CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / B1
RESIDENCIAL / RESIDENCIAL

LIGAÇÃO: TRIFASICO

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS DISP: Lim. Min.: **117** Lim. Max.: **133**

VITOR GOES ORTIZ DE MENEZES

RUA PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 152 - APT.41 T. 01 ED. PQ ELEGANCE - 78043512
MORADA DO SOL
CUIABA I (AG: 5)

CNPJ/CPF/RANI: 02X.XXX.XX1-38
Insc. Est.:

Datas de Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº Dias	Próxima Leitura
	19/05/2026	18/06/2026	30	20/07/2026

Número da UC
1.534.215.017-83

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
Junho / 2026	26/07/2026	R$ 722,59

NOTA FISCAL Nº: 029.428.743 - Série: 002

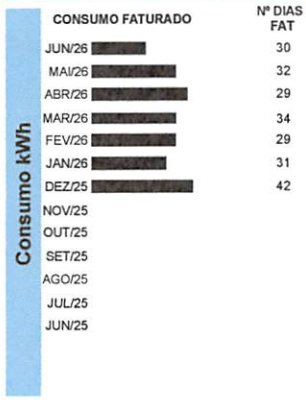
DATA DE EMISSÃO:22/06/2026

Consulte pela Chave de Acesso em:
https://www.sefaz.mt.gov.br/nf3e/consulta
chave de acesso:
5126 0603 4673 2100 0199 6600 2029 4287 4320 0270 9204
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA Pendente de Autorização

Importante: seu número de identificação será atualizado. A partir de 01/04/2026, o número da sua unidade consumidora será alterado, conforme determinação da ANEEL. A mudança é automática e não afeta o seu consumo nem o fornecimento de energia.

Itens da Fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R$) com tributos	Valor (R$)	PIS/ COFINS (R$)	Base Calc. ICMS (R$)	% Alíq. ICMS	ICMS (R$)	Tarifa Unit (R$)
Consumo em kWh	KWH	919,00	1,194080	1.097,37	84,25	1.097,37	17	186,54	0,899420
Energia Atv Injetada GDII oUC 6/2026 mPT	KWH	467,00	1,194080	-557,64	-42,81	-557,64	17	-94,80	0,899420
Ajuste GDII - TRF Reduzida(Lei 14.300/22) - Conv.	KWH	467,00	0,189080	88,30	0,00	0,00	0	0,00	0,189090
Adic. B. Amarela				11,31	0,86	11,31	17	1,93	
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
Contrib de Ilum Pub				54,41	0,00	0,00	0	0,00	
JUROS DE MORA 04/2026				0,47	0,00	0,00		0,00	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 04/2026				0,39	0,00	0,00		0,00	
MULTA 04/2026				27,98	0,00	0,00		0,00	

Tributo	Base de Cálc.(R$)	Alíquota (%)	Valor (R$)
PIS	457,36	1,6500	7,54
COFINS	457,36	7,6000	34,76
ICMS	551,04	17,00	93,67



TOTAL:	**722,59**	**42,30**	**551,04**	**93,67**		

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const Medidor	Consumo kWh
00002424569	Energia ativa em kWh	Ponta	94266	95185	1	919

RESERVADO AO FISCO

LC 708/2021 (RICMS/MT) - Art. 14, VII, "a", item 3

EMITIDO EM CONTINGÊNCIA Pendente de Autorização

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 0005155362-6

Esta NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA fica disponível para pagamento a partir de 24/06/2026

ITAU | 341-7 | 34191.09560 31361.000271 55342.870007 5 15190000072259

LOCAL DE PAGAMENTO: **PAGAR PREFERENCIALMENTE NO ITAU** — VENCIMENTO: **26/07/2026**

BENEFICIÁRIO: **ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** — CNPJ 03.467.321/0001-99 — Ag/COD. BENEFICIÁRIO: **275/53428-7**

ENDEREÇO: R VEREADOR JOÃO BARBOSA CARAMURU, 184 - BANDEIRANTE - CUIABÁ / MT - CEP 78010-900 — NOSSO NÚMERO: **109/56313610-0**

DATA DO DOCUMENTO	Nº DOCUMENTO	ESPÉCIE DOC	ACEITE	DATA DO PROCESSAMENTO	(=)VALOR DO DOCUMENTO
22/06/2026	5155362-2026-06-6	DS	N	22/06/2026	722,59

CARTEIRA	ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR
109	R$		

INSTRUÇÕES
OS VALORES DA MULTA/JUROS DE MORA POR ATRASO SÓ SERÃO COBRADOS NA PRIMEIRA FATURA APÓS O PAGAMENTO DESTA.
TITULO SUJEITO A PROTESTO APÓS O VENCIMENTO.
NÃO ACEITAMOS DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE. CASO OCORRA, O MESMO NÃO QUITARÁ ESTA FATURA.

(-) DESCONTOS/ ABATIMENTOS
(-) OUTRAS DEDUÇÕES
(+) MORA/ MULTA
(+) OUTROS ACRÉSCIMOS
(=) VALOR COBRADO

PAGADOR
VITOR GOES ORTIZ DE MENEZES — CPF/CNPJ 024.461.781-38
RUA PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 152 - APT.41 T. 01 ED. PQ ELEGANCE CUIABA I (AG: 5)
SACADOR/ AVALISTA — CÓD. DE BAIXA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
Ficha de Compensação

Pague por PIX
É fácil, rápido e seguro.

Receba sua conta só com o PIX
Cadastre-se em nossos canais

G 381303 - Novembro/2025 - Mato Grosso TUSDG - 80236

ATENÇÃO

.
UC de compensação de energia classificada como GD_II, conforme Lei 14.300/22
Saldo Acumulado: 0 A expirar no próximo ciclo: 0
- -Violência contra a mulher é crime. Não se cale. Denuncie. Ligue 180.
- -Reajuste tarifário médio 6,86%, a partir de 23/04/26, conf. REH 3.581/2026 Aneel.
- Leitura confirmada

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

INDICADORES DE QUALIDADE

LIMITES DA ANEEL	MENSAL	APUR.	TRIM.	ANUAL
DIC	7,00	0,80	0,00	0,00
FIC	3,00	1,00	0,00	0,00
DMIC	5,00	0,80		
DICRI	13,00			

Conjunto: RODOVIARIA

Referência: 04/2026
Tensão Contratada:
Limite Adequado: 117 a 133

DIC: Horas que o cliente ficou sem energia
FIC: Vezes que o cliente ficou sem energia
DMIC: Duração da maior interrupção de energia no período
DICRI: Duração da interrupção individual em dia crítico

CONSUMO DOS ÚLTIMOS 13 MESES

MÊS	CONSUMO FATURADO	DEMANDA MEDIDA	CONS. FAT.	CONSUMO FATURADO	DEMANDA MEDIDA	ERE	DRE	ERE	DRE	CONS.	ERE	DEMANDA MEDIDA
JUN/26	919,00											
MAI/26	1.411,00											
ABR/26	1.583,00											
MAR/26	1.391,00											
FEV/26	1.398,00											
JAN/26	1.251,00											
DEZ/25	1.663,00											
NOV/25												
OUT/25												
SET/25												
AGO/25												
JUL/25												
JUN/25												
	PONTA	INTERME-DIÁRIA	FORA DE PONTA	PONTA	FORA DE PONTA	RESERVADO	TUSDG					

*FATURAMENTO PELA MÉDIA/MÍNIMO

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	%
Serviço de distribuição	172,16	23,82
Compra de energia	228,63	31,64
Serviço de transmissão	28,69	3,97
Encargos setoriais	73,89	10,23
Impostos diretos e encargos	219,22	30,34
Outros serviços	0,00	0,00
Total	**722,59**	**100,00**

Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 04/2026): R$ 466,39

ESTRUTURA DO CONSUMO

DADOS DA LEITURA — **Leitura Anterior:** 19/05/2026 — **Leitura Atual:** 18/06/2026 — **Dias:** 30

UN.	POSTO	ATUAL	ANTERIOR	K	PERDAS (%)	FAT. POT.	AJ. FAT. POT.	DADOS DO CONSUMO MEDIDO	DADOS DO CONSUMO FATURADO
KWH	Ponta	95.185,00	94.266,00	1,00				919,00	919,00

DADOS DA DEMANDA

* KWTG: Dem Tusdg * K: Const Med

FIQUE ATENTO

Informações sobre condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos estão disponíveis para consulta em nossas agências de atendimento e no site. Assim como, dados sobre apuração dos indicadores de continuidade, de tensão e limites aplicáveis também podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico www.energisa.com.br.

Pagando sua conta em dia, você evita cobrança de multa de 2%, atualização monetária com base na variação do IPCA, juros de mora de 1% ao mês, corte no fornecimento de energia e demais transtornos. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.

Caso não efetue o pagamento de sua conta de luz até a data do vencimento, uma vez vencida, você estará sujeito à inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC), e também estará sujeito ao protesto do documento junto aos órgãos competentes, devendo arcar com todos os custos para retirada do protesto.

Central de Atendimento Energisa: 0800 646 4196
Central de Atendimento Energisa (alta e média tensão): 0800 648 4196
Atendimento Energisa para deficiente auditivo ou de fala: 0800 648 1782
Ouvidoria Energisa: 0800 065 1111 (horário comercial) - Necessário ter o número do protocolo de atendimento
AGER- MT- Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso: 0800 727 0167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)
ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica): 167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)
PROCON | 151 (Ganha Tempo Ipiranga,Travessa Paes de Oliveira, Cuiabá - MT, CEP 78005-260, Telefone 65-3613-2100)

ONDE PAGAR SUA CONTA

Débito Automático:
Banco do Brasil, Bancoob, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Inter, Itaú, Mercantil do Brasil, Nubank, Santander, Sicredi.

Agentes Credenciados:
Banco do Brasil, Bancoob, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Sicredi ou nas modalidades de cartão de crédito e débito (disponível apenas nos canais digitais e postos de atendimento da Energisa).

Autoatendimento e Internet:
Banco do Brasil, Bancoob, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Sicredi ou nas modalidades de cartão de crédito e débito (disponível apenas nos canais digitais e postos de atendimento da Energisa).

Chegamos no WhatsApp!

Agora você pode solicitar a 2ª via das suas faturas, religação e tirar dúvidas através da nossa assistente virtual no Whatsapp.

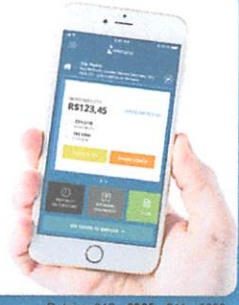
Adicione o nosso número nos seus contatos:
65 9 9999-7974

Baixe o Energisa On no seu smartphone:

Mais comodidade e facilidade no seu relacionamento conosco.

Com o Energisa On você pode solicitar serviços, esclarecer dúvidas e muito mais.

Disponível para Android e iOS em energisa.com.br/energisaon



Roteiro: 012 - 0005 - 011 - 0090
Medidor: 00002424569

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
00.792.887/0001-06 MATRIZ		07/02/1984

NOME EMPRESARIAL
FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
R MARECHAL DEODORO	1402 E	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.005-100	CENTRO	CUIABA	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
fmttenis@gmail.com	(65) 9981-1840

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/01/2007

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/07/2026** às **08:28:51** (data e hora de Brasília).


01
brostiogistica.com.br
FLN vgsantos 22/07/25 17:53
P CGB
CWB
CEN
FLN028527-7
CONFEDERACAO BR
1/2
0405 2
KG CALC: 19,9
PED:
FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TEN (..)
78045-000 CUIABA/MT
AVENIDA SAO SEBASTIAO , 3161 -
SALA 705 QUILOMBO
10205309350229
BROS LOG
Logística Simples
ICIAL BALL OF ROLAN
E OFFICIELLE DE ROLA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da carteira de identidade nº 12680-B OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a Organização da Sociedade Civil:

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros materiais para tanto.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153

Assinado de forma digital por JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Dados: 2026.07.02 15:47:53 -04'00'

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente

FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS

Portal de Transparência – Parceria com o Poder Público

WORLD TOUR BT400 CUIABÁ 2026

Última atualização: 29 de abril de 2026

1. Identificação da parceria

Tipo de instrumento	Convênio
Número	0272-2026
Data de assinatura	13/03/2026
Órgão concedente	Fundo de Desenvolvimento ao Esporte – FUNDED-MT
Publicação no Diário Oficial	17/03/2026
Link da publicação	https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18984/#/p:1/e:18984

2. Dados da organização

Nome	Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT
CNPJ	00.792.887/0001-06
Data de fundação	07/02/1984
Endereço	Avenida São Sebastião, nº 3161, sala 705, Ed. Xingu Business, Quilombo, CEP 78045-000 Cuiabá/MT
E-mail institucional	fmttenis@gmail.com
Telefone	(65) 99973-3646

3. Objeto da parceria

Fomento ao desenvolvimento do Beach Tennis no Estado de Mato Grosso, por meio da execução do evento esportivo internacional World Tour BT400 Cuiabá 2026, etapa oficial do circuito mundial homologado pela International Tennis Federation (ITF), realizado na Arena Beach Peak, localizada na Rodovia Emanuel Pinheiro, nº 532, Cuiabá – MT, no período de 15 a 22 de março de 2026, contemplando partidas das categorias BT400, BT50 e BT10, além das etapas qualificatórias e fases finais da competição.

O evento visou promover a prática esportiva, fortalecer o calendário esportivo estadual, impulsionar o turismo esportivo e ampliar a visibilidade do Estado de Mato Grosso no cenário esportivo nacional e internacional, com a participação de atletas nacionais e internacionais e acesso gratuito ao público.

4. Valores e fonte de recursos

Valor total da parceria	R$ 1.999.929,74
Valor recebido até a data desta publicação	R$ 1.999.929,74 (100% liberado)
Fonte do recurso	Verba extra orçamentária – FUNDED-MT
Forma de repasse	Parcela única

Receita acessória estimada (inscrições de atletas): R$ 59.360,00 (64 duplas x US$ 175,00, convertidos à taxa de R$ 5,30), destinada integralmente ao custeio de alimentação de atletas e equipe de staff durante os dias de competição, conforme previsto no plano de trabalho.

Patrocínio privado: A empresa Hero's atuou como patrocinadora master do evento, com aporte estimado de R$ 37.000,00, destinado a serviços de transfer de atletas, ambulância e equipe de brigadistas. Demais parceiros (Storm BR, AXS, Azzurre e Advanced Hotel) contribuíram com serviços e estruturas complementares sem repasse financeiro direto.

5. Período de execução

O projeto foi executado no período compreendido entre 13 de março de 2026 e 31 de maio de 2026, conforme cronograma abaixo:

- **13/03/2026** — Início da execução e assinatura do convênio
- **15–16/03/2026** — Montagem da arena, instalação das quadras oficiais, arquibancadas, tendas, iluminação e comunicação visual
- **17/03/2026** — Fase classificatória (qualifying), das 15h às 22h
- **18/03/2026** — Primeira rodada da chave principal (main draw), das 15h às 22h
- **19/03/2026** — Oitavas de final, das 15h às 22h
- **20/03/2026** — Quartas de final, das 15h às 22h
- **21/03/2026** — Semifinais e finais, das 15h às 22h
- **22/03/2026** — Desmontagem da estrutura e encerramento das atividades esportivas
- **22/03 a 31/05/2026** — Organização documental e elaboração do relatório final de prestação de contas

6. Execução financeira

Os recursos recebidos foram destinados à cobertura das despesas diretas e indiretas necessárias à realização do evento, organizadas nas seguintes categorias, conforme plano de trabalho aprovado:

- Passagens aéreas e hospedagem – transporte e acomodação da equipe de arbitragem, transmissão e atletas da chave principal, conforme exigências da ITF.

- Estrutura e materiais esportivos – montagem de 10 quadras oficiais de Beach Tennis, redes, fitas de demarcação, 800 bolas homologadas ITF Stage 2, troféus, camisetas e crachás.
- Estruturas temporárias – arquibancada modular com capacidade para 450 pessoas, 2 tendas piramidais calhadas 10x10m, 16 tendas chapéu de bruxa 5x5m, tablado carpetado de 600m², tablados elevados tipo camarote, torres de iluminação em treliça Q25/Q30 e painéis de LED de 98m².
- Equipamentos e serviços técnicos – gerador de energia 180 kVA, sistema de som PA com microfones sem fio e transmissão ao vivo com equipe especializada.
- Arbitragem – 1 árbitro geral certificado CBT/ITF e 7 árbitros auxiliares.
- Premiação – US$ 45.000,00 (equivalente a R$ 238.500,00 à taxa estimada de R$ 5,30), distribuídos conforme regulamento oficial da ITF para a categoria BT400.
- Comunicação e marketing – agência especializada responsável pela divulgação pré-evento, gestão de redes sociais, identidade visual e materiais gráficos, em conformidade com as exigências do manual organizacional da ITF.

O detalhamento integral da execução financeira, com notas fiscais, recibos e comprovantes por item, integra a prestação de contas em elaboração, a ser entregue ao órgão concedente até 30 de agosto de 2026.

7. Equipe do projeto e remuneração

José Jurandir de Lima Jr.	Presidente da FMTT – Coordenação geral do projeto – Voluntário
Isoldino Alves Ferreira Neto	Responsável técnico – Diretor geral do evento – Voluntário

A equipe operacional contou com aproximadamente 80 profissionais contratados para execução das atividades técnicas do evento, incluindo arbitragem, transmissão, produção, logística, montagem de estruturas, segurança e apoio operacional, devidamente identificados nas notas fiscais que compõem a prestação de contas.

8. Metas e resultados

Meta 1 – Realização do evento: CUMPRIDA. O evento foi realizado no período de 15 a 22 de março de 2026, na Arena Beach Peak, em Cuiabá – MT, com a participação de atletas nacionais e internacionais provenientes de países como Itália, Espanha, França, Argentina, Portugal, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Japão.

Meta 2 – Realização de partidas oficiais: CUMPRIDA. Foram realizadas aproximadamente 110 partidas oficiais ao longo das fases classificatória, chave principal e fases finais.

Meta 3 – Promoção e comunicação: EM APURAÇÃO. As transmissões ao vivo foram realizadas pelos canais ESPN Brasil, RedeTV e plataforma Play BT, com estimativa de mais de 400.000 visualizações e alcance superior a 50.000 pessoas nas plataformas digitais. Os relatórios de mídia serão incluídos na prestação de contas final.

Meta 4 – Prestação de contas: EM ANDAMENTO, com previsão de entrega até 30 de agosto de 2026.

9. Situação da prestação de contas

Status atual	Em andamento
Data prevista para entrega	30 de junho de 2026
Documentos em organização	Notas fiscais, recibos, relatórios técnicos, registros fotográficos, boletins de resultados oficiais da ITF, relatórios de mídia e links das transmissões ao vivo
Publicação do relatório final	Prevista após análise e aprovação pelo órgão concedente

10. Canais para denúncia e solicitação de informações

Qualquer cidadão pode solicitar informações adicionais ou registrar denúncias sobre a execução desta parceria pelos seguintes canais:

E-mail da FMTT	fmttenis@gmail.com
Telefone	(65) 99973-3646
Ouvidoria do Estado de Mato Grosso	www.mt.gov.br/ouvidoria
Órgão concedente	FUNDED-MT / Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL-MT

Esta publicação integra o portal de transparência da Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) e à Instrução Normativa Conjunta nº 002/2026/SEFAZ/CGE, que estabelece os requisitos de publicidade e transparência aplicáveis às parcerias celebradas com a Administração Pública Estadual.

Cuiabá, 29 de abril de 2026.

José Juranair de Lima Jr.
Presidente – Federação Mato-grossense de Tênis (FMTT)
CNPJ: 00.792.887/0001-06

11. Registros Fotográficos do Evento

















ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E GERENCIAL

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a Organização da Sociedade Civil dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, pelo acompanhamento da execução da parceria e pela apresentação da respectiva prestação de contas, em conformidade com a legislação vigente.

Declaro, ainda, que a Federação Mato-Grossense de Tênis possui experiência na promoção, organização e execução de projetos e eventos esportivos, dispondo de equipe técnica e administrativa apta ao desenvolvimento das ações previstas no Plano de Trabalho.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153

Assinado de forma digital por JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Dados: 2026.07.03 10:25:58 -04'00'

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

ANEXO X

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a Organização da Sociedade Civil não possui em seu quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Declaro serem verdadeiras as informações acima, assumindo inteira responsabilidade por seu conteúdo.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153

Assinado de forma digital por JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Dados: 2026.07.02 15:46:37 -04'00'

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO E NÃO REMUNERAÇÃO

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta Organização da Sociedade Civil:

* Não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança da Administração Pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

* Não remunerará, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria:
  * membro de Poder ou do Ministério Público;
  * dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública;
  * servidor ou empregado público, inclusive ocupante de cargo em comissão ou função de confiança do órgão ou entidade da Administração Pública celebrante;
  * cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas acima;
  * pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Declaro serem verdadeiras as informações acima, assumindo inteira responsabilidade por seu conteúdo.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR
Data: 02/07/2026 17:05:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE CONTABILIDADE REGULAR

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a Organização da Sociedade Civil possui escrituração contábil regular, observando os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis.

Dados do responsável pela escrituração contábil:

Nome: Emerson Étore Moraes

CRC: MT011988/O-0

Declaro serem verdadeiras as informações acima, assumindo inteira responsabilidade por seu conteúdo.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR
Data: 02/07/2026 16:59:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que a Organização da Sociedade Civil compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente quanto à transparência, publicidade e divulgação dos recursos públicos recebidos, sua aplicação e destinação, observando todas as exigências legais, sem prejuízo da apresentação das prestações de contas a que estiver legalmente obrigada.

Declaro, ainda, que a entidade manterá disponíveis as informações relativas à parceria celebrada, garantindo o acesso aos dados de interesse público na forma da legislação vigente.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR
Data: 03/07/2026 12:52:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a conta bancária específica destinada à movimentação dos recursos da parceria é a seguinte:

Banco: Banco do Brasil S.A.

Endereço da Agência: Rua Comandante Costa, nº 1.205, Bairro Centro Sul

Município: Cuiabá/MT

CEP: 78020-400

Telefone da Agência: (65) 4003-3001

Agência nº: 2363-9

Conta Corrente nº: 76.929-0

Declaro que a referida conta será utilizada exclusivamente para a movimentação financeira dos recursos vinculados à parceria, em observância à legislação vigente e às normas estabelecidas pela Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

ANEXO XII

DECLARAÇÃO CONTENDO O NOME DO GESTOR DA PARCERIA PELA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO CONTROLE ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DA PARCERIA

Eu, José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, na qualidade de Presidente da Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, nomeio o Sr. José Jurandir de Lima Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 12680-B OAB/MT, expedida pela OAB/MT, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, como Gestor da Parceria, sendo o responsável pelo controle administrativo, financeiro e pela execução da parceria a ser celebrada.

Declaro ter pleno conhecimento e estar ciente das responsabilidades atribuídas ao Gestor da Parceria, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis, comprometendo-me a assegurar o acompanhamento da execução do objeto, o cumprimento das metas pactuadas, a correta aplicação dos recursos públicos e a apresentação da respectiva prestação de contas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Cuiabá/MT, 02 de julho de 2026.

JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153

Assinado de forma digital por JOSE JURANDIR DE LIMA JUNIOR:93142862153
Dados: 2026.07.03 10:29:37 -04'00'

José Jurandir de Lima Júnior
Presidente
Federação Mato-Grossense de Tênis – FMTT

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS
CNPJ: 00.792.887/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:23:07 do dia 20/05/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/11/2026.
Código de controle da certidão: **1F4E.3866.C131.7809**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.792.887/0001-06

Razão social: FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS

Endereço: AV MARECHAL DEODORO 1402 E / CENTRO-NORTE / CUIABA / MT / 78005-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/06/2026 a 05/07/2026

Certificação Número: 2026060600530062537590

Informação obtida em 09/06/2026 20:39:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.792.887/0001-06
Certidão nº: 53533131/2026
Expedição: 09/06/2026, às 19:53:51
Validade: 06/12/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.792.887/0001-06, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0063221173

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **12/06/2026** Hora da emissão: **13:34:26**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS**
CNPJ: **00.792.887/0001-06**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **10/08/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **T9AAMLL2AA9T92TB**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
985810/2026	**2182684**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
734898875	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 184293**

02062026007928870001060010056598581030733592621826 84

NOME
FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
00.792.887/0001-06	**00000000000**

ENDEREÇO
Rua MARECHAL DEODORO, 1402 E - CENTRO - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, terça-feira, 02 de junho de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 31 de Agosto de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

DECLARAÇÃO

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS (CBT), associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, CNPJ n. 33.909.482/0001-56, com sede na Av. Governador Irineu Bornhausen, S/N, CEP: 88025200, Florianópolis/SC, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Presidente **ALEXANDRE FARIAS**, brasileiro, inscrito sob o CPF: 850.620.909-97, atesta, para os devidos fins, que a FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS - FMTT, CNPJ 00.792.887/0001-06, situada na Avenida Miguel Sutil, nº 8000, Salas 1406 e 1407, Bairro Jardim Mariana, CEP 78040-790, Cuiabá - MT é a ÚNICA entidade filiada à CBT no Estado do Mato Grosso, nos termos do art. 21, "g", do Estatuto da Entidade, a seguir citado:

"Art. 21 - São direitos de todas as entidades filiadas:
g) ser reconhecida pela CBT como única entidade de administração e direção do Tênis, do Tênis em Cadeira de Rodas (Wheelchair Tennis) e do Tênis de Praia (Beach Tennis) no respectivo Estado, congregando todas as entidades de administração municipal do Tênis, do Tênis em Cadeira de Rodas (Wheelchair Tennis) e do Tênis de Praia (Beach Tennis), os atletas e todas as entidades de prática (clubes) participantes do Tênis, do Tênis em Cadeira de Rodas (Wheelchair Tennis) e do Tênis de Praia (Beach Tennis) profissional ou não profissional, sediadas no território sob sua jurisdição;"

O Declarante, signatário, responsabiliza-se pela veracidade das informações supramencionadas, em conformidade com o disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Florianópolis, 16 de Abril de 2025.



Alexandre Farias
Presidente
Confederação Brasileira de Tênis

PARECER - CONTÁBIL E FINANCEIRO Nº 520/2026

OBJETO: TERMO DE PARCERIA COM A ASBT – ASSOCIAÇÃO SORRISENSE DE BEACH TENNIS – PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO BT 200 INTERNACIONAL.

PERÍODO DA CONTRATAÇÃO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO/OBRA/AQUISIÇÃO: 2026.

VALOR DA SOLICITAÇÃO: R$ 1.195.750,00.

Vimos através deste, encaminhar as dotações orçamentárias solicitadas no referido pedido, **P/ CONTRATAÇAO NO EXERC. DE 2026.**

RECURSO ORÇAMENTÁRIO:
Dando atendimento à consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitações o Departamento de Contabilidade informa que:

(x) Há recursos orçamentários **PREVISTOS PARA O OBJETO ACIMA ESPECIFICADO PARA CONTRATAÇAO PARA O EXERCÍCIO DE 2026**, conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	COD RED	FONTE DE RECURSOS	VALOR 2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SEMEL	13.002.27.812.0045.2085	FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	337041	630	1.500.00000000 1.700.31100000	R$ 350.000,00 R$ 845.750,00

( ) Não Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações.

RECURSO FINANCEIRO:
Para fazer face às despesas acima solicitadas utiliza-se a seguinte forma de pagamento e fonte de recursos:

Fonte de Recursos: (X) Próprios
( ) Vinculados a Convênio/Fundo

Sorriso – MT, 06 de julho de 2026.

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contadora - CRC-MT 005863/O-0

TEDY WENDELL PUVA
Secretário Municipal de Fazenda

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código af550fe6-51e3-4a57-b0ce-6e726b0a0275, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

TEDY WENDELL PUVA (XXX.179.249-XX)

Título: Secretário Municipal de Fazenda — Assinatura: Eletrônica

ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE (XXX.260.681-XX)

Título: Contador(a) - CRC MT 005863/O-0 — Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código af550fe6-51e3-4a57-b0ce-6e726b0a0275, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código c46425de-164c-4d53-a167-ccd9fea6de9b, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

PARECER TÉCNICO

Entidade Proponente: Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT

CNPJ: 00.792.887/0001-06

Objeto da Parceria: Celebrar parceria entre o Município de Sorriso e a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT para apoio à realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, evento internacional integrante do calendário oficial da Federação Internacional de Tênis (ITF), compreendendo a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização da competição, visando promover o esporte de alto rendimento, incentivar a participação da comunidade, fortalecer o turismo esportivo, fomentar a economia local e consolidar o Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos.

Modalidade: Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor Total Proposto: R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos).

Prazo de Vigência Estimado: julho à agosto de 2026..

Fonte de Recurso: O recurso financeiro será da Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Esporte, por meio do Fundo Municipal de Esporte e pela Emenda Parlamentar nº 202641530010 destinado pelo Deputado Federal Jose Medeiros, observada também no orçamento público previsto na Lei Municipal nº 3.819/2025

I – RELATÓRIO

O presente Parecer Técnico tem por finalidade analisar o Plano de Trabalho apresentado pela Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT, sob os aspectos técnicos, administrativos, operacionais, financeiros e de interesse público, visando à celebração de parceria com o Município de Sorriso, por meio de Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

A proposta tem por objeto a realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, competição internacional integrante do calendário oficial da International Tennis Federation (ITF), destinada à promoção do esporte de alto rendimento, ao fortalecimento do calendário esportivo municipal, ao incentivo à participação da comunidade e à consolidação de Sorriso como referência na realização de eventos esportivos de âmbito nacional e internacional.

Conforme previsto no Plano de Trabalho, os recursos públicos serão aplicados na organização, coordenação e execução do evento, abrangendo despesas com infraestrutura, logística, arbitragem, serviços especializados, comunicação, segurança, atendimento médico, equipamentos, premiação e demais ações necessárias à realização da competição, observados os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

A proposta apresenta relevante interesse público, uma vez que contribui para o fortalecimento das políticas públicas de esporte, incentiva a prática esportiva, amplia o acesso da população às atividades esportivas e

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

promove o desenvolvimento social por meio do esporte. Além disso, o evento possui potencial para impulsionar o turismo esportivo, fomentar a economia local e ampliar a visibilidade institucional do Município.

Verifica-se, ainda, que a **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT** possui competência institucional e experiência na organização de competições oficiais da modalidade, demonstrando capacidade técnica e operacional para execução do objeto proposto.

Por fim, constata-se que o Plano de Trabalho apresenta compatibilidade entre o objeto, as metas, a metodologia de execução, o cronograma físico-financeiro e a aplicação dos recursos, evidenciando planejamento adequado e viabilidade para a execução da parceria.

II – ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

a) Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada
A proposta apresenta relevante mérito esportivo, social, econômico e institucional, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de esporte, o incentivo à prática esportiva, a valorização dos atletas e o desenvolvimento do esporte de rendimento. A realização do BT200 Sorriso amplia a visibilidade do Município, fomenta o turismo esportivo, impulsiona a economia local e promove a integração social por meio da participação da comunidade em um evento de caráter internacional. Diante disso, verifica-se que a proposta possui elevado interesse público e mostra-se plenamente compatível com a modalidade de parceria adotada.

b) Da identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria
Constata-se identidade de objetivos entre o Município de Sorriso, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, e a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT, voltados à promoção do esporte, ao fortalecimento do turismo esportivo e ao desenvolvimento econômico local. A atuação conjunta potencializa a execução do evento e amplia seus benefícios à coletividade, evidenciando a reciprocidade de interesses entre as partes, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

c) Da viabilidade de execução
A Federação Mato-grossense de Tênis demonstra capacidade técnica, administrativa e operacional para a execução da parceria, possuindo experiência na organização de competições oficiais de tênis e beach tennis. O Plano de Trabalho apresenta objetivos, metas, metodologia, cronograma físico-financeiro e indicadores compatíveis com o objeto proposto. A estrutura operacional e os custos previstos mostram-se adequados à realização do evento, observando os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, havendo, ainda, previsão orçamentária para a execução da parceria.

d) Da verificação do cronograma de desembolso
O cronograma de desembolso financeiro será em parcela única mostrando-se compatível com as etapas previstas para execução da parceria.

A programação financeira guarda correspondência com o cronograma físico das atividades, permitindo que os recursos sejam aplicados de forma gradual e conforme a necessidade de execução das diversas fases do evento, desde o planejamento até sua conclusão.

e) Da descrição dos meios disponíveis para fiscalização da execução da parceria, bem como dos procedimentos de avaliação da execução física e financeira
A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada por Gestor da Parceria designado pela Administração Pública Municipal, bem como pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos dos artigos 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/2014 e da regulamentação municipal vigente.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código c46425de-164c-4d53-a167-ccd9fea6de9b, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Os mecanismos de monitoramento permitirão verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, a execução integral do objeto pactuado e o alcance dos resultados esperados, assegurando transparência, eficiência e observância aos princípios da administração pública.

III – CONCLUSÃO

Após análise do Plano de Trabalho, verifica-se que a proposta apresentada pela **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT** atende aos requisitos técnicos, administrativos e operacionais previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, demonstrando capacidade para execução do objeto, compatibilidade entre as metas, metodologia, cronograma e aplicação dos recursos públicos.

A proposta evidencia relevante interesse público, contribuindo para o fortalecimento das políticas municipais de esporte, lazer, turismo e desenvolvimento econômico, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

Diante do exposto, **manifesta-se PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL** à celebração da parceria entre o Município de Sorriso – MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, e a **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT**, por meio de Termo de Colaboração, no valor de **R$** 1.190.805,86 (um milhão, cento e noventa mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), visando à realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, por atender aos requisitos legais, técnicos, administrativos e de interesse público.

Sorriso – MT, 03 de julho de 2026.

GINALDO MAGALHÃES
Departamento de Gestão de Convênios
Secretaria Municipal de Planejamento

EVANDRA A. MAIA
Departamento de Gestão de Convênios
Secretaria Municipal de Planejamento

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código c46425de-164c-4d53-a167-ccd9fea6de9b, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

Assinaturas

EVANDRA ANDREOLLA MAIA (XXX.199.571-XX)

Título: Responsável convênios

Assinatura: Eletrônica

GINALDO OLIVEIRA MAGALHAES (XXX.416.001-XX)

Título: Fiscal

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletronica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código c46425de-164c-4d53-a167-ccd9fea6de9b, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

PARECER JURÍDICO nº 187/2026

SOLICITANTE: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

CONSULTOR: ALEX SANDRO MONARIN

PROTOCOLO: JUNTO À PROCURADORIA GERAL.

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE CONVENIOS

I – RELATÓRIO:

Em atendimento ao Ofício **DCONV nº 197/2026**, o qual solicita parecer referente a possibilidade de **Formalização de parceria por Termo de Colaboração entre a Administração Pública Municipal e Organização da Sociedade Civil FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE VÔLEI inscrita no CNPJ Nº 00.792.887/0001-06-** valor de R$ 1.190.010,10 (Um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos) recurso este vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, com recursos oriundos de emenda impositiva de autoria do Deputado federal Jose Medeiros e parte do recurso através do fundo Municipal do Esporte, constante na lei orçamentária anual municipal nº 3.819/2025.

Em síntese o relatório.

II – PARECER:

Primeiramente, é necessário se analisar o que diz o Art. 73, §10º, da Lei n.º 9.504/97:

> Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:
> **§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.**

Pois bem, a Lei Eleitoral não proíbe indiscriminadamente que a Administração Pública, no ano da eleição, proceda a distribuição de bens, valores ou benefícios.

De um modo geral, o que a legislação busca impedir é que o administrador, no uso da máquina pública, se utilize dos recursos públicos para benefício próprio e de maneira oportunista.

Ou seja, os programas que já são realizados pela Administração Público, que não são oportunistas, podem ser realizados pelo Administrador, desde que seguidos os critérios apontados no §10 do art. 73, da Lei n. 9504/97, conforme escólio da jurisprudência:

> "[...] Eleições 2016. Prefeito. **Representação. Conduta vedada. Art. 73, § 10, Lei 9.504/97. Convênio. Prefeitura. Sindicato. Patrocínio parcial. Festividade tradicional. Eventos artísticos e culturais. Contrapartida. Entrada franca.** [...] 3. O art. 73, § 10, da Lei 9.504/97 vedas, em ano eleitoral, a 'distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública', exceto nas hipóteses de 'calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior'. 4. A controvérsia dos autos cinge-se a dois pontos: a) se a distribuição de ingressos para evento cultural, por entidade privada, como contrapartida a patrocínio público, enquadra-se no óbice legal [...] **5. A teor da jurisprudência desta Corte, a assinatura de convênios e o repasse de recursos a entidades públicas e privadas para projetos nas áreas de cultura, esporte e turismo não se amoldam ao conceito de 'distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios', especialmente quando se exigem contrapartidas das instituições contempladas com as verbas. Precedente [...] 6. O télos do § 10 do art. 73 da Lei 9.504/97 é salvaguardar a lisura do pleito e a paridade de armas de programas assistenciais de cunho oportunista, por meio dos quais se manipula a miséria humana e a negligência do Estado em áreas sensíveis como, por exemplo, saúde e educação.** 7. Trata-se da interpretação que melhor se coaduna com o texto legal, sob pena de se ampliar indevidamente as hipóteses de incidência de condutas vedadas, o que não se admite por se cuidarem de normas restritivas de direitos. Precedentes. **8. No caso, é inequívoco que a ExpoTiros representa tradicional festividade no Município de Tiros/MG, organizada pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Tiros/MG há mais de 16 anos, contando com inúmeros shows artísticos e rodeios, extraindo-se dessas circunstâncias o seu aspecto cultural. 9. Também não há dúvida de que a entrada franca em dois dos quatro dias não consistiu em distribuição de ingressos pela Prefeitura, mas sim em contrapartida que se exigiu do sindicato diante do patrocínio - parcial, reitere-se - do evento.** 10. O aspecto cultural da festa e a contrapartida exigida pela Prefeitura afastam o enquadramento da hipótese dos autos ao art. 73, § 10, da Lei 9.504/97. [...]"

(Ac. de 19.6.2018 no REspe nº 4535, rel. Min. Jorge Mussi.)

"Eleições 2016 [...] Conduta vedada. Prefeito. **Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. Realização de feira agropecuária com entrada franca. Afastado o caráter cultural do evento**. [...] 3. A teor do § 10 do art. 73 da Lei das Eleições, vedada, no ano de eleição - exceto em casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior -, a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios por parte da Administração Pública. 4. Demonstrada a efetiva distribuição gratuita de bens/ benefícios pelo então Prefeito de Bom Jesus do Araguaia/MT na realização do evento '5ª EXPOBONJA', bem como não acolhida a tese do pagamento indireto do ingresso pelos expectadores do evento, amoldada a conduta do agravante ao ilícito descrito no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. [...]"
(Ac. de 7.6.2018 no AgR-AI nº 27173, rel. Min. Rosa Weber.)

Como 2026 trata-se de ano de pleito eleitoral cumpre esclarecer que é permitido destinar recursos para cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço já fisicamente iniciados e com cronograma prefixado. A vedação não incide em caso de repasse de recursos por meio de convênios e contratos administrativos para execução de obras e serviços, desde que celebrados e tenham a execução física e financeira iniciada antes do período vedado. Logo, é viável a transferência de recursos, desde que a obra/evento tenha efetivamente se iniciado antes do início do período da vedação.

Ainda, todos e quaisquer programas sociais para que possam seguir no ano eleitoral, precisam necessariamente estar aprovado em Lei e em execução orçamentária no ano anterior a eleição, ou seja, todos os procedimentos precisam ser realizados no primeiro semestre (antes do período de vedação). caso contrário haverá a incidência de conduta vedada.

Portanto, cada caso deverá ser analisado observando os seguintes requisitos para pagamento:

a) Autorização em lei;
b) Execução orçamentária no exercício anterior;
c) Empenho realizado no primeiro semestre ou até a data de vedação **04/07/2026;**

A título de exemplo cito as jurisprudências:

Convênio com entidades públicas e privadas: "A assinatura de convênios e o repasse de recursos financeiros a entidades públicas e privadas para a realização de projetos na área da cultura, do esporte e do turismo não se amoldam ao conceito de distribuição gratuita, previsto no art. 73, § 10, da Lei nº 9.5047/97, sobretudo quando os instrumentos preveem a adoção de

contrapartidas por parte das instituições." (TSE, REspe nº 282.675, Acórdão de 24/04/2012, relator Ministro Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira).

Governador e vice-governador. Conduta vedada e abuso do poder político. [...] 6. Compra de apoio político por meio de emendas parlamentares e convênios 6.1. Na linha da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, 'A assinatura de convênios e o repasse de recursos financeiros a entidades privadas para a realização de projetos na área da cultura, do esporte e do turismo não se amoldam ao conceito de distribuição gratuita previsto no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, sobretudo quando os instrumentos preveem a adoção de contrapartidas por parte das instituições' [...] 6.2. Assim como concluiu o Tribunal a quo, a liberação de emendas parlamentares não se enquadra na proibição legal, dado o seu caráter impositivo e ao fato de não consistir em transferência direta aos municípios, o que afasta a incidência da vedação contida no art. 73, VI, a, da Lei nº 9.504/97. 6.3. Na espécie, conforme ressaltado no voto condutor do acórdão regional, não é possível extrair, apenas dos elementos juntados aos autos, a demonstração clara e segura de que as declarações de apoio de prefeitos e lideranças regionais estavam condicionadas à liberação ou promessa de liberação de recursos financeiros. [...]"
(Ac. de 6.5.2021 no RO-El nº 060038425, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.).

No caso em tela a realização do evento esportivo é legal se os recursos financeiros foram repassados antes do defeso eleitoral.

No caso de repasses financeiros é de suma importância ressaltar que, não devem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos na publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.

IV. Conclusão

Destarte, pela análise aos documentos encaminhados para este departamento, verifica-se a possibilidade jurídica de formalização da parceria, com a consequente transferência de recursos.

Recomenda-se ainda que haja a divulgação da parceria na forma prevista no art. 32 § 1º da lei federal nº 13.019/14.

Por fim, colaciona-se a lição do ilustre doutrinador José dos Santos Carvalho Filho, para quem "*o agente a quem incumbe opinar não tem poder decisório sobre a matéria que lhe é submetida, visto que coisas diversas são opinar e decidir*".

ALEX SANDRO MONARIN:01470519917
Assinado de forma digital por ALEX SANDRO MONARIN:01470519917
Dados: 2026.07.07 09:46:25 -04'00'

Sorriso/MT, 03 de julho de 2026.

ALEX SANDRO MONARIN
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/MT 7.874-B

PREFEITURA
SORRISO
A CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGÓCIO

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO

PARA A REALIZAÇÃO DE PARCERIA

DO: GABINETE DO PREFEITO

PARA: DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS.

OBJETO PROPOSTO: Celebrar parceria entre o Município de Sorriso e a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT para apoio à realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, evento internacional integrante do calendário oficial da Federação Internacional de Tênis (ITF), compreendendo a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização da competição, visando promover o esporte de alto rendimento, incentivar a participação da comunidade, fortalecer o turismo esportivo, fomentar a economia local e consolidar o Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos.

OSC: FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS – FMTT

CNPJ: 00.792.887/0001-06

MODALIDADE DE PARCERIA: Termo de Colaboração por Inexigibilidade de Chamamento Público.

PROCEDÊNCIA: O recurso financeiro será da Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Esporte, lazer e Juventude, por meio do Fundo Municipal de Esporte e pela Emenda Parlamentar nº 202641530010 destinado pelo Deputado Federal Jose Medeiros, observada também no orçamento público previsto na Lei Municipal nº 3.819/2025, da execução deste termo, correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

13.002.27.812.0045.2085.337041.630. 1.500.00000000 - R$ 344.260,19
13.002.27.812.0045.2085.337041.630. 1.700.31100000 - R$ 845.750,00

Diante do exposto no Ofício de manifestação da Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Esporte e com a justificativa da necessidade da parceria **DETERMINO E AUTORIZO** a abertura do presente procedimento determinando as suas providências.

Sorriso-MT, 06 de julho de 2026.

ALEI FERNANDES:74345141915

Assinado digitalmente por ALEI FERNANDES:74345141915
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=18819852000170, OU=videoconferencia, CN=ALEI FERNANDES:74345141915
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.06 16:43:12-04'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

ALEI FERNANDES
Prefeito Municipal

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº _____/20___

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO E A _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Av. Porto Alegre nº 2525, Centro, Sorriso – MT, CEP: 78.890-900, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominado simplesmente ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e, de outro lado a _____, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, Bairro _____, Sorriso - MT, CEP: _____, neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____, inscrito no CPF nº _____, neste ato denominada de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente do processo de _____ de Chamamento Público nº _____/20____, consoante previsão contida no artigo _____, inciso _____ da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 186, de 13 de novembro de 2017, na Lei Orçamentária Municipal nº _____/_____, de _____ de _____ de _____, e demais normas vigentes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo tem por objeto _____, conforme detalhado no Plano de Trabalho que passa a ser parte integrante e indissociável do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - Os recursos financeiros para a execução do objeto do presente termo de colaboração neste ato fixados em R$ _____ (_____), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - Os dispêndios da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** decorrentes da execução deste termo, correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

_____

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA

4.1 - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração desta parceria, conforme o § 1º, do Art. 35, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente termo de colaboração terá vigência até o dia _____ **de** _____**de 20**_____, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

6.1 - Constituem obrigações das partes neste instrumento:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) Publicar o extrato deste termo de colaboração no meio Oficial de Publicidade da Administração Pública.
b) Repassar os recursos financeiros de acordo com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

c) Fornecer à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as instruções para prestação de contas do recurso recebido;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, observando se o recurso está sendo aplicado na execução do objeto pactuado em conformidade com o Plano de Trabalho;

e) Manter, em seu sítio oficial na internet, os termos de parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

f) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, quando for o caso;

g) Instaurar tomada de contas especial diante da constatação de evidências de irregularidades graves na execução da parceria;

h) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

i) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este termo de colaboração;

j) Realizar, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

k) Receber e analisar a prestação de contas da presente parceria;

l) Elaborar parecer conclusivo sobre a prestação de contas apresentada, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019/2014.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

a) Manter e monitorar os recursos em conta bancária específica para este termo de colaboração, sendo permitidos somente créditos do respectivo instrumento exclusivamente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante ordem bancária ou transferência eletrônica;
b) Manter escrituração contábil regular;
c) Divulgar em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, descrição do objeto, valor total, valores liberados e situação da prestação de contas, sendo vedada à utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de quaisquer autoridades, agentes ou servidores públicos;
d) Prestar contas dos recursos recebidos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada semestre.
e) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
f) Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da Organização da Sociedade Civil;
g) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

h) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
i) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
j) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
k) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho, bem como, os saldos remanescentes decorrentes das aplicações financeiras correspondentes, salvo se forem utilizados;
l) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
m) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para aquisição de materiais e serviços;
n) Comunicar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO, DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

7.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL acompanhará a execução do objeto deste termo por meio do Gestor da Parceria, _____ [nome do gestor], designado pela Portaria nº ___, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM de __/__/___, e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, composta pelos Servidores _____ designados pela Portaria nº ___, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM de __/__/___.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

7.4 - No exercício de suas atribuições o Gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita *"in loco"*, da qual será emitido relatório.
7.5 - Sem prejuízo da fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

7.6 - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8.1 - O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - Os valores serão repassados de acordo o cronograma de desembolso e deverão ser depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

8.3 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

8.4 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.5 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.6 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 Lei nº 13.019/2014, sendo vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sob pena de rescisão do ajuste:

a) Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

b) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) Realizar despesas com multas, juros, taxas ou mora, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos e a título de taxa de administração.

8.7 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma.

8.8 - Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

8.9 - O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser realizado ainda que após o término da execução da parceria, desde que proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

8.10 - A inadimplência da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL não transfere à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

8.11 - A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

8.12 - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

8.13 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o saneamento das impropriedades ocorrentes quando:

a) A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não prestar contas de acordo com o disposto em Lei;
b) Houver evidências de irregularidades na aplicação de parcela anteriormente recebida;
c) Constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no presente termo de parceria;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

d) A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

8.14 - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - A Prestação de Contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

9.2 - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram deverão ter toda a documentação enviadas de forma física ao órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL celebrante.

9.3 - A prestação de contas parcial, aquela pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, será composta da seguinte documentação:

a) Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa;
b) Relatório de Execução Física;
c) Relatório de Execução Financeira;
d) Relação dos Pagamentos Efetuados;
e) Cópia das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número da parceria, comprovação de quitação e atestado de recebimento dos serviços ou produtos;
f) Cópia dos comprovantes de transferência eletrônica;
g) Extrato da conta corrente e da conta de aplicação financeira que demonstre a execução realizada no período;
h) Cópia das Cotações de Preços;

9.4 - A não apresentação da prestação de contas parcial ou sua não aprovação ensejará o bloqueio das parcelas subsequentes da parceria e impedirá a celebração de novas parcerias com o Município.

9.5 - A prestação de contas final é a demonstração consolidada da execução física e financeira da parceria, para se aferir se o objeto pactuado foi efetivamente cumprido pela organização da sociedade civil, que poderá ocorrer da seguinte forma:

I - Quando os recursos forem liberados em parcela única, não haverá prestação de contas parcial, e a prestação de contas final será composta dos seguintes documentos:

a) Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa;
b) Relatório de Cumprimento do Objeto;
c) Relatório de Execução Física;
d) Relatório de Execução Financeira;
e) Relação dos Pagamentos Efetuados;
f) Relação de Bens Adquiridos, referente aos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, quando for o caso;
g) Termo de Devolução de Bens Adquiridos, quando for o caso;
h) Declaração de Incorporação de Bens Adquiridos, acompanhada da respectiva cópia da nota fiscal e ficha de tombamento, quando for o caso;
i) Cópia das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número da parceria, comprovação de quitação e atestado de recebimento dos serviços ou produtos;
j) Cópia dos comprovantes de transferências eletrônicas;
k) Extrato da conta corrente e da conta de aplicação financeira de todo o período de execução do convênio, da liberação da 1ª parcela à devolução do saldo remanescente;
l) Comprovante de recolhimento do saldo remanescente de recursos à conta indicada pela administração pública municipal;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

m) Cópia das Cotações de Preços;

II - Além da documentação constante no inciso I deste artigo, a prestação de contas dar-se-á mediante a análise dos seguintes relatórios:

a) Relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
b) Relatório de visita técnica *"in loco"* eventualmente realizada durante a execução da parceria, quando houver;
c) Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento, quando houver.

9.6 - O gestor emitirá parecer técnico financeiro de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

9.7 - No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

9.8 - Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9.11 - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

9.12 - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.13 - A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados, bem como observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos.

9.14 - Serão aceitos como comprovação imagens que demonstrem a realização do objeto da parceria, especialmente: imagens de produtos adquiridos, vídeos, folders e imagens de divulgação em mídias eletrônicas.

9.15 - A liberação da parcela subsequente dar-se-á conforme a entrega da prestação de contas, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

9.16 - A prestação de contas final deverá ser encaminhada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESTITUIÇÃO DO RECURSO

10.1 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Inexecução do objeto;
b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

10.2 - Compromete-se, ainda a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a recolher à conta da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

10.3 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

10.4 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá recolher os saldos financeiros à Conta do Tesouro Municipal no Banco do Brasil, Conta Corrente nº _____, Agência nº 1917-8 de Sorriso-MT, em nome da _____, CNPJ: _____, por meio de transferência eletrônica, encaminhando cópia na prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DA PARCERIA

11.1 - Para acompanhar a Comissão de Monitoramento e Avaliação e fiscalizar a execução desta parceria será nomeado um Gestor responsável pela parceria, o qual terá as seguintes incumbências:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
d) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto ou da última dilação de prazo.

12.2 - A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, conforme consenso entre os partícipes, não devendo o período de prorrogação ser superior à 60 (sessenta) meses e desde que não haja alteração de seu objeto.

12.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

12.4 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - O não cumprimento das regras estabelecidas nos instrumentos contratuais pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa, após a devida notificação, implicará na aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública do Estado de Mato Grosso, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea b.

13.2 - As sanções estabelecidas nas alíneas b e c são de competência exclusiva de Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

13.3 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

13.4 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

13.5 - As sanções previstas nesta Cláusula incluem as dispostas na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

14.2 - Para fins deste termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste instrumento.

14.3 - Os bens remanescentes oriundo deste instrumento serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, na hipótese de sua extinção.

14.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

14.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 - O presente termo de Colaboração poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
b) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1 - A eficácia do presente termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Boletim Oficial do Município de Sorriso/MT, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

16.2 - O termo de Colaboração somente produzirá efeito jurídico após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública, conforme o Art. 38, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente termo serão dirimidos de comum acordo entre as partes, em consonância com a Lei 13.019/2014 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Sorriso-MT, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para solução de quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução desta parceria.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

Sorriso-MT, _____ de _____ de 20__.

_____	_____
Prefeito Municipal	Presidente
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

TESTEMUNHAS:

Nome:_____	Nome: _____
CPF:	CPF:

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 26/2026

A presente Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público tem por finalidade fundamentar a celebração de parceria entre o Município de Sorriso, por intermédio da **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude**, e a **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT**, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, por meio de Termo de Colaboração, visando ao apoio financeiro para a realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, no valor de R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos).

A parceria tem por objeto a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, competição internacional integrante do calendário oficial da **International Tennis Federation – ITF**, destinada à promoção do esporte de alto rendimento, ao fortalecimento do calendário esportivo municipal, ao incentivo à participação da comunidade, ao fomento do turismo esportivo, ao desenvolvimento da economia local e à consolidação do Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos.

A Constituição Federal, em seus artigos 6º, 23, inciso V, 24, inciso IX, 30, inciso I, e 217, estabelece ser dever do Estado fomentar práticas desportivas como direito de todos, promovendo políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer, reconhecendo sua relevância para a inclusão social, promoção da saúde, desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania.

No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 13.019/2014, que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, estabelece as normas gerais para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, assegurando que tais instrumentos sejam formalizados mediante observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, interesse público e controle dos recursos públicos.

A realização do **BT200 Sorriso** apresenta inequívoco interesse público, considerando sua relevância esportiva, social, turística, econômica e institucional. Trata-se de competição internacional capaz de promover a integração entre atletas nacionais e estrangeiros, incentivar a prática esportiva, ampliar a participação da comunidade em eventos de alto nível técnico, fortalecer o turismo esportivo e gerar impactos positivos sobre diversos setores da economia local, especialmente hotelaria, alimentação, comércio, transporte e prestação de serviços.

Além dos reflexos econômicos, o evento contribui para a divulgação institucional do Município de Sorriso em âmbito estadual, nacional e internacional, fortalecendo sua imagem como polo esportivo e ampliando sua capacidade de atrair novos investimentos e eventos de grande porte, em consonância com as diretrizes das políticas públicas municipais de esporte, turismo e desenvolvimento econômico.

Verifica-se que a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT é a entidade de administração do desporto oficialmente responsável pela modalidade no Estado de Mato Grosso, possuindo competência institucional para organizar, coordenar e promover competições oficiais de tênis e beach tennis, bem como representar a modalidade perante as entidades esportivas estaduais, nacionais e internacionais.

Ressalta-se que o BT200 Sorriso integra o calendário oficial da International Tennis Federation – ITF, sendo sua realização condicionada à observância das normas técnicas, regulamentos e procedimentos estabelecidos

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

pelas entidades oficiais de administração da modalidade. Dessa forma, a execução do objeto demanda atuação da entidade oficialmente reconhecida para coordenar e operacionalizar a competição, circunstância que evidencia a inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil para a execução específica da parceria.

O Plano de Trabalho apresentado demonstra compatibilidade entre o objeto proposto, as metas estabelecidas, a metodologia de execução, o cronograma físico-financeiro, os indicadores de resultados e a aplicação dos recursos públicos, evidenciando planejamento adequado e capacidade operacional para execução da parceria.

A análise técnica realizada pela Administração Pública constatou que a entidade possui experiência consolidada na organização de competições oficiais, equipe técnica qualificada, estrutura administrativa compatível e capacidade operacional suficiente para executar o objeto proposto, atendendo aos requisitos previstos nos artigos 22, 33 e 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Quanto à inexigibilidade de chamamento público, verifica-se a incidência da hipótese prevista no **artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, segundo o qual o chamamento público será inexigível quando houver inviabilidade de competição em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

No presente caso, a inviabilidade de competição decorre do fato de que a Federação Mato-grossense de Tênis é a entidade oficialmente responsável pela administração e organização da modalidade no Estado de Mato Grosso, possuindo competência exclusiva para coordenar tecnicamente competição integrante do calendário oficial da International Tennis Federation – ITF, circunstância que inviabiliza a execução do objeto por outra Organização da Sociedade Civil sem o correspondente vínculo institucional e reconhecimento esportivo.

A celebração da parceria mostra-se, portanto, plenamente compatível com os princípios da administração pública e com os objetivos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, permitindo a execução eficiente de ação de relevante interesse público, mediante adequada aplicação dos recursos públicos e observância dos mecanismos de monitoramento, fiscalização e prestação de contas previstos na legislação vigente.

Diante do exposto, considerando a relevância pública, esportiva, social, econômica e turística do objeto, a compatibilidade da proposta com as políticas públicas municipais de esporte, lazer, turismo e desenvolvimento econômico e o atendimento aos requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014,

JUSTIFICO a **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, com fundamento no artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, para celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Sorriso e a **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT**, visando à realização do BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis, no valor de R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos), observadas as demais exigências legais, orçamentárias, documentais, jurídicas e administrativas aplicáveis à formalização da parceria.

Sorriso – MT, 06 de julho de 2026.

ALEI FERNANDES
Prefeito Municipal

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

3	SILVANA APARECIDA LIMA	43	CLASSIFICADO
4	JULIANA LOURENÇO NUNES	42	CLASSIFICADO
5	MONIK FANER OLIVEIRA DE LIMA	39	CLASSIFICADO
6	RAIMUNDA LUCENITA LOBATO CAMPOS	30	CLASSIFICADO
7	MARIA LUCELI DA SILVA FIGUEIREDO	19	CLASSIFICADO
8	CLAUDIANE DOS SANTOS SILVA	16	CLASSIFICADO
9	RAYNNA MARTINS DA SILVA	16	CLASSIFICADO
10	ALINE SANTOS DA SILVA	13	CLASSIFICADO
11	DURCELINA PEREIRA LEITE	11	CLASSIFICADO
12	BELARMINA FERREIRA DAMACENO	10	CLASSIFICADO
13	MIRLENE INÁCIO DE JESUS	5	CLASSIFICADO

SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DEPARTAMENTO AMBIENTAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 120/2026

SAMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 120/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE do Município de Sorriso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Portaria nº 011 de 01 de janeiro de 2025;

Considerando a devolução do Aviso de Recebimento pela Empresa de Correios e Telégrafos assinalando a inexistência do endereço e/ou que o destinatário não reside no endereço declinado pelo remetente, ou;

Considerando que o Autuado reside em lugar incerto e não sabido.

NOTIFICA:

Os Autuados, pessoas físicas ou jurídicas abaixo relacionadas, sobre a Decisão Administrativa, e a sanção de multa nos processos de Auto de Infração a seguir elencados, para efetuar **o pagamento da multa**, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente a data da publicação desta Notificação.

Sorriso-MT, 07 de julho de 2026.

CLOVIS PICOLO FILHO

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Sorriso/MT

PROCESSO	NOME DO AUTUADO	ENDEREÇO DO AUTUADO	CPF/ CNPJ DO AUTUADO	AUTO DE INFRAÇÃO	DESPACHO
0008/2025	ISMAEL SILVEIRA	AV. TANCREDO NEVES, N° 1686, CENTRO, SORRISO-MT.	040.044.281-73	0008/2025	DA SAMA N° 569/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 26/2026

A presente Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público tem por finalidade fundamentar a celebração de parceria entre o Município de Sorriso, por intermédio da **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude**, e a **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT**, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, por meio de Termo de Colaboração, visando ao apoio financeiro para a realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, no valor de R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos).

A parceria tem por objeto a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, competição internacional integrante do calendário oficial da **International Tennis Federation – ITF**, destinada à promoção do esporte de alto rendimento, ao fortalecimento do calendário esportivo municipal, ao incentivo à participação da comunidade, ao fomento do turismo esportivo, ao desenvolvimento da economia local e à consolidação do Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos.

A Constituição Federal, em seus artigos 6º, 23, inciso V, 24, inciso IX, 30, inciso I, e 217, estabelece ser dever do Estado fomentar práticas desportivas como direito de todos, promovendo políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer, reconhecendo sua relevância para a inclusão social, promoção da saúde, desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania.

No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 13.019/2014, que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, estabelece as normas gerais para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, assegurando que tais instrumentos sejam formalizados mediante observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, interesse público e controle dos recursos públicos.

A realização do **BT200 Sorriso** apresenta inequívoco interesse público, considerando sua relevância esportiva, social, turística, econômica e institucional. Trata-se de competição internacional capaz de promover a integração entre atletas nacionais e estrangeiros, incentivar a prática esportiva, ampliar a participação da comunidade em eventos de alto nível técnico, fortalecer o turismo esportivo e gerar impactos positivos sobre diversos setores da economia local, especialmente hotelaria, alimentação, comércio, transporte e prestação de serviços.

Além dos reflexos econômicos, o evento contribui para a divul-

gação institucional do Município de Sorriso em âmbito estadual, nacional e internacional, fortalecendo sua imagem como polo esportivo e ampliando sua capacidade de atrair novos investimentos e eventos de grande porte, em consonância com as diretrizes das políticas públicas municipais de esporte, turismo e desenvolvimento econômico.

Verifica-se que a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT é a entidade de administração do desporto oficialmente responsável pela modalidade no Estado de Mato Grosso, possuindo competência institucional para organizar, coordenar e promover competições oficiais de tênis e beach tennis, bem como representar a modalidade perante as entidades esportivas estaduais, nacionais e internacionais.

Ressalta-se que o BT200 Sorriso integra o calendário oficial da International Tennis Federation – ITF, sendo sua realização condicionada à observância das normas técnicas, regulamentos e procedimentos estabelecidos pelas entidades oficiais de administração da modalidade. Dessa forma, a execução do objeto demanda atuação da entidade oficialmente reconhecida para coordenar e operacionalizar a competição, circunstância que evidencia a inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil para a execução específica da parceria.

O Plano de Trabalho apresentado demonstra compatibilidade entre o objeto proposto, as metas estabelecidas, a metodologia de execução, o cronograma físico-financeiro, os indicadores de resultados e a aplicação dos recursos públicos, evidenciando planejamento adequado e capacidade operacional para execução da parceria.

A análise técnica realizada pela Administração Pública constatou que a entidade possui experiência consolidada na organização de competições oficiais, equipe técnica qualificada, estrutura administrativa compatível e capacidade operacional suficiente para executar o objeto proposto, atendendo aos requisitos previstos nos artigos 22, 33 e 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Quanto à inexigibilidade de chamamento público, verifica-se a incidência da hipótese prevista no **artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014**, segundo o qual o chamamento público será inexigível quando houver inviabilidade de competição em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

No presente caso, a inviabilidade de competição decorre do fato de que a Federação Mato-grossense de Tênis é a entidade oficialmente responsável pela administração e organização da modalidade no Estado de Mato Grosso, possuindo competência exclusiva para coordenar tecnicamente competição integrante do calendário oficial da International Tennis Federation – ITF, circunstância que inviabiliza a execução do objeto por outra Organização da Sociedade Civil sem o correspondente vínculo institucional e reconhecimento esportivo.

A celebração da parceria mostra-se, portanto, plenamente compatível com os princípios da administração pública e com os objetivos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, permitindo a execução eficiente de ação de relevante interesse público, mediante adequada aplicação dos recursos públicos e observância dos mecanismos de monitoramento, fiscalização e prestação de contas previstos na legislação vigente.

Diante do exposto, considerando a relevância pública, esportiva, social, econômica e turística do objeto, a compatibilidade da proposta com as políticas públicas municipais de esporte, lazer, turismo e desenvolvimento econômico e o atendimento aos requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014,

JUSTIFICO a **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, com fundamento no artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, para celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Sorriso e a **Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT**, visando à realização do BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis, no valor de R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos), observadas as demais exigências legais, orçamentárias, documentais, jurídicas e administrativas aplicáveis à formalização da parceria.

Publique-se o extrato da presente justificativa e, decorrido o prazo legal sem impugnação, proceda-se à formalização da parceria.

Sorriso – MT, 06 de julho de 2026.

ALEI FERNANDES
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1.574, DE 6 DE JULHO DE 2026.

Altera a composição do Conselho Gestor instituído por meio do Decreto nº 969, de 17 de outubro de 2023, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas, instituído por meio do Decreto nº 969, de 17 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte composição:

I - Bruno Eduardo Peccinelli Delgado - Secretário Municipal de Governo;

II - Jan Assad Lahham - Secretário Municipal da Cidade;

III - Vanio de Jesus Jordani - Secretário Municipal de Saúde;

IV – Hilton Polesello - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo;

V – Alex Sandro Monarin - Procurador Geral do Município;

VI – Daniel Henrique de Melo Santos – Secretário Municipal de Administração;

VII – Milton Geller - Secretário Municipal de Infraestrutura, Transportes e Saneamento.

Art. 2º O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas será presidido pelo Senhor Daniel Henrique de Melo Santos, e na sua ausência ou impedimento será substituído pelo Senhor Bruno Eduardo Pecinelli Delgado.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 1.540, de 18 de maio de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 6 de julho de 2026.

ALEI FERNANDES
Prefeito Municipal
DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.510, DE 6 DE JULHO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO DE JULGAMENTO DE DEFESAS ADMINISTRATIVAS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – MATÉRIAS DE CÓDIGO DE POSTURAS.

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT

CNPJ 03.239.076/0001-62

NOTA DE EMPENHO Nº: 13955/2026

Tipo do empenho: Global
Data de contabilização: 08/07/2026
Competência: 7/2026

DESTINO DOS RECURSOS

Complemento ao empenho: -
Pré-empenho: -
Processo/protocolo: -
Convênio: -
Apenso: -
Obra: -
Processo de compra: -
ARP: -
Contrato: -
Programa: -
Dívida fundada: -
Repasse: -
Adiantamento: Não

ORIGEM DOS RECURSOS

Recursos orçamentários:	Crédito orçamentário ou Suplementar
Dotação:	630 - 13.002.27.812.0045.2085.3.3.70.41.1.700.3110000
Órgão:	13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SEMEL
Unidade orçamentária:	13.002 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
Função de governo:	27 - Desporto e lazer
Subfunção de governo:	812 - Desporto comunitário
Programa:	0045 - Gestão e Planejamento do Fundo Municipal de Esportes
Projeto/Atividade (Ação):	2085 - Fundo Municipal do Esporte
Elemento de despesa:	3.3.70.41 - Contribuições
Subelemento:	03 - Contrib. a Entidades de Dir.Público (Exceto Consórcios Públicos)
Fonte de recursos:	1.700.3110000 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
Classificação da despesa:	Fornecedores
Tipo da despesa:	09.037 - CONTRIBUICOES E DOACOES

FAVORECIDO

Credor:	1141600 - FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS	**CNPJ:**	00.792.887/0001-06
Endereço:		Insc. Estadual:	
Cidade:		Insc. Municipal:	
Banco:	Agência:	Conta:	
Email:	FMTTENIS@GMAIL.COM	Telefone:	(99) 6599981184

Especificação da despesa: VALOR QUE SE REF. TERMO DE COLABORACAO 60/2026, APOIO A REALIZACAO DO BT200 SORRISO - CIRCUITO MUNDIAL DE BEACH TENNIS, VIGENCIA: 07/07/2026 A 31/08/2026. RECURSO DA EMENDA PARLAMENTAR 202641530010 DEPUTADO FEDERAL JOSE MEDEIROS

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO

Saldo anterior: R$ 845.750,00 **Valor empenhado:** R$ 845.750,00 **Saldo atual:** R$ 0,00

Valor por extenso: OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL SETECENTOS E CINQÜENTA REAIS

CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

A despesa foi empenhada na importância de R$ 845.750,00 conforme comprovantes.

SORRISO - MT, 8 de Julho de 2026

Responsável assinatura Eletrônica/Digital
ALEI FERNANDES
Prefeito Municipal

Responsável assinatura Eletrônica/Digital
ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE
Contador(a) - CRC MT 005863/O-0

Responsável assinatura Eletrônica/Digital
TEDY WENDELL PUVA
Secretário Municipal de Fazenda

Incluído por: DAVID RONAN DOS PASSOS DA SILVA

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código 4fa9d426-0601-4e0c-9922-ebfa07918bfa, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT

CNPJ 03.239.076/0001-62

NOTA DE EMPENHO Nº: 13951/2026

Tipo do empenho: Global
Data de contabilização: 07/07/2026
Competência: 7/2026

DESTINO DOS RECURSOS

Complemento ao empenho: -
Pré-empenho: -
Processo/protocolo: -
Processo de compra: -
ARP: -
Contrato: -
Convênio: -
Programa: -
Repasse: -
Apenso: -
Dívida fundada: -
Adiantamento: Não
Obra: -

ORIGEM DOS RECURSOS

Recursos orçamentários:	Crédito orçamentário ou Suplementar
Dotação:	630 - 13.002.27.812.0045.2085.3.3.70.41.1.500.0000000
Órgão:	13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SEMEL
Unidade orçamentária:	13.002 - FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
Função de governo:	27 - Desporto e lazer
Subfunção de governo:	812 - Desporto comunitário
Programa:	0045 - Gestão e Planejamento do Fundo Municipal de Esportes
Projeto/Atividade (Ação):	2085 - Fundo Municipal do Esporte
Elemento de despesa:	3.3.70.41 - Contribuições
Subelemento:	03 - Contrib. a Entidades de Dir.Público (Exceto Consórcios Públicos)
Fonte de recursos:	1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Classificação da despesa:	Fornecedores
Tipo da despesa:	09.037 - CONTRIBUICOES E DOACOES

FAVORECIDO

Credor:	1141600 - FEDERACAO MATOGROSSENSE DE TENIS	**CNPJ:**	00.792.887/0001-06
Endereço:		Insc. Estadual:	
Cidade:		Insc. Municipal:	
Banco:	Agência:	Conta:	
Email:	FMTTENIS@GMAIL.COM	Telefone:	(99) 6599981184

Especificação da despesa: VALOR QUE SE REF. TERMO DE COLABORACAO 60/2026, APOIO A REALIZACAO DO BT200 SORRISO - CIRCUITO MUNDIAL DE BEACH TENNIS, VIGENCIA: 07/07/2026 A 31/08/2026.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO

Saldo anterior: R$ 364.765,43 **Valor empenhado:** R$ 344.260,19 **Saldo atual:** R$ 20.505,24

Valor por extenso: TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E SESSENTA REAIS E DEZENOVE CENTAVOS

CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

A despesa foi empenhada na importância de R$ 344.260,19 conforme comprovantes.

SORRISO - MT, 7 de Julho de 2026

Responsável assinatura Eletrônica/Digital	Responsável assinatura Eletrônica/Digital	Responsável assinatura Eletrônica/Digital
ALEI FERNANDES Prefeito Municipal	ELIZANDRA ANDREOLLA BRIZANTE Contador(a) - CRC MT 005863/O-0	TEDY WENDELL PUVA Secretário Municipal de Fazenda

Incluído por: DAVID RONAN DOS PASSOS DA SILVA

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código bec5b8d6-aadd-42c7-80db-e208442 9afac, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 60/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO E A FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS – FMTT, PARA OS FINS QUE 0 ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Av. Porto Alegre nº 2525, Centro, Sorriso – MT, CEP: 78.890-900, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALEI FERNANDES**, inscrito no CPF nº 743.451.419-15, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e, de outro lado a **FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS – FMTT,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 00.792.887/0001-06, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 1402, Bairro Centro, Cuiabá – MT, CEP 78050-000, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **JOSÉ JURANDIR LIMA JUNIOR**, inscrito no CPF nº 931.428.621-53, neste ato denominada de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, decorrente do processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 26/2026, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 186, de 13 de novembro de 2017, recurso financeiro oriundo do Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e pela Emenda Parlamentar nº 202641530010 destinado pelo Deputado Federal Jose Medeiros, observada na Lei Orçamentária Municipal nº 3.819/2025, de 19 de dezembro de 2025, e demais normas vigentes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente termo tem por objeto celebrar parceria entre o Município de Sorriso e a Federação Mato-grossense de Tênis – FMTT para apoio à realização do **BT200 Sorriso – Circuito Mundial de Beach Tennis**, evento internacional integrante do calendário oficial da Federação Internacional de Tênis (ITF), compreendendo a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização da competição, visando promover o esporte de alto rendimento, incentivar a participação da comunidade, fortalecer o turismo esportivo, fomentar a economia local e consolidar o Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos, conforme detalhado no Plano de Trabalho que passa a ser parte integrante e indissociável do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - Os recursos financeiros para a execução do objeto do presente termo de colaboração neste ato fixados em **R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - Os dispêndios da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** decorrentes da execução deste termo, correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

13.002.27.812.0045.2085.337041.630. 1.500.00000000 - R$ 344.260,19
13.002.27.812.0045.2085.337041.630. 1.700.31100000 - R$ 845.750,00

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA

4.1 - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração desta parceria, conforme o § 1º, do Art. 35, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente termo de colaboração terá vigência até o dia **31 de agosto de 2026**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

6.1 - Constituem obrigações das partes neste instrumento:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a. Publicar o extrato deste termo de colaboração no meio Oficial de Publicidade da Administração Pública.
b. Repassar os recursos financeiros de acordo com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho;
c. Fornecer à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as instruções para prestação de contas do recurso recebido;
d. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, observando se o recurso está sendo aplicado na execução do objeto pactuado em conformidade com o Plano de Trabalho;
e. Manter, em seu sítio oficial na internet, os termos de parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
f. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, quando for o caso;
g. Instaurar tomada de contas especial diante da constatação de evidências de irregularidades graves na execução da parceria;
h. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
i. Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este termo de colaboração;
j. Realizar, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
k. Receber e analisar a prestação de contas da presente parceria;
l. Elaborar parecer conclusivo sobre a prestação de contas apresentada, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019/2014.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

a. Manter e monitorar os recursos em conta bancária específica para este termo de colaboração, sendo permitidos somente créditos do respectivo instrumento exclusivamente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante ordem bancária ou transferência eletrônica;
b. Manter escrituração contábil regular;
c. Divulgar em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, descrição do objeto, valor total, valores liberados e

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

situação da prestação de contas, sendo vedada à utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de quaisquer autoridades, agentes ou servidores públicos;

d. Prestar constas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria.
e. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
f. Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da Organização da Sociedade Civil;
g. Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
h. Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
i. Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
j. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
k. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho, bem como, os saldos remanescentes decorrentes das aplicações financeiras correspondentes, salvo se forem utilizados;
l. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
m. Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para aquisição de materiais e serviços;
n. Comunicar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO, DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

7.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL acompanhará a execução do objeto deste termo por meio do Gestor da Parceria: **JÚLIO CÉSAR BATIUK DE CARVALHO**, designada pela Portaria nº 1.099/26, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM nº 4979, de 30/4/2026, e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, composta pelos Servidores **FÁBIO CESAR BELTRAME, ANDERSON MORENO ESPINDOLA E CLAUDECIR HILÁRIO DA SILVA**, designados pela Portaria nº 1.099/26, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM nº 4979, de 30/4/2026.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

7.4 - No exercício de suas atribuições o Gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita "*in loco*", da qual será emitido relatório.

7.5 - Sem prejuízo da fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

7.6 - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8.1 - O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - Os valores serão repassados de acordo o cronograma de desembolso e deverão ser depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

8.3 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.4 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.5 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.6 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 Lei nº 13.019/2014, sendo vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sob pena de rescisão do ajuste:

a. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
b. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
c. Realizar despesas com multas, juros, taxas ou mora, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos e a título de taxa de administração.

8.7 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não poderão ser utilizadas para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma.

8.8 - Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

a. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

b. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
c. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
d. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

8.9 - O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser realizado ainda que após o término da execução da parceria, desde que proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

8.10 - A inadimplência da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL não transfere à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

8.11 - A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

8.12 - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

8.13 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o saneamento das impropriedades ocorrentes quando:

a) A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não prestar contas de acordo com o disposto em Lei;
b) Houver evidências de irregularidades na aplicação de parcela anteriormente recebida;
c) Constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação a obrigações estabelecidas no presente termo de parceria;
d) A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

8.14 - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - A Prestação de Contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

9.2 - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram deverão ter toda a documentação enviadas de forma física ao órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL celebrante.

9.3 - A prestação de contas parcial, aquela pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, será composta da seguinte documentação:

a) Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa;
b) Relatório de Execução Física;
c) Relatório de Execução Financeira;
d) Relação dos Pagamentos Efetuados;
e) Cópia das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número da parceria, comprovação de quitação e atestado de recebimento dos serviços ou produtos;
f) Cópia dos comprovantes de transferência eletrônica;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

g) Extrato da conta corrente e da conta de aplicação financeira que demonstre a execução realizada no período;
h) Cópia das Cotações de Preços;

9.4 - A não apresentação da prestação de contas parcial ou sua não aprovação ensejará o bloqueio das parcelas subsequentes da parceria e impedirá a celebração de novas parcerias com o Município.

9.5 - A prestação de contas final é a demonstração consolidada da execução física e financeira da parceria, para se aferir se o objeto pactuado foi efetivamente cumprido pela organização da sociedade civil, que poderá ocorrer da seguinte forma:
I - Quando os recursos forem liberados em parcela única, não haverá prestação de contas parcial, e a prestação de contas final será composta dos seguintes documentos:

a. Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa;
b. Relatório de Cumprimento do Objeto;
c. Relatório de Execução Física;
d. Relatório de Execução Financeira;
e. Relação dos Pagamentos Efetuados;
f. Relação de Bens Adquiridos, referente aos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, quando for o caso;
g. Termo de Devolução de Bens Adquiridos, quando for o caso;
h. Declaração de Incorporação de Bens Adquiridos, acompanhada da respectiva cópia da nota fiscal e ficha de tombamento, quando for o caso;
i. Cópia das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número da parceria, comprovação de quitação e atestado de recebimento dos serviços ou produtos;
j. Cópia dos comprovantes de transferências eletrônicas;
k. Extrato da conta corrente e da conta de aplicação financeira de todo o período de execução do convênio, da liberação da 1ª parcela à devolução do saldo remanescente;
l. Comprovante de recolhimento do saldo remanescente de recursos à conta indicada pela administração pública municipal;
m. Cópia das Cotações de Preços;

II - Além da documentação constante no inciso I deste artigo, a prestação de contas dar-se-á mediante a análise dos seguintes relatórios:

a. Relatório de execução do objeto, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
b. Relatório de visita técnica *"in loco"* eventualmente realizada durante a execução da parceria, quando houver;
c. Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento, quando houver.

9.6 - O gestor emitirá parecer técnico financeiro de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

9.7 - No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

9.8 - Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

9.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9.11 - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

9.12 - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.13 - A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados, bem como observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos.

9.14 - Serão aceitos como comprovação imagens que demonstrem a realização do objeto da parceria, especialmente: imagens de produtos adquiridos, vídeos, folders e imagens de divulgação em mídias eletrônicas.

9.15 - A liberação da parcela subsequente dar-se-á conforme a entrega da prestação de contas, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

9.16 - A prestação de contas final deverá ser encaminhada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESTITUIÇÃO DO RECURSO

10.1 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Inexecução do objeto;
b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

10.2 - Compromete-se, ainda a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a recolher à conta da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

10.3 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

10.4 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá recolher os saldos financeiros à Conta do Tesouro Municipal no Banco do Brasil, Conta Corrente nº 4363-X, Agência nº 1917-8 de Sorriso-MT, em nome da Prefeitura Municipal de Sorriso, CNPJ: 03.239.076/0001-62, por meio de transferência eletrônica, encaminhando cópia na prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DA PARCERIA

11.1 - Para acompanhar a Comissão de Monitoramento e Avaliação e fiscalizar a execução desta parceria será nomeado um Gestor responsável pela parceria, o qual terá as seguintes incumbências:

a. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

b. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
c. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
d. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto ou da última dilação de prazo.

12.2 - A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, conforme consenso entre os partícipes, não devendo o período de prorrogação ser superior à 60 (sessenta) meses e desde que não haja alteração de seu objeto.

12.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

12.4 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - O não cumprimento das regras estabelecidas nos instrumentos contratuais pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa, após a devida notificação, implicará na aplicação das seguintes sanções:

a. Advertência;
b. Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
c. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública do Estado de Mato Grosso, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea b.

13.2 - As sanções estabelecidas nas alíneas b e c são de competência exclusiva de Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

13.3 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

13.4 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

13.5 - As sanções previstas nesta Cláusula incluem as dispostas na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

14.2 - Para fins deste termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste instrumento.

14.3 - Os bens remanescentes oriundo deste instrumento serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, na hipótese de sua extinção.

14.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

14.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 - O presente termo de Colaboração poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
b) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

16.1 - A eficácia do presente termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Boletim Oficial do Município de Sorriso/MT, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

16.2 - O termo de Colaboração somente produzirá efeito jurídico após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública, conforme o Art. 38, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente termo serão dirimidos de comum acordo entre as partes, em consonância com a Lei 13.019/2014 e suas alterações.

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Sorriso-MT, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para solução de quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução desta parceria.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Sorriso-MT, 07 de julho de 2026.

ALEI FERNANDES
Prefeito Municipal
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

JOSÉ JURANDIR LIMA JUNIOR
Presidente
FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS – FMTT

TESTEMUNHAS:

Nome:_____
CPF: 050.065.191-42

Nome:_____
CPF: 709 638 491 68

Avenida Porto Alegre, 2525 - Centro, Sorriso - MT, 78890-900
66 3545-4700
site.sorriso.mt.gov.br/
/prefeituradesorriso

abril de 2026.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2026.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.099, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Institui a Comissão de Avaliação e Monitoramento, e nomeia o Gestor, das Parcerias celebradas entre a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e as Organizações da Sociedade Civil, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Avaliação e Monitoramento, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a execução das parcerias, mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação celebradas entre a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e as Organizações da Sociedade Civil.

Art. 2º A Comissão de Avaliação e Monitoramento de que trata o artigo antecedente será composta pelos seguintes membros:

I. Fábio Cesar Beltrame, matrícula nº 3992 – Presidente;

II. Anderson Moreno Espindola, matrícula nº 8449 – Secretário;

III. Claudecir Hlário da Silva, matrícula nº 3994 – Membro;

Art. 3º São obrigações da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - Monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil.

II - Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

§ 1º A Comissão de Avaliação e Monitoramento poderá solicitar equipe de apoio para auxiliar no acompanhamento, análise e monitoramento do Termo de Parceria e da Prestação de Contas.

Art. 4º Designar Júlio César Batiuk de Carvalho – matrícula n° 15.569, como Gestor responsável por acompanhar e fiscalizar a execução das Parcerias celebradas entre a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e as Organizações da Sociedade Civil.

Art. 5º São obrigações do gestor:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria n° 1.121, de 17 de abril de 2025.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2026.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

SEMED
EDITAL 067 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.076/001-62 Endereço: Av. Porto Alegre, 2525 Sorriso – Mato Grosso

EDITAL 067 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2025

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2.194/2025, torna público a convocação dos professores contratados abaixo relacionados, **para** comparecer **no Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Sorriso/MT,** Av. Tancredo Neves, 124 - Centro, no horário indicado, munido dos documentos **(cópia nítida e originais)** e da **Ficha de Identificação Cadastral admissional(17)** devidamente preenchida, impressa e assinada disponível no site https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=7190 **e para atribuição de unidade escolar comparecer no Departamento**

15.001.10.302.0038.1656.337170.1276 (F-1.500.1002000) – E.I 44 - R$ 100.000,00

15.001.10.302.0038.1658.337170.1278 (F-1.500.1002000) – E.I 54 - R$ 80.000,00

Parágrafo Único: O produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela CONSORCIANTE, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal, deverá ser destinado exclusivamente ao município que repassou os recursos ao Consórcio, respeitando-se a origem dos valores utilizados para os pagamentos realizados.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Contrato será de **30 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026**, sendo renovável, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

Parágrafo Primeiro - Os recursos aportados mediante o presente contrato de rateio poderão ser utilizados em exercícios seguintes, devendo neste caso atender ao objeto de sua vinculação, conforme dispõe o Art. 10 da Portaria STN Nº 274/2016 e parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Segundo: As obrigações estabelecidas no presente contrato perdurarão enquanto houver recursos transferidos a serem executados, sem prejuízo à celebração de novo contrato de rateio para os exercícios seguintes.

Parágrafo Terceiro. Independentemente da celebração de termo aditivo, fica estabelecida a condição de contrato de trato sucessivo em relação aos contratos de rateio celebrados entre as partes em exercícios anteriores e futuros, caracterizando-se a condição de continuidade, renovabilidade e alterabilidade em relação aos recursos transferidos em exercícios anteriores e ainda não utilizados, bem como em relação àqueles que forem transferidos com base no presente instrumento e remanescerem para execução nos próximos exercícios, observado o disposto no §1º deste artigo.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

As partes signatárias acordam que em caso de inadimplência da **CONSORCIADO**, passados 30 (trinta) dias da data do pagamento dos valores mensais constantes nos § 1º e § 2º da **CLAUSULA SEGUNDA**, poderá ocasionar a incidência de multa sobre o valor inadimplido, cabendo ainda a suspensão do atendimento médico-hospitalar aos usuários oriundos do Município **CONSORCIADO** conforme art. 34 do Estatuto.

Parágrafo Primeiro - O atraso no repasse dos recursos pela **CONSORCIADO** incidirá em eventual exclusão do Município do Consórcio, nos termos do art. 41 do Estatuto Social do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

I - Compete ao CONSORCIADO:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na **CLÁUSULA TERCEIRA**, até o dia 10 de cada mês, impreterivelmente; sob pena de sofrer as sanções previstas na **CLÁUSULA SEXTA**.

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Contrato através da Secretaria Municipal de Saúde.

II - Compete ao CONSORCIANTE:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pelo **CONSORCIADO**, no limite das finalidades do Consórcio de Saúde Teles Pires, e em estreita obediência ao art. 5º do Estatuto Social.

b) Fazer prestação de contas, conforme estabelece o Estatuto Social do Consórcio.

c) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

d) Encaminhar os Relatórios detalhados por procedimentos realizados de acordo com os valores repassados conforme elencados na **CLÁUSULA SEGUNDA,** devendo ser enviado no final da execução dos valores repassados.

e) Prestar contas bimestralmente de todo o valor repassado ao Consórcio.

CLAUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Sede do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Sorriso-MT, 30 de junho de 2026.

ALEI FERNANDES Prefeito Municipal **CONSORCIADO**	**MIGUEL VAZ RIBEIRO** Presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires **CONSORCIANTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 60/2026 - POR INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 26/2026

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICI-

PAL DE SORRISO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE TÊNIS - FMTT

FUNDAMENTAÇÃO: Celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente do processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 26/2026, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 186, de 13 de novembro de 2017, recurso financeiro oriundo do Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e pela Emenda Parlamentar nº 202641530010 destinado pelo Deputado Federal Jose Medeiros, observada na Lei Orçamentária Municipal nº 3.819/2025, de 19 de dezembro de 2025, e demais normas vigentes.

OBJETO: O presente termo tem por objeto celebrar parceria entre o Município de Sorriso e a Federação Mato-grossense de Tênis - FMTT para apoio à realização do BT200 Sorriso - Circuito Mundial de Beach Tennis, evento internacional integrante do calendário oficial da Federação Internacional de Tênis (ITF), compreendendo a execução das ações necessárias ao planejamento, organização, coordenação e operacionalização da competição, visando promover o esporte de alto rendimento, incentivar a participação da comunidade, fortalecer o turismo esportivo, fomentar a economia local e consolidar o Município de Sorriso como referência nacional e internacional na realização de grandes eventos esportivos, conforme detalhado no Plano de Trabalho que passa a ser parte integrante e indissociável do presente termo.

VALOR TOTAL: R$ 1.190.010,10 (um milhão, cento e noventa mil, dez reais e dez centavos),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: conta da seguinte Dotação Orçamentária:

13.002.27.812.0045.2085.337041.630. 1.500.00000000 - R$ 344.260,19

13.002.27.812.0045.2085.337041.630. 1.700.31100000 - R$ 845.750,00

VIGÊNCIA: De 07 de julho de 2026à 31 de agosto de 2026.

ASSINATURA: 07 de julho de 2026.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.573, DE 16 DE JULHO DE 2026.

Designa Fiscais e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do **Contrato nº 145/2026**, originado do processo de **Inexigibilidade nº 066/2026**, que tem como objeto a contratação da Banda Holy Praise Music para a realização de uma apresentação artística no evento **"Dia pela Paz e da Conciliação"**, a ser realizada na Praça das Fontes, no Município de Sorriso/MT:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:

TITULAR: José Antonio de Paula Ferreira, matrícula nº 456;

SUBSTITUTO: Rivacleide Cadete Pedroso, matrícula nº 15.428.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2026.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de julho de 2026.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.574, DE 16 DE JULHO DE 2026.

Designa Fiscais e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do **Contrato nº 146/2026**, originado do processo de **Dispensa nº 019/2026**, cujo objeto é a dispensa de licitação para contratação emergencial de empresa especializada em locação de ônibus de transporte de passageiros para atender ao transporte público coletivo do Município de Sorriso/MT.

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Saneamento:

Titular: Djair dos Santos Lima, matrícula nº 15583;

Substituo: Gerson Cândido Ribeiro, matrícula nº 1865.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2026.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de julho de 2026.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.575, DE 16 DE JULHO DE 2026.

Designa Fiscais e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do **Contrato nº 144/2026**, originado do processo de **Adesão nº 008/2026**, cujo objeto é a adesão à Ata de Registro de Preços do Município de Sapezal/MT para aquisição de grânulos de borracha (SBR), destinados à manutenção dos campos de grama sintética da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

Gabinete do Prefeito:

Titular: Lucas Abreu Antunes, matrícula nº 17.267;
Substituto: Irineu Zambiasi, matrícula nº 15.640.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

OFÍCIO Nº 223/2026/DCONV

Sorriso-MT, 22 de julho de 2026.

Ilm. Sr.
JÚLIO CÉSAR BATIUK
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.
NESTA

Assunto: Comunicação de nomeação para Gestor de Parceria.

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos informar vossa nomeação por meio da **Portaria nº 1.099/26,** de 29 de abril de 2026, para desempenhar a função de **GESTOR DE PARCERIA,** com fundamento no art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Informo ainda as formalizações dos Termos de Colaboração nº 60/2026 e 061/2026, firmado entre a Administração Pública Municipal e a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. As informações encontram-se disponíveis no Portal transparência:

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25378

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25381

Face ao exposto, comunico que vossa senhoria foi designado para o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria supracitada.

Sendo o que se apresentava para o momento, renovo protestos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

EVANDRA A. MAIA
Departamento de Gestão de Convênios
Secretaria Municipal de Planejamento

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código 4f3d4e01-32a8-444c-ae4d-949f8645fed, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

EVANDRA ANDREOLLA MAIA (XXX.199.571-XX)

Título: Responsável convênios

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código 4f3d4e01-32a8-444c-ae4d-949f88645fed, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

OFÍCIO Nº 224/2026/DCONV

Sorriso-MT, 22 de julho de 2026.

Ilmo. Sr.
FÁBIO CESAR BELTRAME.
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.
NESTA

Assunto: Comunicação de nomeação para Membro Efetivo da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria.

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos informar vossa nomeação por meio da **Portaria nº 1.099/2026,** 29 de abril de 2026, para desempenhar a função de **MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIA**, com fundamento no art. 61 da Lei Federal n° 13.019/2014, conforme cópia em anexo.

Informo ainda as formalizações dos Termos de Colaboração nº 060/2026 e 061/2026, firmado entre a Administração Pública Municipal e a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. As informações encontram-se disponíveis no Portal transparência:

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25378

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25381

Face ao exposto, comunico que vossa senhoria foi designado para o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria supracitada.

Sendo o que se apresentava para o momento, renovo protestos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

EVANDRA A. MAIA
Departamento de Gestão de Convênios
Secretaria Municipal de Planejamento

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código c22218b1-166c-4c07-beb0-933f55c01e15, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

EVANDRA ANDREOLLA MAIA (XXX.199.571-XX)

Título: Responsável convênios

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletronica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código c22218b1-166c-4c07-beb0-933f55c01e15, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

OFÍCIO Nº 225/2026/DCONV

Sorriso-MT, 22 de julho de 2026.

Ilmo. Sr.
CLAUDECIR HILÁRIO DA SILVA.
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.
NESTA

Assunto: Comunicação de nomeação para Membro Efetivo da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria.

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos informar vossa nomeação por meio da **Portaria nº 1.099/2026,** 29 de abril de 2026, para desempenhar a função de **MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIA**, com fundamento no art. 61 da Lei Federal n° 13.019/2014, conforme cópia em anexo.

Informo ainda as formalizações dos Termos de Colaboração nº 60/2026 e nº 61/2026, firmado entre a Administração Pública Municipal e a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. As informações encontram-se disponíveis no Portal transparência:

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25378

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25381

Face ao exposto, comunico que vossa senhoria foi designado para o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria supracitada.

Sendo o que se apresentava para o momento, renovo protestos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

EVANDRA A. MAIA
Departamento de Gestão de Convênios
Secretaria Municipal de Planejamento

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código ef4c1c96-74ce-4284-8f35-98a7af745c53, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

EVANDRA ANDREOLLA MAIA (XXX.199.571-XX)

Título: Responsável convênios

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletronica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código ef4c1c96-74ce-4284-8f35-98a7af745c53, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

OFÍCIO Nº 226/2026/DCONV

Sorriso-MT, 22 de julho de 2026.

Ilmo. Sr.
ANDERSON MORENO ESPINDOLA.
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.
NESTA

Assunto: Comunicação de nomeação para Membro Efetivo da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria.

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos informar vossa nomeação por meio da **Portaria nº 1.099/2026,** 29 de abril de 2026, para desempenhar a função de **MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIA**, com fundamento no art. 61 da Lei Federal n° 13.019/2014, conforme cópia em anexo.

Informo ainda as formalizações dos Termos de Colaboração nº 060/2026 e 061/2026, firmado entre a Administração Pública Municipal e a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. As informações encontram-se disponíveis no Portal transparência:

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25378

https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_item&i=25381

Face ao exposto, comunico que vossa senhoria foi designado para o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria supracitada.

Sendo o que se apresentava para o momento, renovo protestos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

EVANDRA A. MAIA
Departamento de Gestão de Convênios
Secretaria Municipal de Planejamento

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código 7ae02e90-e4df-4e3b-bf77-aab412c01fe9, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Assinaturas

EVANDRA ANDREOLLA MAIA (XXX.199.571-XX)

Título: Responsável convênios

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletronica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso#/assinatura e informe o código 7ae02e90-e4df-4e3b-bf77-aab412c01fe9, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.